



ERICK CAIXETA CARVALHO

**CADORNEGA EM TRÊS TEMPOS: A HISTÓRIA GERAL
DAS GUERRAS ANGOLANAS E SUAS RELEITURAS NA
REVISTA DIOGO CÃO E NO ROMANCE A GLORIOSA
FAMÍLIA**

**LAVRAS – MG
2023**

ERICK CAIXETA CARVALHO

**CADORNEGA EM TRÊS TEMPOS: A HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS
ANGOLANAS E SUAS RELEITURAS NA REVISTA DIOGO CÃO E NO
ROMANCE A GLORIOSA FAMÍLIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Professora Dra. Roberta Guimarães Franco Faria de Assis
Orientadora

**LAVRAS – MG
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Carvalho, Erick Caixeta.

Cadornega em três tempos : A História Geral das Guerras Angolanas e suas releituras na revista Diogo Cão e no romance A Gloriosa Família / Erick Caixeta Carvalho. - 2023.

104 p.

Orientador(a): Roberta Guimarães Franco Faria de Assis.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. Cadornega. 2. Revista Diogo Cão. 3. Pepetela. I. Assis, Roberta Guimarães Franco Faria de. II. Título.

ERICK CAIXETA CARVALHO

**CADORNEGA EM TRÊS TEMPOS: A HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS
ANGOLANAS E SUAS RELEITURAS NA REVISTA DIOGO CÃO E NO ROMANCE A
GLORIOSA FAMÍLIA**

**CADORNEGA IN THREE TIMES: THE *HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS*
ANGOLANAS AND THEIR REVIEWS IN *REVISTA DIOGO CÃO* AND IN THE NOVEL *A*
*GLORIOSA FAMÍLIA***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do programa de pós-graduação em Letras, área de concentração em Linguagem, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 20 de abril de 2023.
Prof. Dr. Ronaldo Vainfas (UERJ)
Prof. Dr. Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Prof. Dr. Rodrigo Garcia Barbosa (UFLA)

Documento assinado digitalmente
 ROBERTA GUIMARAES FRANCO FARIA DE ASSIS
Data: 19/06/2023 09:33:45-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Roberta Guimarães Franco Faria de Assis
Orientadora

**LAVRAS-MG
2023**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Milton e Débora, que desde a minha infância cuidaram de mim e se dedicaram com muito trabalho para que eu pudesse concluir cada fase da minha formação.

À minha irmã, Kellen, que sempre esteve comigo e, com sua bondade e compreensão, sempre me apoiou e me deu espaço para que eu pudesse ser eu mesmo.

À minha amada esposa, Letícia, que além de ser a minha companhia e aconchego de todos os dias da vida, foi quem me impulsionou a iniciar o mestrado em Letras na UFLA, pois sem o incentivo dela, eu não teria nem mesmo procurado a Roberta para cursar sua disciplina de pós-graduação no turbulento março de 2020.

Ao meu primo Davi, que ainda durante minha infância e adolescência me ajudou a despertar para o sabor do saber, sempre me presenteando com livros que aumentaram a minha curiosidade para conhecer o mundo.

Ao meu grande amigo Renato, que desde o meu primeiro semestre de graduação em história esteve comigo em momentos felizes e tristes, inclusive em alguns dos dias mais difíceis da minha vida. Partilhou comigo o pão quando eu mais precisei, auxiliando-me a revigorar as forças para seguir minha jornada.

À minha orientadora, Roberta, que desde a primeira vez que conversamos foi sempre uma pessoa solícita, disposta a me ajudar e, ainda que a pandemia e sua posterior transferência para a UFMG tenham nos impossibilitado de manter encontros presenciais, nossos encontros virtuais sempre foram momentos de grande aprendizagem, alegria e amadurecimento acadêmico para mim.

Aos membros da minha banca de qualificação, que foram fundamentais e muito contribuíram no desenvolvimento deste trabalho: professor Rodrigo Barbosa, professor Angelo Assis e professor Ronaldo Vainfas, a quem admiro como historiador desde o início da minha graduação em história e, assim, senti-me muito honrado por sua presença na banca.

Aos integrantes do Grupo de Estudos de História Ibérica Moderna (GEHIM-USP) e à Ana Paula Megiani, sem os quais eu não teria chegado até aqui em minha vida acadêmica.

À professora Marina de Mello e Souza, quem me apresentou a obra de António de Oliveira de Cadornega e despertou em mim a paixão pela história da África Centro-Ocidental.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), pela oportunidade de realizar a pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, à qual presto meus agradecimentos.

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado.

(Marc Bloch, 2001, p. 65)

RESUMO

O presente trabalho se pauta na análise de três objetos culturais: a obra *História Geral das Guerras Angolanas* (1681), de António de Oliveira de Cadornega, a *Revista Diogo Cão* (1931-1938) e o romance *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos* (1997), do escritor angolano Pepetela. Primeiramente, será analisada a obra *História Geral das Guerras Angolanas* a partir de seu próprio contexto de produção, considerando-se as características do gênero histórico na Europa da primeira modernidade e as tradições da África Centro-Occidental que estão presentes na obra em questão. A seguir, a análise se centrará na *Revista Diogo Cão*, focalizando a leitura historicista e colonialista que esta apresenta da obra de Cadornega. O último capítulo, por fim, terá o objetivo de compreender como Pepetela, em *A Gloriosa Família*, realiza uma releitura da *História Geral das Guerras Angolanas* em contraposição às perspectivas historicistas e colonialistas encontradas na *Revista Diogo Cão*. Assim, pretende-se demonstrar que as transformações históricas ocorridas ao longo dos séculos e décadas que separam os três objetos deste trabalho propiciaram o surgimento de novos conceitos e perspectivas teóricas que buscaram traduzir a realidade histórica a partir de perspectivas que não são neutras politicamente, mas que fazem parte das disputas e embates políticos de cada época.

Palavras-chave: Cadornega. *História Geral das Guerras Angolanas*. *Revista Diogo Cão*. Pepetela. *A Gloriosa Família*.

ABSTRACT

The present work is based on the analysis of three cultural objects: the *História Geral das Guerras Angolanas* (1681), by António de Oliveira de Cadornega, the *Revista Diogo Cão* (1931-1938) and the novel *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos* (1997), by the Angolan writer Pepetela. A chapter will be dedicated to dealing specifically with each of these objects. Therefore, firstly, the *História Geral das Guerras Angolanas* will be analyzed from its own production context, considering the characteristics of the historical genre in Europe of the first modernity and the traditions of Central-West Africa that are present in the work. Next, the analysis will focus on the *Revista Diogo Cão*, focusing on the historicist and colonialist reading that it presents of Cadornega's work. The last chapter, finally, will aim to understand how Pepetela, in *A Gloriosa Família*, performs a rereading of the *História Geral das Guerras Angolanas* in contrast to the historicist and colonialist perspectives found in the *Revista Diogo Cão*. Thus, it is intended to demonstrate that modernity has changed over the centuries and decades that separate the objects of this work, which led to the emergence of new concepts that sought to translate historical reality from perspectives that are not politically neutral, but that are part of the disputes and political clashes of each historical period.

Keywords: Cadornega. *História Geral das Guerras Angolanas*. *Revista Diogo Cão*. Pepetela. *A Gloriosa Família*.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	CAPÍTULO 1: CADORNEGA ENTRE A HISTORIOGRAFIA EUROPÉIA E A EXPERIÊNCIA ANGOLANA	13
1.1	O gênero histórico na Europa da primeira modernidade	13
1.2	Cadornega e a História Geral das Guerras Angolanas (HGGA)	18
1.3	Aproximações entre a HGGA e a historiografia portuguesa da primeira modernidade	23
1.4	A experiência angolana de Cadornega e a novidade de sua obra	31
2	CAPÍTULO 2: A LEITURA DE CADORNEGA NA REVISTA DIOGO CÃO	38
2.1	O colonialismo na África e a formação de um novo discurso colonial nos séculos XIX e XX	39
2.2	O colonialismo português no século XX	47
2.3	A Revista Diogo Cão e seu diretor, padre Manuel Ruela Pombo	53
2.4	Os periódicos de divulgação científica e a concepção histórica da Revista Diogo Cão	57
2.5	A História Geral das Guerras Angolanas na Revista Diogo Cão	62
3	CAPÍTULO 3: UMA RELEITURA DE CADORNEGA EM A <i>GLORIOSA FAMÍLIA</i>, DE PEPETELA	68
3.1	O quadro geral da crise do colonialismo após a Segunda Guerra Mundial	69
3.2	A crise do colonialismo português e a independência de Angola	71
3.3	Pepetela no contexto da literatura angolana do século XX e a busca pelas raízes de Angola	73
3.4	<i>A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos</i>	78
3.5	<i>A Gloriosa Família</i> , a noção de “verdade” e a <i>nova história</i>	83
3.6	Cadornega em <i>A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos</i>	90
4	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

O passado é um campo de disputas políticas. A partir desta constatação é que se desdobram os questionamentos que orientam nosso trabalho, sendo Angola o espaço geográfico que ocupará o centro de nossas atenções, pois lá, ao longo do século XX, grupos políticos distintos, defensores ou críticos do colonialismo, também recorreram ao passado para a sustentação de seus projetos políticos. Os primeiros, durante o período em que o colonialismo português ainda vigorava ali, recorreram à história da presença portuguesa em Angola a fim de buscarem documentos e indícios de que os portugueses teriam levado para aquelas terras grandes “avanços civilizatórios”, enquanto os segundos, especialmente a partir da segunda metade do século XX, durante e após o processo de independência, recorreram ao passado para descolonizar não só o poder político institucional, mas também a própria história de Angola. Para tratar deste tema, escolhemos três objetos para a nossa análise, sobre os quais nos concentraremos neste trabalho. O primeiro, que também é o ponto de partida para a discussão dos demais, consiste na *História Geral das Guerras Angolanas* (HGGA), de António de Oliveira de Cadornega (c. 1623 – c. 1690), obra concluída em 1681. O segundo objeto é a revista *Diogo Cão*, publicada como periódico durante a década de 1930, em Luanda e Lisboa, sob a direção do padre Manuel Ruela Pombo (1888-1960). O terceiro, por fim, é o romance *A Gloriosa Família: o Tempo dos Flamengos*, do escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (1941-), mais conhecido como Pepetela, publicado em 1997. Pretendemos, assim, desenvolver uma análise a respeito de como as disputas pelo passado de Angola se manifestaram em objetos culturais distintos, produzidos em períodos históricos diferentes, mas que também podem ser pensados com base numa perspectiva intertextual e de conexão entre eles.

A dissertação está organizada em três capítulos, sendo cada um deles destinado a tratar de um dos objetos de nossa análise. O primeiro capítulo terá como objetivo compreender como a obra de Cadornega se aproxima das tradições historiográficas portuguesas do século XVII, ao mesmo tempo em que também é marcada pela experiência do autor em Angola, onde viveu toda a sua vida adulta, por mais de quarenta anos. Este capítulo será fundamental para a compreensão dos demais, pois ao longo do trabalho buscaremos demonstrar como em contextos históricos distintos, a partir de interesses políticos opostos, uma obra como a de Cadornega ganha novas interpretações a partir de discussões e conceitos que não existiam no momento em que a obra foi escrita. Tratar do momento em que a HGGA foi escrita, no século XVII, situando-a num contexto histórico e historiográfico próprio da Primeira Modernidade,

será fundamental para a demonstração de uma de nossas teses: a de que é preciso diferenciar a obra de Cadornega em si das interpretações posteriores que serão feitas sobre ela. Em outras palavras, para compreender o grande valor histórico e literário da HGGGA, é preciso diferenciar António de Oliveira de Cadornega de António de Oliveira Salazar, o que nem sempre é feito em algumas análises que compram uma perspectiva salazarista de leitura da obra de Cadornega como se esta perspectiva fosse a única possível, o que resulta numa visão pejorativa da HGGGA, que a joga num “buraco negro” da literatura Angolana, como bem observou Luandino Vieira (2008), em linha de reflexão que se aproxima também de Paula Tavares (2008) e Roberta Franco (2012), bases teóricas relevantes em nosso trabalho.

O segundo capítulo desta dissertação, por sua vez, tem como propósito inicial abordar as principais características do colonialismo português do século XX, especialmente no que diz respeito a Angola, situando-o num contexto mais amplo da história do colonialismo moderno a partir do século XIX e dos ideais de progresso e civilização que o acompanham. Junto a isso, também será necessária uma reflexão a respeito das tradicionais concepções historicistas da história, formuladas a partir do século XIX, a fim de compreendermos as perspectivas de leitura da obra de Cadornega adotadas pela *Revista Diogo Cão*, considerando também a emergência do salazarismo nos anos 1930 e a circulação de revistas sobre temáticas históricas neste período. Este capítulo se amarra aos demais pelo fato de demonstrarmos nele que novas concepções teóricas a respeito da história possibilitam, juntamente com as novidades do colonialismo português do século XX, *uma nova leitura da HGGGA* que a enxerga como um documento histórico legitimador do empreendimento colonial português em Angola e uma “prova” dos heroicos feitos civilizatórios de Portugal no continente africano.

O objetivo do terceiro capítulo, por fim, será o de analisar como o romance *A Gloriosa Família*, de Pepetela, faz uma releitura da obra de Cadornega que se contrapõe à perspectiva de interpretação analisada por nós no segundo capítulo. Para isso, Pepetela faz uso de recursos literários que subvertem a visão do historicismo colonialista e propõe uma nova interpretação para a HGGGA a partir uma perspectiva teórica que aproxima o romance histórico de Pepetela das abordagens da chamada *nova história*. A fim de sustentarmos teoricamente as discussões deste capítulo, de um ponto de vista histórico e literário, discutiremos algumas perspectivas e conceitos de autores como Lukács, Hayden White, Linda Hutcheon, Rogerio Max Canedo Silva, Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Luandino Vieira, Paula Tavares e Roberta Franco.

Os três objetos de nossa análise, apesar de suas grandes diferenças, possuem um importante ponto comum, o que nos permite colocá-los em diálogo: todos tratam do século

XVII, mas com a diferença relevante de que a HGGA faz isso no próprio século XVII, enquanto os outros o fazem no século XX, nas décadas de 1930 e de 1990, ainda que nestes últimos casos o olhar para o século XVII vise lidar com questões próprias do século XX. Além disso, a revista *Diogo Cão* e o romance *A Gloriosa Família* fazem referência direta à obra de Cadornega, sendo esta a razão que justifica a escolha dos objetos em questão.

Uma de nossas tarefas mais importantes, como já apontamos anteriormente, será a de historicizar cada um dos objetos, situando-os como pertencentes a contextos históricos específicos. Ressaltamos esta consideração por compreendermos que, num estudo acadêmico, o anacronismo é, “entre todos os pecados, ao olhar de uma ciência do tempo, o mais imperdoável”, de acordo com Marc Bloch (2001, p. 144), ainda que tenhamos consciência de que é impossível uma análise atemporal do passado, e toda análise, inclusive a nossa, é marcada por questões próprias de uma época e de lentes teóricas que direcionam nosso olhar sobre os objetos por nós observado. Mas para além das questões de ordem temporal, também é importante considerar que não estamos tratando de objetos pertencentes a um mesmo gênero textual. A HGGA, como o nome sugere, pode ser considerada uma obra do gênero histórico, tal como este era compreendido no século XVII, como desenvolveremos no primeiro capítulo desta dissertação. Fazemos questão de ressaltar, porém, que embora existam diversas evidências que nos permitem caracterizar a HGGA como uma obra identificada com o que no século XVII se compreendia como gênero histórico, isso não significa que havia no século XVII uma grande separação entre história e literatura como existirá a partir do século XIX. Além disso, atualmente, com base nos já citados trabalhos de Luandino Vieira (2008), Paula Tavares (2008) e Roberta Franco (2012), também podemos olhar para a HGGA como uma obra que faz parte da literatura angolana. No que se refere à revista *Diogo Cão*, é preciso compreendê-la a partir dos parâmetros do gênero textual das revistas de divulgação científica, em geral, e histórica, em particular. No que se refere à obra *A Gloriosa Família*, esta é compreendida por nós a partir da categoria de romance histórico, em acordo com a tese de Rogério Max Canedo Silva (2016), que por sua vez parte de uma perspectiva teórica baseada em György Lukács e na tradição marxista. Apesar destas especificidades de cada um de nossos objetos no que diz respeito ao gênero textual, podemos afirmar que estas diferenças não impedem o estabelecimento de diálogos entre eles. A revista *Diogo Cão*, por exemplo, dialoga diretamente com a historiografia das primeiras décadas do século XX e também com o propósito de certa produção literária do mesmo período, assunto que aprofundaremos em nosso segundo capítulo. Do mesmo modo, o romance *A Gloriosa Família* estabelece forte

diálogo com a historiografia de seu tempo, como melhor desenvolveremos no último capítulo desta dissertação.

Assim, podemos afirmar que cada um dos três objetos que analisaremos nos capítulos seguintes deste trabalho partem de premissas teóricas sobre a história que são decorrentes do contexto em que cada um foi produzido, o que resulta em visões bastante díspares a respeito da história de Angola no século XVII.

CAPÍTULO 1: CADORNEGA ENTRE A HISTORIOGRAFIA EUROPEIA E A EXPERIÊNCIA ANGOLANA

De acordo com André Cerqueira e Ana Paula Megiani, “a História é um gênero de escrita marcado pelo tempo”, e “cada época, grupo étnico, cultural ou político desenvolveu a sua própria estratégia de escrita da História” (2020, p. 3). Assim, para uma análise da obra de António de Oliveira de Cadornega em seu próprio contexto de escrita, é preciso, em primeiro lugar, entender o que era o gênero histórico na Europa do século XVII, tarefa da qual nos ocuparemos na primeira parte deste capítulo. A seguir, na segunda parte, faremos uma breve apresentação de Cadornega e de sua obra. Na terceira parte, pretendemos demonstrar como a HGGa se aproxima da historiografia produzida em Portugal e em seus espaços coloniais na primeira modernidade, enfatizando a permanência da tradição clássica nesta. Por fim, trataremos do aspecto de “novidade” que a obra de Cadornega apresenta, especialmente por seu pioneirismo na *escrita* da história da África Centro-Occidental, tendo em vista que Cadornega foi um português que escreveu fora do espaço europeu, já que passou a maior parte de sua vida em Angola, em contato com as tradições dos povos daquela região.

1.1 O gênero histórico na Europa da primeira modernidade

A historiografia europeia dos primeiros séculos da Idade Moderna foi fortemente marcada pela recuperação e difusão, a partir do Renascimento e do Humanismo, de textos da Antiguidade Clássica. De acordo com Gabriella Albanese,

[...] a influência dos modelos clássicos sobre a historiografia do Humanismo é o fruto de uma progressiva aquisição das obras gregas e latinas redescobertas graças às perlustrações dos mosteiros e das bibliotecas italianas e europeias empreendidas por eruditos tais como Francesco Petrarca, Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini, Giovanni Aurispa, Niccolò Niccoli, Lorenzo Valla, Angelo Poliziano, que recolocaram em circulação e amiúde ainda traduziram para o latim textos que eram só indireta ou parcialmente conhecidos e, por vezes, totalmente ignorados durante a Idade Média. (ALBANESE, 2009, pp. 277-278).

O renascimento do pensamento clássico na Europa da primeira modernidade teve grande impacto, portanto, no que foi o gênero histórico durante este período. Os principais tratadistas e historiadores da época recorriam, para a confecção de suas obras, à autoridade de autores

antigos como Políbio¹, Tucídides, Aristóteles, Cícero, Quintiliano e Luciano de Samósata. Sobre este último, Albanese afirma:

A reflexão de Luciano de Samósata no mais importante tratado de teoria e técnica historiográfica de toda a Antiguidade, *De historia conscribenda*, constitui a base indispensável para se compreender a refundação renascentista da história e o nascimento da tratadística sobre a *ars histórica* que se desenvolve entre os séculos XV e XVI após a retomada da língua grega e a integração do tratado de Luciano nos circuitos culturais de vanguarda do Humanismo italiano (Ibid., p. 280).

Para Luciano de Samósata “uma e só uma é a tarefa e a finalidade da História: a utilidade, a qual deriva unicamente da verdade” (SAMÓSATA, 2013, p. 29). A história, nesta perspectiva, precisa ser *útil*, e só será útil se for também *verdadeira*. Estas concepções também aparecem nas ideias de Cícero a respeito da história, para quem esta seria “testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antiguidade” (CICERO, 2011, p. 91).

A ideia da história como mestra da vida, ou *historia magistra vitae*, marca o gênero histórico nos primeiros séculos da Idade Moderna. De acordo com Francisco Murari Pires, “história, desde os inícios do Humanismo, é predominantemente *historia magistra vitae*, de antiga herança latina, concebida originariamente por Cícero” (2007, p. 108). Leonardo Bruni, em suas *Histórias Florentinas*, de 1416, dizia o seguinte:

Se entendermos que os homens mais idosos são mais sábios porque vivenciaram mais coisas, quão maior é a sabedoria que a história pode nos dar se a lermos cuidadosamente! Pois ali os feitos e as decisões de várias épocas podem ser examinados; de suas páginas podemos aprender com facilidade que comportamentos devemos imitar ou evitar, ao passo que as glórias obtidas por grandes homens, ali registradas, inspiram-nos a realizar atos virtuosos. (BRUNI, 2001, p. 3, apud PIRES, 2007, p. 109).

A história é entendida por Bruni como fonte de sabedoria e é pensada a partir do acúmulo de experiências de épocas anteriores, sendo que a partir dela é possível *aprender* o que deve ser imitado ou evitado. Nos chama a atenção também, nas palavras de Bruni, o papel relevante dos atos virtuosos dos “grandes homens”, que ocupavam papel central nos registros históricos de então.

No século XVII, quando viveu Cadornega, a definição da história como mestra da vida, útil e verdadeira, ainda era predominante. O historiador André Cerqueira, na pesquisa que resultou em sua dissertação de mestrado, intitulada *A donzela alada: reflexões sobre a*

¹ De acordo com Albanese, Políbio foi o primeiro historiador grego de grande impacto no Humanismo (2009, p. 285).

retórica e história em Portugal no século XVII, analisou quatro tratados de história do século XVII², e os quatro “são unânimes em reafirmar a máxima ciceroniana *historia magistra vitae*” (CERQUEIRA, 2017, p. 24). Segundo Cerqueira,

o futuro, nessa concepção de história, contém muito do passado – o que torna a história *magistra vitae*, mestra da vida, como a definiu Cícero, pois a partir dos exemplos fornecidos por ela, os governantes e os particulares poderiam evitar os erros e imitar as virtudes dos grandes homens do passado. Assim, o gênero histórico torna-se útil em um momento de centralização política, porque fornece aos governantes meios de fazer prognósticos (Ibid.).

Embora a história já fosse compreendida como “mestra da vida” antes do século XVII, esta noção ganhou novos contornos durante a consolidação do Estado absolutista por possibilitar aos governantes, através de exemplos do passado, a realização de *prognósticos*, feitos a partir de critérios racionais e úteis aos cálculos políticos. A história poderia ser considerada, desse modo, como um conhecimento da teoria política (Ibid., p. 114).

De acordo com o historiador Reinhart Koselleck, o Estado absoluto surgiu acompanhado de uma “luta incessante contra profecias políticas e religiosas de todo tipo”, apropriando-se do “monopólio da manipulação do futuro” (2006, p. 29), o que ocorreu ao longo do século XVII. Para prever o futuro e se prevenir de possíveis males, o bom governante precisaria recorrer ao passado, acessado por meio das obras de história. Isso só era possível pela compreensão de que o passado, o presente e o futuro teriam a mesma natureza e seriam, desse modo, semelhantes, o que permitiria a aprendizagem a partir das experiências acumuladas de outros tempos. Assim, Koselleck afirma que “o prognóstico implica um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro” (Ibid., p. 36), ou seja, era possível prever que os eventos que aconteceriam no futuro teriam grandes semelhanças com os que já aconteceram no passado. É seguindo esta lógica que Jerónimo de San José (1587-1654), em seu tratado *Genio de la Historia* (1651), podia afirmar:

Como nenhuma coisa há nem acontece nova debaixo do Sol, isto é, nenhuma, cuja semelhante já não se tenha visto nos séculos que passaram, assim todas as que nos precederam, são proveitosas para dispor bem as que trazemos em mãos, e prevenir-se o homem para as que adiante podem e tendem a ocorrer (SAN JOSÉ, 1778, p. 2, tradução nossa)³.

² São eles: *De historia, para entenderla y escribirla* (1611), de Luis Cabrera de Cordoba; *Dell'arte historica* (1636), de Agostino Mascardi; *Genio de la historia* (1651), de Frei Jerónimo de San José; *De l'Histoire* (1670), de Pierre Le Moyne.

³ No original: “Como ninguna cosa haya, ni suceda nueva debajo del Sol, esto es, ninguna, cuya semejante no se haya visto en los siglos que pasaron, asi todas las que nos precedieron, aprovechan para disponer bien las que traemos entre manos, y prevenirse el hombre para las que en adelante pueden y suelen suceder”.

A referência ao livro bíblico de Eclesiastes, que afirma que nada há de novo debaixo do sol (Eclesiastes 1.9b), reforça uma concepção de tempo que opera numa lógica cíclica, o que possibilita os prognósticos. Esta concepção de tempo passaria por grandes transformações a partir da virada do século XVII para o XVIII, no contexto do que Paul Hazard denominou como a “crise da consciência europeia”, tema ao qual voltaremos ao final deste capítulo. Por ora, cabe ainda tratar de mais algumas características importantes do gênero histórico na Europa do século XVII.

Como já pontuamos, a história deveria ser útil. Deriva-se desta constatação que a tarefa do historiador seria a de selecionar o que é digno de ser registrado. André Cerqueira afirma, com base nos exemplos oferecidos pelo tratado *De l'Histoire (1670)*, de Pierre Le Moyne, que “à posteridade não interessaria quantas vezes Carlos V bebeu ou deixou de beber em uma refeição”, ou “se um imperador muito religioso foi ou não casto”, pois “nem tudo deve ser narrado pelo historiador, pois *nem tudo é útil para o futuro*” (CERQUEIRA, 2017, p. 112, grifo nosso). A história deveria estar a serviço do Estado absolutista, e por esta razão o historiador não deveria registrar o que fosse prejudicial ao rei e à monarquia (Ibid., p. 113). Os critérios utilizados para a seleção do que deveria ou não ser registrado pelo historiador, portanto, eram fundamentados de acordo com os interesses da monarquia à qual o historiador em questão pertencia. Retomaremos esta discussão no terceiro capítulo desta dissertação, pois este ponto será de grande importância para a representação de Cadornega como personagem em *A Gloriosa Família* e para as reflexões a respeito da escrita da história presentes no romance de Pepetela.

Também é relevante destacar que tratadistas do século XVII, assim como Jean Bodin fizera no século XVI (GRAFTON, 2012, pp. 28 e 29), dividiam a história em três principais categorias: divina, natural e humana. Estas duas últimas categorias, de acordo com André Cerqueira, se pautam nos modelos de historiadores antigos, enquanto a história divina tem como principais referências autores cristãos como Santo Agostinho e Santo Isidoro, além das hagiografias medievais (2017, p. 123). Ressaltamos estas observações pelo fato de que Cadornega escreveu tanto o que se poderia chamar de história humana quanto história natural, esta última especialmente no terceiro tomo da HGG, no qual trata detalhadamente da fauna e da flora de Angola.

Por fim, não podemos deixar de considerar a relevância das regras da retórica, provenientes da Antiguidade Clássica, para o gênero histórico da primeira modernidade. O humanista Francesco Robortello, em sua obra *De historica facultate disputatio*, de 1548, apresentava a história como um braço da retórica (GRAFTON, 2012, p. 24), e não apenas

Robortello, mas muitos outros estudiosos europeus também tinham esta compreensão durante os séculos XVI (Ibid., p. 31) e XVII⁴, quando ainda era predominante “uma concepção de história como gênero retoricamente regrado e não como ciência” (CERQUEIRA e MEGIANI, 2020, p. 23). De acordo com João Adolfo Hansen,

[...] falando muito genericamente, sabemos que, desde os gregos até a segunda metade do século XVIII, o discurso da história foi um repertório de tópicos epidícticos cuja verdade de *magistra vitae* era reescrita interminavelmente como a combinatória de um comentário verossímil. (2015, p. 13).

O caráter retórico do gênero histórico no século XVII implicava no fato de que a escrita da história se pautava em convenções e tópicos que marcavam este gênero, tendo como base a arte retórica clássica, que era dividida em cinco partes: invenção, disposição, elocução, memória e ação ou pronúnciação (*inventio, dispositio, elocutio, memoria e pronuntiatio*). Destas, os tratados de retórica do século XVII se dedicavam às três primeiras partes (CERQUEIRA, 2017, p. 123).

A invenção consiste na “criação” ou “descoberta” do assunto a ser tratado, e o assunto do historiador seria o que de fato *aconteceu*, o que o diferencia, de acordo com Aristóteles, do poeta, que conta o que *poderia ter acontecido*. Na Poética (51b), Aristóteles faz as seguintes considerações:

O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso [...] Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um carácter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular. O universal é aquilo que certa pessoa dirá ou fará, de acordo com a verosimilhança ou a necessidade, e é isso que a poesia procura representar, atribuindo, depois, nomes às personagens. O particular é, por exemplo, o que fez Alcibíades ou que lhe aconteceu (ARISTÓTELES, 2008, p. 53).

Ao gênero histórico só caberia tratar de assuntos que correspondessem a eventos que verdadeiramente ocorreram. Estes seriam eventos particulares, como os feitos de Alcibíades, para citar o exemplo de Aristóteles, ou a Guerra do Peloponeso, como fez Tucídides, ou os feitos dos governadores portugueses em Angola no século XVII e as guerras travadas entre estes e a Rainha Jinga (Nzinga Mbandi), como fez Cadornega em sua HGGA.

⁴ Anthony Grafton afirma que “northern and Italian scholars continued, throughout the sixteenth and seventeenth centuries, to see history as above all a form of rhetoric and a source of exempla” (2012, p. 31).

A disposição é a parte da retórica que diz respeito a como os assuntos estão dispostos e ordenados no discurso. Neste caso, a história deveria seguir uma ordem cronológica ao narrar os eventos, e sua disposição, de acordo com o tratadista Le Moyne, poderia ser dividida num prefácio, para obter o favor do leitor, e a narrativa propriamente dita.

Já a elocução, por sua vez, refere-se ao modo como o discurso deve ser construído e apresentado com relação às melhores escolhas lexicais e de ornamentos adequados. Os historiadores deveriam dar preferência a um estilo “médio” em sua escrita (Ibid., p. 126), mais simples do que o utilizado pelos poetas. Também era recomendável que a história fosse breve, para que o leitor não se cansasse, e que tratasse de coisas grandes e ações elevadas, não possuindo “estrangeirismos ou barbarismos”, de acordo com o tratadista Le Moyne (Ibid., p. 128).

Feita esta breve reflexão a respeito do gênero histórico na Europa da primeira modernidade, acreditamos ter reunido condições para analisar como a HGGA se relaciona com a historiografia portuguesa de sua época, marcada pelos preceitos do gênero histórico como aqui apresentamos. Antes, porém, faremos uma apresentação mais detalhada a respeito de Cadornega e de sua obra.

1.2 Cadornega e a História Geral das Guerras Angolanas (HGGA)

A certidão de batismo de António de Oliveira de Cadornega foi registrada no dia 2 de março de 1624⁵, ainda que a data exata de seu nascimento seja controversa, conforme constata Beatrix Heintze (2007, p. 135). Sua cidade natal foi Vila Viçosa, em Portugal, onde viveu os primeiros anos de sua vida, e sobre a qual escreveria uma obra intitulada *Descrição de Vila Viçosa*. A família de Cadornega, segundo o que ele atesta na HGGA (Tomo I, 1972, pp. 4-6), teria servido a Casa de Bragança desde os tempos de seu bisavô, Damião Peres de Cadornega, que fora um criado desta Casa. O pai de Cadornega se chamava Antonio de Cadornega e Oliveira, e ocupou o cargo de “oficial mayor da Real Fazenda”, em Buenos Aires, e, posteriormente, de escrivão de notas em Ourém. A mãe de Cadornega, Antónia Simões

⁵ “O imbróglgio começa a se esclarecer na introdução de Heitor Gomes Teixeira à edição de 1982 da *Descrição de Vila Viçosa*, também escrita por Cadornega, em 1683. Nela se informa que ele nasceu em 1624, com base documental sólida: seu registro de batismo, em 02 de março de 1624, comprovado na certidão disponível no Arquivo Distrital de Évora. Segundo a nota de Teixeira, a certidão de batismo está na fol. 52-v do Livro de assentos de batismo, no. 3 da freguesia matriz de Vila Viçosa. (1982, p. XXXVII)” (VAINFAS; FRANCO, 2023, no prelo).

Correia, era cristã-nova e foi perseguida pela Inquisição⁶, sendo condenada à morte na década de 1660 (WEBER, 2018, p. 54), o que pode nos indicar o motivo de Cadornega ter ido para Angola e permanecido por lá, já que sua família era perseguida pela Inquisição pelo fato de serem cristãos-novos.

Cadornega possuía também um irmão chamado Manoel Correa de Cadornega, que embarcou com ele para Angola e por lá ainda se encontrava quando a HGGA foi escrita (I, p. 6). Tinha também duas irmãs, Violante e Francisca Azevedo (HEINTZE, 2007, p. 136), a respeito das quais temos poucas informações, pois apenas sabemos, como afirma Priscila Weber, “que uma delas foi julgada e condenada ao degredo da comarca em que vivia, ou seja, Vila Viçosa, e que a outra faleceu” (2018, p. 48).

Ainda dentre os integrantes da família de Cadornega, cabe mencionar um tio-avô, o padre Francisco de Oliveira, que foi vigário da Igreja Matriz de Olinda, em Pernambuco (HGGA, I, p. 5). Esta informação, para além de mera curiosidade, nos permite perceber que membros da família de Cadornega circularam por importantes regiões que integravam os espaços de presença portuguesa no Atlântico Sul. Pernambuco, onde seu tio-avô foi vigário, era região fundamental para a produção açucareira, enquanto Buenos Aires, onde seu pai atuou como oficial da Fazenda Real, era uma cidade que contava com importante núcleo lusitano (ALENCASTRO, 2000, p. 111) e tinha grande importância no chamado “trato negreiro” desde a virada do século XVI para o XVII. Alencastro, com base em dados da alfândega de Buenos Aires, aponta que 18.100 africanos lá desembarcaram como escravizados entre 1597 e 1645 (Ibid., p. 110), num sistema comercial que era encabeçado principalmente por portugueses brasílicos, como os membros da família Sá, residentes no Rio de Janeiro. Ou seja, é possível que Cadornega, ainda jovem, tenha tido contato com questões relativas à dimensão ultramarina do Império Português, especialmente no que se refere ao Atlântico Sul e ao modelo de sistema escravagista praticado pelos portugueses residentes em Angola e Brasil em sua época, considerando que estas duas regiões do Atlântico estavam interligadas no século XVII. Alencastro afirma que “desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola”, sendo que “essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo” (ALENCASTRO, 2000, p. 9). Assim, é possível levantar a hipótese de que o amplo conhecimento de Cadornega a respeito dos assuntos concernentes à presença

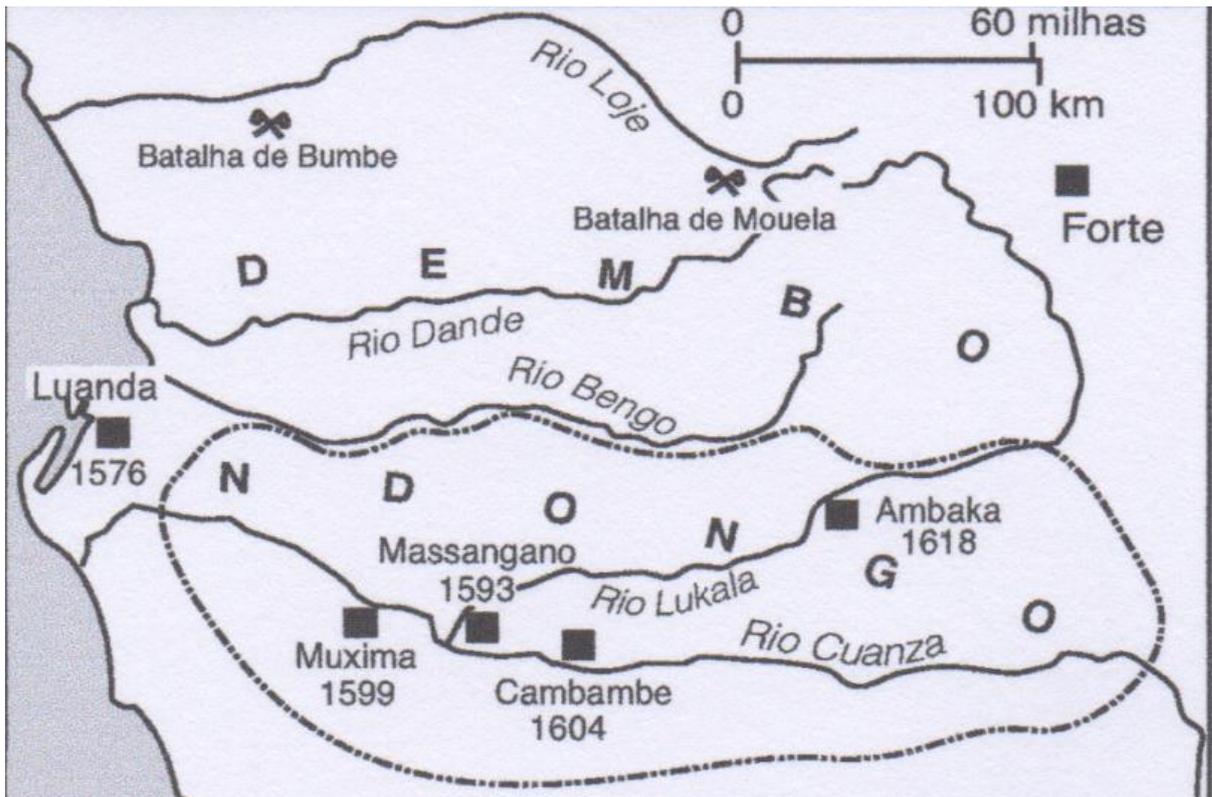
⁶ O processo inquisitorial de Antónia Simões Correia encontra-se digitalizado e pode ser acessado pelo endereço <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2301963> (Acesso em 27-01-2022).

portuguesa no Atlântico Sul tenha começado a se formar ainda cedo, em seu núcleo familiar, o que foi certamente expandido ao longo das mais de quatro décadas em que viveu em Angola.

Cadornega partiu de Lisboa para Angola no ano de 1639, na companhia do governador Pedro Cezar de Menezes e com carta de favor dos Braganças, a fim de “servir nas guerras da Conquista destes Reinos” (HGGA, I, p. 7), contrariando a vontade de seu pai, que desejava que ele e seu irmão prosseguissem os estudos (Ibid., I, p. 6). Sobre a vida de Cadornega em Angola, sabemos, por meio de informações que ele mesmo fornece em sua obra, que viveu em Massangano (figura 1) por algumas décadas. Sobre esta vila, é importante ressaltar que, em 1641, pouco tempo depois da chegada de Cadornega em Angola, os holandeses tomaram a cidade de Luanda e a maioria dos portugueses que lá habitavam se deslocaram para o interior, onde se localizava Massangano. Mesmo após a recuperação de Luanda pelos portugueses, em 1648, Cadornega permaneceu em Massangano por vários anos⁷, seguindo carreira militar, primeiramente, e depois exercendo o cargo de juiz, o que sabemos por meio de sua reprodução, no segundo Tomo da HGGA (p. 172), de uma carta da rainha Jinga endereçada a ele, na condição de juiz, datada de 1660. Nesse mesmo período, Cadornega contribuiu com a fundação da casa e hospital da Misericórdia daquela vila (DELGADO in CADORNEGA, 1972, tomo I, p. XIII; tomo II, p. 524).

Figura 1 – Mapa do Dongo (segundo J. Vansina)

⁷ José Matias Delgado afirma que Cadornega viveu 28 anos em Massangano (DELGADO in CADORNEGA, 1972, tomo I, p. XIII).



Fonte: História Geral da África, volume 5 – figura 19.7 (p. 661)

Cadornega também foi casado com uma filha do capitão Fernão Rodrigues (HGG, I, p. 129), que já residia em Angola, pelo menos, desde o início da década de 1620 (HEINTZE, 2007, p. 137) e foi importante testemunha consultada por Cadornega na coleta de informações para a HGG (I, pp. 129-130, 176, 220-221). Segundo José Matias Delgado, comentador das edições da HGG impressas em 1940 e 1972, Cadornega passou a viver em Luanda desde, pelo menos, 1671, sendo o vereador mais antigo desta cidade (DELGADO in CADORNEGA, tomo I, p. XIII). De acordo com o que consta no primeiro tomo da *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, publicada em 1741, Cadornega viveu até o ano de 1690 (MACHADO, 1741, p. 430).

Duas obras de Cadornega chegaram até nós, a *Descrição de Vila Viçosa* (1683), dedicada ao Conde de Ericeira, e a *História Geral das Guerras Angolanas* (1681). Se considerarmos como certas as informações de Barbosa Machado (Ibid.), Cadornega chegou a trabalhar na escrita de uma obra intitulada *História de todas as cousas que sucederam em Angola no tempo dos governadores que governaram depois da guerra até D. João de Lencastro*, mas este volume não chegou até nós, assim como seu *Compendio da expugnação do Reyno de Bengela, e das terras adjacentes*. Machado (Ibid.), no início da década de 1740, afirmava que todas estas obras se encontravam então na biblioteca do Conde de Ericeira, mas não sabemos o que houve com as duas últimas após esta data.

A HGGGA possui três tomos. Os dois primeiros têm como eixo cronológico principal a sequência dos governadores portugueses desde Paulo Dias de Novaes até o momento em que Cadornega escrevia, em 1680. O primeiro tomo trata do período entre a década de 1570 e 1648, sendo dividido em cinco partes com trinta e oito capítulos. O segundo tomo trata do período de 1648 até o final da década de 1670, sendo dividido em quatro partes e quarenta e dois capítulos. O tema central destes tomos são os principais acontecimentos de cada governo, com foco para as guerras, como o título da obra sugere, ainda que Cadornega não deixe de tratar também de diversos assuntos que vão para além de uma história militar, como o autor reconhece:

E como a tenção do Autor desta historia he escrever das guerras que nestes Reinos tem havido no tempo dos Governadores que nelles houve, se não detem com grandes narraçoens, mais que apontar de passagem algumas cousas por mayor que nos ditos Governos succederão (HGGGA, II, p. 51).

Estes assuntos que Cadornega afirma “apontar de passagem”, embora não sejam o centro de sua narrativa, contribuem para que os dois primeiros tomos extrapolem o tema “das guerras que nestes Reinos tem havido no tempo dos Governadores que nelles houve” e englobe outros temas. O terceiro tomo, por sua vez, concluído em 1681, é bastante diferente dos dois primeiros, pois prioriza descrições da geografia, dos animais, das plantas e dos costumes de alguns povos da região, como os ambundos e os imbangalas, sendo dividido em quatro partes⁸ e contando com diversas aquarelas desenhadas por Cadornega.

Após sua conclusão em Luanda, os três tomos da HGGGA chegaram a Lisboa no ano de 1683, quando receberam autorização do Santo Ofício para que circulassem e fossem realizadas cópias (WEBER, 2018, p. 251). Como demonstrou Priscila Weber em sua tese de doutorado, os manuscritos dos tomos I e III escritos originalmente por Cadornega se encontram atualmente na Academia das Ciências de Lisboa (Ibid., p. 320). Os três tomos já se encontravam na Academia em 1792, onde chegaram possivelmente pelas mãos de D. Frei Manuel do Cenáculo ou pelo Prior de Oliveira de Azémis (Ibid., p. 233). No entanto, em meados do século XIX, o tomo II deixou o acervo da Academia e foi levado para Londres para compor o acervo do Museu Britânico, encontrando-se atualmente na Biblioteca Britânica. Este tomo, porém, passou por um grande número de alterações, com diversas inserções e eliminações de páginas (Ibid., p. 216). A conclusão de Weber de que estes tomos seriam o traslado definitivo da HGGGA, originalmente escritos por Cadornega, baseia-se na verificação dos traços caligráficos destes manuscritos, comparados com a grafia de duas

⁸ Mathieu Demaret considera que o terceiro tomo não teria divisões por capítulos a partir de sua hipótese de que Cadornega não teria terminado a obra (2011, p. 110).

cartas assinadas por Cadornega em Massangano, datadas de 12 de junho e 12 de julho de 1661⁹ (Ibid. p. 242). Outro elemento que corrobora para a sustentação da hipótese de Weber é que apenas no final do primeiro tomo que se encontra na Academia das Ciências de Lisboa é que há uma autorização do Santo Ofício com permissão de circulação e cópia, sendo que esta autorização não se encontra em nenhum outro manuscrito conhecido da obra de Cadornega (Ibid., p. 251).

Além dos manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa e do que se encontra na Biblioteca Britânica, cópias foram realizadas a partir do século XVIII, sendo que algumas desapareceram completamente, enquanto outras chegaram até nós. Dentre os manuscritos desaparecidos ao longo do tempo, houve uma versão que mesclava a língua portuguesa com a francesa, citada por um professor do *Collège de France*, Louis Dubeux, em comunicação na Sociedade de Geografia da França, em 1832 (Ibid., p. 126). Já com relação aos manuscritos acessíveis atualmente, podemos citar ainda os que se encontram na Biblioteca Nacional de Portugal¹⁰, proveniente da biblioteca do Marquês de Alegrete, os da Biblioteca Municipal de Évora (Ibid., p. 197), e os que estão na Biblioteca Nacional da França¹¹, que foram copiados pelo padre Maria Antunes em cópias que serviram de base para as anotações de José Matias Delgado e para as edições impressas de 1940 e 1972, sendo esta última a utilizada por nós neste trabalho.

1.3 Aproximações entre a HGGA e a historiografia portuguesa da primeira modernidade

Com base no que apresentamos nas duas primeiras partes deste capítulo, passaremos a analisar as aproximações da HGGA com a historiografia portuguesa do século XVII. Embora Cadornega tenha vivido a maior parte de sua vida em Angola, fora do espaço europeu, ele acompanhava o que era produzido pela historiografia europeia de sua época, especialmente a portuguesa, e seguia os principais preceitos que estes compreendiam como constituintes do gênero histórico. É importante ressaltar, no entanto, que além da historiografia portuguesa produzida na metrópole, Cadornega também tinha conhecimento de obras oriundas dos

⁹ Estas cartas que tinham como objetivo a solicitação de autorização do rei D. Afonso VI para a construção do hospital e casa da Irmandade da Santa Misericórdia de Massangano e se encontram atualmente no Arquivo Histórico Ultramarino, fundo Angola, ano 1661, cx. 7, doc. 33 e 37 (WEBER, 2018, p. 242).

¹⁰ Podemos acessá-lo, em sua versão digitalizada, pelo endereço <https://purl.pt/35826> Acesso em 02/02/2022.

¹¹ O terceiro tomo dos manuscritos da Biblioteca Nacional da França pode ser acessado pelo endereço <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10033103b?rk=21459;2> Acesso em 02/02/2022.

espaços coloniais portugueses, como era o caso do Brasil e dos territórios portugueses na Índia e na China.

No final do primeiro tomo da HGGA, é apresentada uma lista de “Escritores e Historiadores assim Portuguezes como de outras Naçoens” que, de algum modo, serviram como referências para Cadornega. Seguindo o costume de Cadornega, pedimos que “o curioso leitor” releve se nos prolongamos demasiadamente¹², mas apresentaremos, a seguir, toda a lista de obras e autores citados nas últimas páginas do primeiro tomo, seguindo a ordem utilizada na HGGA:

- Frei Bernardo de Brito (1569-1617), cronista-mor do Reino de Portugal: primeira e segunda parte da obra *Monarquia Lusitana*.
- Frei António Brandão (1584-1637), cronista-mor do Reino de Portugal: terceira e quarta parte da *Monarquia Lusitana; Crônica de Cister*.
- Duarte Nunes de Leão (1530-1608): *Crônicas dos Reis de Portugal*.
- Pedro de Mariz (c.1550-1615): de acordo com Cadornega, ele recopilou as *Crônicas dos Reis de Portugal*.
- Antonio Paes Viegas (1549-1629): *Princípios de Portugal; Aparecimento de Deos nosso Senhor em o Campo de Ourique*.
- João de Barros (1496-1570). *Décadas daquelle Emperio da India*.
- Diogo Couto (1542-1616): *Décadas daquelle Emperio da India*.
- Fernão Mendes Pinto (c. 1510-1583): *Grandezas da China*.
- Manoel de Faria e Sousa (1590-1649): *Ásia Portuguesa; Epitome de las historias portuguesas*.
- Franciso de Sá de Miranda (1481-1558), poeta que “escreveo em tempo dei Rey Dom João o terceiro o seu Livro tão Poético como entendido, em que deu noticia ao Mundo de tanta Fidalguia Portugueza” (HGGA, I, p. 540).
- Francisco Rodrigues Lobo (c. 1580-1622): *O Condestável de Portugal*, “Pedra fundamental da sempre Real Casa de Bragança e Barcellos” (Ibid.); *O pastor peregrino; O desenganado; Éclogas; A Primavera; Côrte na aldeia, e noites de inverno*.
- António de Herrera (1549-1625): *Historia Geral do tempo del Rey Dom Phelipe prudente*.

¹² Cadornega utiliza o recurso retórico da “falsa modéstia” e se desculpa frequentemente por prolongar demasiadamente certos assuntos, sempre dirigindo-se ao “curioso leitor”.

- Juan de Mariana (1536-1624) e Esteban de Garibay (1533-1599), os quais são descritos por Cadornega como “Chronistas de Espanha que escreverão sua recuperação, desde o tempo daquelle famoso Godo Dom Pelaio; se bem pouco afeiçãoados em suas historias á Nação Portugueza, refutadas pello nosso Chronista Duarte Nunes Deleam” (Ibid.).
- *Ligas e empresas de Italia do tempo dei Rey Dom Fernando o Catholico e da Rainha Dona Izabel, com a Valerosa Conquista do Reino de Nápoles*¹³.
- Luís de Granada (1504-1588): *Símbolo da Fé*, “em que descreve a destruição de Jerusalem por Tito Vespasiano” (Ibid.).
- Antonio de Guevara (1481-1585): *Epístolas Familiares*, “em que relata o que obrarão os Malcontentes Cumuneros em tempo do Emperador Carlos quinto”. (Ibid.); *Marco Aurelio; Cartas*.
- Lope de Vega (1562-1635): *San Isidro labrador de Madrid; Arcadia; el peregrino en su pátria; Filomena*; além de “muitos Volumes de Comédias afeitadas conficçoens Poéticas se bem muitas dellas historias verdadeiras com que condizem as Chronicas de Espanha”.
- “*Gustavo Adolfo Rey de Suécia escrito por aquelle Religioso Catalão em que relata as empresas daquelle valeroso Rey, vencedor e vencido em Alemanha*”¹⁴.
- Pedro Mexia (1497-1552): *Historia Imperial e Cesárea*, que conta a história dos imperadores de Roma, de Júlio César a Carlos V.; *Silva de varia lección*.
- Júlio César (100 a.C. - 44 a.C.), sobre quem Cadornega afirma que “o que obrava com a Espada de dia escrevia de noute com a penna”, destacando uma característica que ele próprio também possuía enquanto militar e escritor em Angola: *Comentários sobre a Guerra Gálica*.
- Afonso de Albuquerque (1453-1515), governador da Índia Portuguesa: *Comentários*, que segundo Cadornega narra os “feitos e empresas valerosas que naquelle Mappa da India obrou o seu valor”.
- Luis de Camões (c. 1524-c. 1580), a respeito do qual Cadornega faz questão de enfatizar que foi juntamente soldado e escritor: *Os Lusíadas*.
- Luis de Góngora (1561-1627): *Poesias*.
- Francisco de Quevedo (1580-1645): *Os Sonhos*.

¹³ Cadornega não cita o autor dessa obra, apenas o chama de “Historiador das Ligas e empresas de Italia...”, mas parece se tratar do historiador espanhol Jerónimo Zurita y Castro (1512-1580).

¹⁴ Não temos notícias dessa obra citada por Cadornega e desconhecemos seu autor.

- Francisco Manoel de Melo (1608-1666): *El mayor pequeño - vida y muerte del serafim humano Francisco de Assis; El Fenix de Africa; Carta de Guia de Casados; Historia de los movimientos y separacion de Cataluña, y de la guerra etc.*
- Antonio de Sousa Macedo (1606-1682): *Flores de España, Excelências de Portugal.*
- Simão de Vasconcelos (1597-1671), jesuíta e reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro: *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Iesu, na provincia do Brazil; Notícias Necessárias e Curiosas da Cousas do Brasil*, a respeito da qual Cadornega comenta que dá “noticia também dos Ritos e costumes daquella Gentilidade, Animaes, e Plantas daquelle Sertão”.
- Francisco de Brito Freire (c. 1625-1692): *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasília.*
- Marques Virgílio Malvezi (1595-1654): de acordo com Cadornega, escreveu “as guerras de Flandres e de Italia em tempo dos Reys daquella Coroa Dom Phelipe terceiro, e Dom Phelipe quarto” (Ibid. 542).
- Jerónimo de Santa Cruz (?): *Manifesto em defesa de Portugal contra as Calumnias Castelhanas.*
- Fernando Correia de Lacerda (1628-1685): *Catastrophe de Portugal na deposição d'el Rei D. Affonso o sexto, e subrogação do principe D. Pedro o Unico justificada nas calamidades publicas escrita para justificação dos portugueses por Leandro Dorea Caceres e Faria.*
- Vasco de Quevedo de Castelbranco (?): *A vida e morte da Rainha de Portugal Santa Isabel filha dei Rey de Aragão Mulher dei Rey Dom Diniz.*
- Antonio Álvares da Cunha (1626-1690), senhor de Tábua: *Relação da Batalha do Cano.*
- *Relação da Batalha de Montes-Claros (?).*
- Luis de Menezes (1632-1690), Conde da Ericeira: *Compendio panegyrico da vida e acções do Excellentissimo Senhor Luiz Alvares de Tavora, conde de S. João, marquez de Tavora.*

Após apresentar essa lista de autores e obras, Cadornega tece as seguintes considerações:

Para o Autor desta historia querer relatar tão doutos, eloquentes, e insignes Historiadores, assim antigos como modernos que há, e tem havido na nossa Lusitania, fora nunca acabar! Só aqui referí os mais dos allegados nesta

minha, e desnuda historia; só o que lhe enveja o Autor não ter hum pequeno de seu talento para saber collocar, limar, e escrever. (Ibid., p. 543).

Em outras partes da obra, Cadornega também faz referência a estes autores, como no início do primeiro tomo e na segunda parte do terceiro tomo. O que podemos constatar, portanto, é que ainda que Cadornega afirme a respeito de si próprio que “vive tão distante” e que “vem a ser Angola o Calcanhar do Mundo” (II, p. 41), ele conhecia e estava muito bem familiarizado não só com a historiografia portuguesa dos séculos XVI e XVII, mas também com um autor como Camões, por exemplo, que escreve dentro dos parâmetros da poesia, e não da história. A não separação, nesta lista de referências, entre obras de história e de poesia, evidencia a “dificuldade de se separar história e poesia no século XVII” (CERQUEIRA e MEGIANI, 2020, p. 23), pois embora existissem diferenças entre estes gêneros, como já mencionamos, não havia ainda uma concepção de história como ciência, e esta era compreendida de modo muito mais próximo do que hoje compreenderíamos como *literatura*. Reiteramos, mais uma vez, que o gênero histórico, no século XVII, era um gênero específico, que diferia de outros, como o poético, especialmente pelo modo como nele a questão da “verdade” tinha destaque especial. Reconhecer isso não nos impede, porém, de também compartilharmos dos posicionamentos de Luandino Vieira (2008), Paula Tavares (2008) e Roberta Franco (2012), que inserem a HGGA não apenas no âmbito da história da historiografia, mas também no da história da literatura angolana, o que nos permite compreendê-la como objeto que tem relevância historiográfica e literária.

Ainda sobre a lista de obras citadas por Cadornega, a grande quantidade destas atesta a circulação de livros entre os mais diversos espaços coloniais portugueses no século XVII. Chama a nossa atenção o caso da obra *Nova Lusitania: história da guerra Brasilica*, de Francisco de Brito Freire, publicada em Lisboa no ano de 1675, pois esta é citada por Cadornega em mais de uma ocasião, inclusive para justificar a escrita da HGGA:

E agora escrevendo o General das Frotas do Brasil, e Governador que foi de Pernambuco Francisco de Brito Freire as guerras Brasilicas com tanta bizzarria e elegancia e verdade, só dos Reinos de Angola e suas Conquistas onde havia tanto que escrever, onde não houve menos sucessos prosperos e adversos, despois que foi descuberto e se começou a Conquistar até o presente, sem haver quem tomasse esta empresa a sua conta, e por não ficarem cousas de tanta consideração em esquecimento, o que obrarão os Portugueses em o serviço da Coroa de Portugal e exaltação da Santa Fé Catholica entre tantos barbaros idolatras inimigos de sua Santa Lei me dispuz a fazer este compendio que assim se pode chamar pello muito que se podia escrever (HGGA, I, pp. 9-10).

Cadornega, portanto, não estava desconectado da produção historiográfica proveniente dos territórios portugueses de seu tempo e se inspirava em obras como a de Brito Freire para

escrever uma história “dos Reinos de Angola e suas Conquistas”, onde acreditava haver tantos feitos dignos de registro quanto houvera no Brasil, ainda que, diferentemente do território da América Portuguesa, não havia sido escrita nenhuma obra sobre a história dos Reinos de Angola até então. Cadornega pode ser considerado, assim, um pioneiro na produção historiográfica sobre os “Reinos de Angola”, fato do qual ele próprio estava ciente.

Além da obra de Brito Freire, também é relevante o conhecimento de Cadornega a respeito das obras do jesuíta Simão de Vasconcelos, *Vida do P. Joam d'Almeida* (1658) e *Notícias Necessárias e Curiosas da Cousas do Brasil* (1668). O comentário de Cadornega sobre esta última obra, a respeito da qual afirma que dá “noticia também dos Ritos e costumes daquella Gentilidade, Animaes, e Plantas daquelle Sertão”, nos permite aproximá-lo destes autores portugueses que escreviam nos espaços coloniais, considerando que em seu terceiro ele escreve sobre Angola algo próximo do que Simão de Vasconcelos havia escrito sobre o Brasil. Podemos afirmar, portanto, que Cadornega precisa ser pensado para além de suas aproximações com a historiografia produzida no espaço europeu de sua época, pois ele se insere num amplo contexto de escritores que escreviam a partir dos espaços coloniais portugueses do século XVII. A presença em Angola das obras de escritores do Brasil pode ter sido facilitada pela presença dos jesuítas em ambos os lados do Atlântico e pela grande conexão entre estas regiões, como Alencastro demonstrou em *O Trato dos Viventes*. Além disso, é possível conjecturar a hipótese de que o período em que os holandeses também estiveram presentes dos dois lados do Atlântico favoreceu, por outra via, a circulação de obras entre Angola e Brasil.

Embora não tenhamos condições, no presente trabalho, de fazer uma análise aprofundada sobre os diálogos entre estes autores que escreviam nos dois lados do Atlântico, uma breve leitura das obras de Brito Freire e Simão de Vasconcelos citadas por Cadornega¹⁵ nos permite perceber uma relação intertextual entre elas e a HGGA. A título de exemplo, podemos observar que, em sua introdução ao leitor, Simão de Vasconcelos aponta como um dos objetivos de sua obra a tarefa de “com maior facilidade se dar a conhecer a todos esta parte da America”, já que sua história trataria de “hu Mundo nouo, ainda em o tempo presente mal conhecido, quanto mais no daquellas empresas primeiras”. A intenção de apresentar para os leitores europeus, residentes em Portugal ou nas colônias, “um mundo novo”, em boa medida ainda desconhecido por eles na segunda metade do século XVII, é um ponto comum

¹⁵ A *Nova Lusitania*, de Brito Freire, foi digitalizada e a consultamos pelo endereço <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4715>, enquanto a *Vida do P. Joam d'Almeida* e a obra *Notícias Necessárias e Curiosas da Cousas do Brasil* foram consultadas por nós, respectivamente, a partir dos endereços <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/671> e <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1849>.

que aproxima Cadornega destes autores do Brasil seiscentista. Cadornega enfatiza, em mais de uma ocasião, que escreve por não haver ainda uma história dos “Reinos Angolanos”, dando peso para a necessidade de noticiar *por escrito* o que viu ou soube por meio de testemunhas a respeito daquelas terras onde vivia há mais de quarenta anos (HGGA, I, p. 9).

Se por um lado a HGGA pode ser compreendida como uma grande novidade, já que é pioneira na historiografia produzida em Angola, por outro, ela não se afasta radicalmente das tradições clássicas que caracterizaram o gênero histórico da primeira modernidade europeia. A visão de história de Cadornega, em primeiro lugar, pauta-se no ideal de relato verdadeiro na forma como se concebia nos tratados sobre o gênero histórico no século XVII. Trechos como o que o autor afirma que “não quizera o Autor que nisto houvesse alguma objecção, porque se pretende mostrar mui verdadeiro em esta historia que vá escrevendo” (I, p. 374) demonstram o ideal de verdade que perpassa a obra como um todo. A contraposição entre poesia e história, já presente em Aristóteles e recuperada nos tratados da primeira modernidade, também aparece na concepção de história de Cadornega: “[...] para que havemos de buscar ficções de Poetas quando temos cousas verdadeiras com que as comparar?” (II, p. 29). Talvez o momento em que a visão da verdade no gênero histórico fique mais explícito na HGGA é quando o autor afirma: “quem se dispoz a escrever historias ha de dizer nellas a verdade” (II, p. 32). Com base no que já apresentamos na primeira parte deste capítulo, podemos afirmar que a HGGA contempla o que se estabelecia como o assunto do historiador, do ponto de vista da retórica clássica, especialmente no que se refere à invenção, já que este gênero deveria tratar do que *de fato* aconteceu, diferenciando-se da poesia, que trataria do que *podia* acontecer.

Ainda com relação às partes da retórica que deveriam ser tomadas em conta pelo historiador, no que se refere à disposição, podemos observar que Cadornega segue o que seria convencional na cultura escrita do Antigo Regime (CERQUEIRA, 2017, p. 82), dedicando sua obra ao então príncipe Dom Pedro de Portugal, que em 1683 seria proclamado rei, com o título de Dom Pedro II. A seguir, ao apresentar as justificativas da dedicatória, bem como em seu prefácio, busca obter o favor do leitor, apresentando sua linhagem familiar como fiel à Casa de Bragança. Adentra, então, na narrativa, tendo como base, ao longo dos tomos I e II, a ordem cronológica dos governos portugueses em Angola, o que também seria esperado no modelo de história humana que Cadornega segue. No tomo III, por sua vez, como já mencionamos anteriormente, há uma aproximação com o que era chamado de história natural, com suas especificidades próprias.

No que diz respeito à elocução, Cadornega utiliza, de modo geral, o que seria esperado com relação às escolhas lexicais e ornamentais adequadas ao gênero histórico. Embora o autor utilize frequentemente o artifício da falsa modéstia, afirmando ter “fraco talento” e escrever com “pouca elegância” (HGGA, I, p. 9), ele tem conhecimento do que seria aceitável ou não numa obra de história, pecando, talvez, apenas em alguns pontos, de acordo com os preceitos europeus da época, como no uso de palavras do quimbundo e na sua longa extensão dos relatos, já que os tratados do século XVII, como o de Le Moyne, recomendavam que historiador fosse breve, para não cansar o leitor (CERQUEIRA, 2017, p. 128). Sabendo disso, por inúmeras vezes Cadornega se desculpa por se prolongar demais, como faz na seguinte passagem: “Se ao curioso leitor que ler esta Historia lhe parecer sua narração prolongada e impertinente nas descrições que seu Autor vai fazendo, não lhe he dado a todos o serem abreviados e eloquentes, como o forão alguns que escreveram diversas historias” (HGGA, III, p. 109). De todo modo, estamos de acordo com Beatrix Heintze quando esta considera que

esse ‘fraco talento’, que o autor apregoa sem nisso acreditar, não pode de modo algum ser tomado à letra, apesar de algumas falhas do ponto de vista actual. Independentemente do facto de Cadornega não ter tido qualquer formação académica de base e de ter levado durante décadas uma vida de soldado, a maneira sistemática como ele se preparou para a sua obra é impressionante e digna de registro (2007, p. 140).

Antes de seguirmos para a última parte deste capítulo, convém ainda enfatizar que, para Cadornega, a história é *magistra vitae* e sua concepção temporal é a de que passado, presente e futuro teriam a mesma natureza. Como Koselleck aponta, entre os europeus da primeira modernidade era predominante uma concepção de tempo circular:

Não é de se admirar que o antigo modelo circular, posto em voga novamente por Maquiavel, tenha ganho notoriedade universal. A capacidade de repetição, própria desse tipo de experiência histórica, reuniu novamente, ao passado, o futuro prognosticável. [...] *Sub specie aeternitas* nada de fundamentalmente novo pode acontecer (2006, p. 35).

Ao fazer menção ao rei sueco Gustavo Adolfo, por exemplo, Cadornega considera que “as historias nolo ensinão” (II, p. 276). Também em diversos momentos de sua narrativa o autor recorre a historiadores clássicos e à historiografia de seu tempo, sempre considerando que seus ensinamentos são úteis e equiparáveis, de algum modo, ao que descrevia a respeito da história dos “Reinos de Angola”. Um exemplo disso pode ser observado a partir da seguinte passagem:

De Xerxes se conta que hum Rio daquelles quatro afamado do Mundo chamado o Tigre, por lhe impedir o passo a seu numeroso Exercito com que passava a Babylonia, mandára com pregão publico fazer justiça delle, que de famoso e caudaloso Rio que era, se distinguisse, e ficasse todo em diversos

Riachos; como assim o contão as historias, se fez; [...] mas todos estes poderios vem por tempos a ser castigados. Xerxes acabando com todo o seu poder ás mãos dos Gregos; e este Rey de Dongo às mãos dos Portuguezes (II, p. 305).

Este trecho faz parte do relato a respeito da Batalha de Pungo Andongo¹⁶, ocorrida em 1671, que colocou em direções opostas as forças portuguesas, comandadas por Luís Lopes de Sequeira, e o Reino do Dongo, sob a liderança de Dom João Ari, o Ngola Hari. Interessa-nos aqui a comparação feita entre Xerxes, rei da Pérsia, e Dom João Ari, rei do Dongo. A concepção de história e de temporalidade própria do contexto em que Cadornega viveu o permite fazer essa analogia, que nada tem de inusitada se tomarmos por base as noções da época, considerando que outros autores também procederam dessa maneira (cf. VILLAS BÔAS, 2019, p. 149). Ainda no relato sobre a Batalha de Pungo Andongo, Cadornega faz também menção a Lucio Luculo (117 a.C. - 56 a.C), político e cônsul da República Romana: “ao mesmo Lucio imitou o nosso Capitão mor em esta guerra das Pedras e Rey de Dongo” (II, p. 319). Fica claro, a partir de tais considerações, que Cadornega compreendia a história como *magistra vitae*, o que, se considerarmos a lista de autores e obras que o inspiravam, seria algo esperado. Assim, um comandante português em Angola poderia aprender com Lucio Luculo, que viveu na Roma Antiga.

Como buscamos demonstrar, Cadornega faz uso da tradição clássica para escrever sua obra. Por outro lado, o autor tinha conhecimento de que nenhum historiador antigo escrevera qualquer informação a respeito do “Reino de Angola”, tendo ciência de que ele era o primeiro a fazê-lo. Para tal tarefa, precisaria recorrer à sua experiência de décadas vivendo em Angola e aos testemunhos de antigos habitantes daquela região, que já possuía uma história que em muito antecedia à chegada dos portugueses ali.

1.4 A experiência angolana de Cadornega e a novidade de sua obra

Cadornega, que afirma sobre si próprio que “he o Autor Escritor Moderno” (II, p. 41), não vê o “Moderno” como uma profunda ruptura com o “Antigo”. No entanto, é inevitável para ele o reconhecimento de que nenhum historiador antes dele havia *escrito* sobre os “Reinos de Angola”, como reitera em diversos momentos. Escrever sobre um lugar a respeito do qual nenhuma obra historiográfica havia sido produzida suscitava um grande problema: se a autoridade dos antigos era fundamental para a historiografia europeia da primeira

¹⁶ A respeito dessa batalha e de seus desdobramentos, é de grande contribuição o artigo de Silvia Lara, publicado na Revista de História em 2016. Cf. LARA, Silvia Hunold. Depois da Batalha de Pungo Andongo (1671): o destino atlântico dos príncipes do Ndongo. **Revista de História** (São Paulo), p. 205-225, 2016.

modernidade, como escrever a respeito de povos e lugares que estes jamais conheceram?

De acordo com Íris Kantor,

[...] a expansão ultramarina e a colonização do Novo Mundo criaram um problema inteiramente novo para a historiografia renascentista. Os modelos da historiografia medieval passaram a não mais atender à curiosidade etnográfica despertada pelo fluxo de populações, mercadorias e saberes entre os quatro continentes. A descoberta da América desafiou teólogos, juristas e cosmógrafos a encontrar uma solução de continuidade – humana e natural – entre o Velho e o Novo Mundo. As realidades criadas pela expansão europeia obrigavam à reconfiguração dos paradigmas geográficos, cronográficos e etnográficos herdados da Antiguidade (2009, p. 452).

Numa linha argumentativa semelhante, Giuseppe Marcocci faz as seguintes considerações:

Para além dos gregos e latinos, e antes deles, havia existido outras culturas, sociedades e histórias às quais nem sequer a Bíblia fazia referência. Este descobrimento produziu um efeito demolidor no modelo de escrever a história, pois tudo resultava mais difícil e inseguro (2019, p. 49, tradução nossa)¹⁷.

A tensão entre a autoridade dos antigos e as novas descobertas ganhou grande importância nos debates europeus desde o início da Idade Moderna, ainda que até o final do século XVII essa tensão se mantenha relativamente equilibrada, o que permitia a um autor tratar de novidades nunca descritas pelos antigos ao mesmo tempo em que recorria à autoridade destes. É o que fez Montaigne, ainda no século XVI (VILLAS BÔAS, 2019, pp. 145-157), e também o que fez Cadornega um século depois. No caso dos *Ensaio*s de Montaigne, Luciana Villas Bôas considera que a leitura desta obra nos permite discernir dois movimentos: um de aproximação com os textos antigos e outro de ruptura, o que o permite, por exemplo, reinventar o *topos* do canibalismo, situando-o, simultaneamente, “dentro e fora da invenção retórica” (Ibid., p. 148) A respeito destes dois movimentos, a autora afirma que “o Novo Mundo extrapola tradições clássicas e cristãs e em seguida ilustra ou assemelha-se a práticas e exemplos europeus” (Ibid., p. 150). Assim como Montaigne, Cadornega busca encontrar paralelos entre o que os antigos escreveram e o que ele próprio escrevia sobre os “Reinos de Angola”, como já demonstramos anteriormente. Apesar disso, a tensão entre a autoridade dos antigos e a novidade das terras anteriormente desconhecidas pelos europeus era inevitável.

Uma das evidências mais nítidas dos limites das tradições de matriz europeia na escrita de uma “história dos Reinos Angolanos” pode ser observada pelo uso que Cadornega faz de uma grande quantidade de palavras provenientes do quimbundo, ainda que aporuguesadas.

¹⁷ Pero más allá de los griegos y de los latinos, y antes de ellos, había habido otras culturas, sociedades e historias a las que ni siquiera la Biblia hacía referencia. Este descubrimiento produjo un efecto demoledor en el modo de escribir la historia, pues todo resultaba más difícil e inseguro

Priscila Weber, ao reunir um compilado de mais de setenta vocábulos quimbundos utilizados por Cadornega (2018, pp. 297-301), faz as seguintes considerações:

é provável que as línguas africanas tenham se firmado como preponderantes mesmo com um intenso período de colonização, pois comumente mercadores portugueses e aventureiros, muitas vezes degredados, dedicavam-se ao tráfico de escravos, se africanizando. [...] Ao sopesarmos essas considerações, observamos um ‘entre-lugar’ habitado por Oliveira de Cadornega. [...] O soldado-escritor, ao viver em Angola, não é mais apenas português, mas também não é completamente africano, estando em um interstício que produz um embate entre as diferenças culturais (2018, pp. 296-297).

Paula Tavares (2008, p. 40) chega a ir além ao tratar da africanização de Cadornega, afirmando que ele “chegou a Angola com 17 anos, em 1639, e nessa altura ninguém olha de fora pra dentro – aprende a olhar no lugar onde se insere, e sobretudo aprende a olhar pelos olhos dos angolanos”. Roberta Franco, tratando de Cadornega e seguindo a posição de José Luandino Vieira e Ana Paula Tavares critica a ideia equivocada “de que só os colonizados eram atravessados (permeáveis) pela cultura imposta, como se os colonizadores fossem blindados por uma cultura superior e passassem ilesos à vida nas colônias” (2022, p. 151). Já Antonio Manuel Hespanha, em sua obra *Filhos da Terra - Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*, também considera que mesmo nas regiões costeiras de Angola, como era o caso de Luanda, “a ‘kimbundização’ dos ‘portugueses’ era muito forte” (2019, p. 81). Cadornega, apesar de ter nascido em Portugal, não passou mais de quarenta anos em Angola sem que, de algum modo, também se “africanizasse”, como fruto de uma circularidade cultural pela qual, Cadornega é influenciado pela cultura ao seu redor. Isso não quer dizer que ele tenha rompido com as visões de mundo europeias e, no campo da escrita, com a tradição historiográfica portuguesa. Entretanto, sua herança europeia não dá conta de compreender e narrar com eficácia a realidade da África Centro-Occidental, que embora fosse uma realidade *nova* para os europeus, possuía uma história e tradições culturais muito antigas. Estas, ainda que assumam novas características a partir da presença colonial europeia na região, preservam também continuidades com os séculos anteriores.

Logo no início da HGGA, Cadornega afirma que escreve a partir de sua experiência e das notícias que ouviu dos antigos moradores da terra e de papéis que leu:

[...] as quaes noticias darei por haver quarenta annos que assisto neste Reino de Angola vindo a elle por Soldado servindo ao Príncipe Nosso Senhor na Era de seis centos e trinta e nove em Companhia do Governador e Capitão Geral Pedro Cezar de Menezes, e das noticias que tomei dos antigos com quem fallei e conversei que assistirão nas ditas Conquistas; quando não seja em todo será em parte conforme minha Lembrança e de alguns papéis que vi daquelles tempos em a Villa da Vitoria de Masangano, onde assisti na

Conquista effectivamente perto de trinta annos, sendo nella soldado Alferes e Capitão, neste derei o que vi, e fiz [...] (I, p. 9).

Além dos portugueses residentes em Angola há mais tempo do que ele, como era o caso de seu sogro, Cadornega consultava também os “negros noticiosos”, como ele denominava os naturais da região que foram testemunhas que contribuíram para seu conhecimento da história dos povos da região de Angola:

[...] este Rey de Angola chamado pello antigo NgoIa aquilumangi, dizem algumas antiquoalhas ou *negros noticiosos* procedera de hum ferreiro que este gentio chama na sua lingoa qanqollas, e he couza que se não pode muito duvidar porque entre este gentio he officio muito estimado (I, p. 25, grifo nosso).

Hespanha, ao tratar dos primeiros séculos da presença portuguesa em Angola, observa: “com a escrita, surge também a capacidade de registrar as tradições orais” (2019, p. 78). Este é o caso da HGGA, já que com os “negros noticiosos”, Cadornega aprendeu e registrou por escrito, por exemplo, antigas tradições orais dos ambundos, como a que explica a origem dos Ngolas do Reino do Dongo a partir dos dominadores do ferro. Para os povos da África Centro-Occidental, a oralidade é um componente cultural de grande importância para a preservação histórica (CARVALHO, 2011, p. 5), e Cadornega dialoga com estas tradições e as registra por escrito, assim a historiografia e a literatura da segunda metade do século XX também o farão, o que nos permite perceber que o forte diálogo entre escrita e oralidade em Angola persiste na longa duração.

Mantendo a criticidade com relação à obra de Cadornega no que diz respeito a seu posicionamento favorável a Coroa dos Braganças, o que seria esperado para um português como ele, não podemos desconsiderar, por tal razão, a importância de sua obra na historiografia e na literatura de Angola. A esse respeito, Roberta Guimarães Franco faz as seguintes afirmações, com as quais estamos de acordo:

É claro que a ideia inicial de Cadornega era escrever os momentos de glória e conquista do povo português em Angola. O que talvez o jovem soldado não imaginasse era que estava escrevendo uma importante obra para os dois países. [...] A importância de Cadornega e de seus três tomos da *História Geral das Guerras Angolanas* está além do seu lugar de nascimento ou das dedicatórias à monarquia portuguesa, o jovem soldado, que escolheu ser também historiador, aprendeu cedo o valor das águas que cruzam o país africano, não aquelas que trouxeram os colonizadores, ou soldados como ele, a água salgada, mas aquelas que formam um trançado por onde o povo angolano, e somente ele, sabia navegar, por onde a Rainha Jinga encantou o historiador pela sua destreza. Cadornega nos leva a uma incansável viagem pelas águas doces de Angola, pelos rios que ajudaram na resistência contra o opressor e que, mais de três séculos depois, nos permite conhecer a força latente de um povo (2011, pp. 195 e 205).

Nessa mesma linha, também consideramos importantes as considerações de Marina de Mello e Souza sobre Cadornega e outros europeus que escreveram sobre a África Centro-Occidental no século XVII:

Para os portugueses que primeiro fizeram contato com esses povos e para aqueles que deixaram os mais antigos relatos sobre o Congo e Angola, onde os sistemas de pensamento eram semelhantes, os nativos eram povos pagãos, gentios, que precisavam ser trazidos para o seio da comunidade cristã. Mas é por meio de tais relatos que projetavam sobre o que descreviam a sua própria maneira de ver o mundo, que podemos ter uma visão de como eram os povos da África Centro-Occidental no passado (2018, p. 35).

Considerando que a HGGA assume um “entre-lugar”, podemos considerar que ela reproduz modelos provenientes da tradição historiográfica europeia de seu tempo, mas também incorpora a experiência de décadas que Cadornega viveu em Angola, onde tomou conhecimento de tradições históricas dos povos da África Centro-Occidental. Estas tradições também estão presentes na obra de Cadornega, o que faz com que ela assuma uma característica “polifônica”¹⁸, no sentido de que expressa não apenas a “voz” dos colonizadores europeus, mas também de *ambundos*, *bakongos* e *imbangalas* com os quais Cadornega teve contato. Certamente, podemos afirmar que o viés adotado por Cadornega em sua escrita não é neutro. Ainda assim, como afirma Carlo Ginzburg, “devemos aprender a desembaraçar os fios multicores” (2017, p. 287) de um texto, e “escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (Ibid., p. 11). Independentemente das intenções de Cadornega quando este escreveu sua obra, fato é que podemos encontrar nela “vozes incontroladas” de povos que habitavam a região de Angola muito antes dos europeus lá chegarem. Exemplo disso pode ser observado em passagens que Cadornega coloca por escrito conhecimentos que chegaram até ele por meio de tradições locais, como a história de que os reis antigos de Angola, certa vez, enviaram “vassalos” para que descobrissem a origem do rio Cuanza: “os reys antigos de Angola *se conta por tradição*, mandarão por seus vassallos a saber seu nascimento; lá forão e lá ficarão, que á dezejada pátria não tomarão” (III, p. 58, grifo nosso). Em trechos como este, podemos, ainda que pela mediação de Cadornega, que escreve a partir de conceitos europeus, ter acesso às “vozes” de antigos habitantes da região de Angola, que contavam suas histórias para portugueses, como Cadornega, que as registrou por escrito. Como desenvolveremos com mais detalhes no terceiro capítulo desta dissertação, Pepetela, em *A Gloriosa Família*, recorre à HGGA para

¹⁸ Utilizamos este conceito a partir das apropriações que historiadores como Carlo Ginzburg, em seu artigo *O inquisidor como antropólogo*, e Giuseppe Marcocci, em sua obra *Índios, chinos, falsários*, fizeram do famoso conceito de “polifonia” utilizado por Mikhail Bakhtin.

buscar nela estas “vozes” que são retiradas das sombras e reaparecem, incrementadas pela imaginação literária, em seu romance.

Apesar das ambiguidades que um autor do século XVII como Cadornega pode apresentar para nós, do século XXI, consideramos grande a importância de sua obra para os estudos a respeito de Angola, ainda que enfatizemos a necessidade de situar a HGGa em seu próprio contexto de escrita, como buscamos fazer neste capítulo. Podemos, desse modo, compreender onde ela se situa na tradição historiográfica europeia, mas sem desconsiderar o fato de que foi produzida fora da Europa, incorporando elementos próprios das tradições da África Centro-Occidental.

Antes de prosseguirmos para o próximo capítulo, cabe ressaltar que o século XVII é compreendido por diversos historiadores como um período de “crises” que perpassam a política, a economia, a religião e, de um modo mais amplo, todo o pensamento europeu. No campo da cultura, o historiador José Antonio Maravall, em *A Cultura do Barroco*, compreende que “o Barroco é uma cultura que consiste na resposta dada, em torno do século XVII, por grupos ativos pertencentes a uma sociedade que entrou em dura e difícil crise” (MARAVALL, 2009, p. 65). Historiadores como Eric Hobsbawm e Hugh Trevor-Roper pautaram, desde meados do século XX, importantes discussões historiográficas sobre o que ficou conhecido como “Crise Geral do Século XVII”. É importante enfatizar a data em que a HGGa foi concluída, o ano de 1681, pois esta coincide com o início do período que Paul Hazard denominou como “Crise da Consciência Europeia”, tema desenvolvido por este autor em sua obra denominada *La Crise de la conscience européenne: 1680-1715*, de 1935. O foco das discussões de Hazard, analisando o que se convencionou chamar de “Querela dos Antigos e Modernos”, são os debates que ocorreram no âmbito das discussões a respeito da autoridade da Bíblia e dos textos clássicos provenientes da Antiguidade num mundo em que as novas descobertas pareciam extrapolar a capacidade explicativa destes textos. A “Crise da Consciência Europeia” prepara, assim, o terreno para o Iluminismo e para as grandes transformações ocorridas no pensamento europeu a partir do século XVIII.

O gênero histórico, nesse contexto, passa por profundas transformações e, pouco a pouco, deixa de ter as características que tinha nos séculos anteriores (HANSEN, 2015, p. 13). Trata-se de uma época em que, nas palavras de Koselleck, “uma incipiente modernidade desligou-se de seu próprio passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade” (2006, p. 35). A “filosofia do progresso” ganha força ao longo desse processo, e, num contexto em que o futuro passa a ser compreendido como “inédito”, a

historia magistra vitae é abalada, abrindo espaço para novas teorias da história se desenvolverem. A autoridade dos Antigos já não acomodaria as tão velozes transformações e as inéditas novidades que o mundo vislumbrava. Cadornega, entretanto, escreve antes da “filosofia do progresso” e do Iluminismo. Tal constatação, ainda que possa soar como uma simples obviedade, tem grande importância no conjunto de nosso trabalho, já que analisaremos, nos próximos capítulos, uma revista e um romance que dialogam, a partir de perspectivas distintas, com debates sobre a história inaugurados a partir do século XVIII e, portanto, posteriores ao contexto de escrita da HGGA.

CAPÍTULO 2: A LEITURA DE CADORNEGA NA REVISTA DIOGO CÃO

A virada do século XVII para o século XVIII, como discutimos na parte final do capítulo anterior, foi marcada por profundas transformações no pensamento europeu. As novas conexões geográficas, a Revolução Científica, a crítica bíblica e as mudanças políticas e econômicas tiveram tamanho impacto que uma nova concepção de tempo histórico foi formulada. A noção de *historia magistra vitae*, ainda que não tenha desaparecido completamente, deu lugar a uma concepção histórica linear e progressiva, onde o futuro seria tão diferente do passado que a tradição proveniente da Antiguidade Clássica não mais seria suficiente para explicar esse mundo excessivamente novo que estava surgindo, o que resultou, a partir do século XVIII, num gradual abandono das tradições clássicas que foram hegemônicas na historiografia europeia até o século XVII.

A partir do século XVIII, as novidades surgiam com tanta velocidade que inundavam os mais diversos âmbitos da vida moderna. No campo político, tornavam-se possíveis movimentos revolucionários como a independência dos Estados Unidos e a Revolução Haitiana, como também a Revolução Francesa. No setor econômico, as condições para a Revolução Industrial e para o avanço do sistema capitalista pelo mundo vão sendo estabelecidas ao longo deste século, o que resulta em transformações na produção e concentração de riquezas. Tal fenômeno não afeta só a Inglaterra, onde tem início a Revolução Industrial, mas impacta todo o mundo, já que o capitalismo atinge, pouco a pouco, uma dimensão global. No âmbito do pensamento intelectual e científico, por sua vez, as novas ideias e descobertas aparecem aos montes e passam a ser divulgadas em periódicos que permitem a rápida circulação das novidades nos diversos campos do saber, (CASTILLO-ESPARCIA et al., 2014; MARTIN, 2019), que se profissionalizam e se tornam disciplinas independentes.

Enfatizamos este último ponto pelo fato de que, neste segundo capítulo de nosso trabalho, nos debruçaremos sobre uma revista de divulgação histórica, com forte teor cientificista e colonialista, intitulada Diogo Cão¹⁹, que teve como proprietário e diretor o padre português Manuel Ruela Pombo (1888-1960). A revista foi publicada como periódico entre os anos de 1931 e 1938, sendo dividida em quatro séries. A primeira série foi publicada em Luanda, a segunda teve seus primeiros volumes publicados em Luanda e os últimos publicados em Lisboa, enquanto as duas últimas foram publicadas em Lisboa. A primeira

¹⁹ As quatro séries estão disponíveis, em formato digitalizado, no seguinte endereço eletrônico: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/DiogoCao/DiogoCao.htm>

série (1931-1932), assim como a segunda (1933-1934) e a terceira (1935-1936), foram divididas, cada uma, em 10 volumes, com tiragem de 1000 exemplares impressos por volume. A quarta série, por sua vez, não apresenta a mesma divisão em 10 volumes das anteriores, e sua tiragem foi de 1500 exemplares. Havia a perspectiva, anunciada ao final da série IV, de que novas séries fossem publicadas antes do terceiro centenário da expulsão dos holandeses de Angola, o que não chegou a se concretizar:

Nas séries V e VI, que tenciono publicar antes do 15 DE AGOSTO DE 1948 - III Centenário da Restauração de Angola do podêr dos Holandeses - nelas, se DEUS quiser, continuarei a mostrar que tenho amor e devoção à nossa querida ANGOLA, mesmo sem proveito... literário, próprio ou pessoal. LISBOA, 31·Dez· 1938 (IV série, p. 308).

O principal objetivo deste capítulo será o de analisar como esta revista fez uma leitura da HGGA, de António de Oliveira de Cadornega, enxergando-a como um documento histórico capaz de conferir legitimidade ao projeto colonial dos portugueses em Angola. No entanto, antes de nos determos nesta análise, é fundamental compreender que entre o momento em que Cadornega concluiu sua HGGA e a década de 1930, quando a revista foi publicada, o mundo se transformou profundamente e novas concepções a respeito da história surgiram. A leitura que a Revista Diogo Cão fará da obra de Cadornega, em particular, e do século XVII, de um modo mais amplo, será permeada pelos novos ideais de civilização, progresso histórico e crítica documental que se relacionam com as transformações pelas quais a historiografia e o colonialismo passaram a partir do século XIX.

2.1 O colonialismo na África e a formação de um novo discurso colonial nos séculos XIX e XX

Como constata Eric Hobsbawm, com a exceção da Etiópia e da Libéria, “por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol” (2010, p. 100). No entanto, esta realidade de dominação colonial efetiva do território africano por potências europeias era historicamente recente. Até meados do século XIX, a presença europeia na África se limitava a algumas zonas litorâneas e apenas com raras exceções havia ocupação efetiva de algumas regiões interioranas. A mudança desse cenário se deu nas últimas décadas daquele século, num contexto que abrange um quadro mais amplo da história do colonialismo e do capitalismo global:

Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de 10 milhões de

quilômetros quadrados, a França em cerca de 9, a Alemanha conquistou mais de 2 milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. [...] As antigas colônias africanas de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados (Ibid., p. 101).

Segundo David Harvey, embora diversas formas de imperialismos tenham existido ao longo da história, em diferentes regiões do mundo, a partir da década de 1870 vemos a ascensão de um novo tipo de imperialismo, que ele chama de “imperialismo burguês” (2014, p. 43). Para este autor,

Os capitais excedentes na Europa, que o poder afirmativo da classe capitalista impedia crescentemente de encontrar usos internos, foram levados à força para o exterior a fim de mergulhar o mundo numa imensa onda de investimentos e comércio especulativos, em particular a partir de 1870 ou perto disso (Ibid., p. 44).

A lógica capitalista, baseada na necessidade de expansão dos lucros, seria, então, impulso fundamental para essa nova fase do colonialismo. Certamente, os discursos, já existentes à época, que faziam uso da história e das novas teorias raciais que colocavam os europeus como superiores aos demais povos do mundo serviram como base para a justificativa destes novos empreendimentos coloniais que estavam fundados em causas materiais relacionadas com as transformações do capitalismo num período no qual a sobreacumulação de capitais na Europa demandava a abertura de novos espaços integrados aquele sistema econômico. Além disso, também é preciso considerar, como observa Leila Hernandez, que “as novas indústrias elétrica e de motores precisavam de cobre, sendo seus maiores produtores países [...] como o Congo belga, a Rodésia do Norte, o Chile e o Peru. Por sua vez, os metais preciosos como o ouro e os diamantes passam a ser explorados na República da África do Sul” (2005, p. 77).

Além disso, prossegue a autora,

O próprio desenvolvimento desigual do sistema capitalista propiciou um consumo de massas nas metrópoles, criando um mercado em rápida expansão para os “bens coloniais”, isto é, para o chá, o café, o açúcar, o cacau e derivados e os óleos vegetais. [...] As colônias, nesse contexto, representavam pontos estratégicos em espaços geopolíticos, como a África Ocidental e Central, necessários para a penetração europeia (Ibid., p. 77-78).

Acreditamos que, ao tratar do tema do colonialismo, precisamos destacar a relevância do sistema capitalista nesse processo, com sua lógica de reprodução e acumulação infinita de capitais que ainda é dominante no século XXI. Fazemos questão de ressaltar, portanto, em acordo com os autores acima citados, que as razões econômicas são necessárias para compreender essa nova fase do colonialismo na África, ainda que façamos também a importante ressalva de que as razões econômicas que nos auxiliam na compreensão do colonialismo do século XIX não devam ser utilizadas para justificar hipóteses baseadas em

determinismos históricos, como a de que “a partilha e a conquista eram inevitáveis para a África, como dado inscrito na sua história”, hipótese criticada por Godfrey Uzoigwe (UZOIGWE, in BOAHEN, 2010, p. 31).

Com tais transformações econômicas no interior do sistema capitalista e com seus consequentes impactos no colonialismo, novos discursos foram produzidos com a finalidade de legitimar os novos empreendimentos coloniais. À ideia já existente de que os europeus executavam uma ação filantrópica ao colonizarem a África se somam as novidades do novo ideal de progresso, ainda inexistente nos primeiros séculos da modernidade. Podemos observar as características desse novo discurso colonial no pronunciamento do rei Leopoldo, da Bélgica, feito na abertura da Conferência Geográfica de Bruxelas, em 1876: “Abrir para a civilização a única parte do globo ainda infensa a ela, penetrar na escuridão que paira sobre povos inteiros é, eu diria, uma cruzada digna deste século de progresso” (HERNANDEZ, 2005, p. 60). Para compreendermos, minimamente, a formação deste novo conceito de *progresso* que marca o colonialismo a partir do século XIX e que estará presente na Revista Diogo Cão, como analisaremos adiante, precisaremos retroceder brevemente ao século XVIII.

Em primeiro lugar, é importante destacar que diversas formas de classificação dos povos do mundo já existiam antes do século XVIII, como vemos em autores da Primeira Modernidade. De acordo com Charles Boxer,

No início do século XVII, quando a expansão ibérica chegou ao apogeu na maioria das regiões, os invasores ocidentais geralmente qualificavam as culturas asiáticas como mais evoluídas, embora inferiores ao Ocidente cristão; em segundo lugar, classificavam as grandes civilizações do continente americano (astecas, incas e maias); em último, vinham os negros africanos junto com os índios caraíbas, tupis e outros “selvagens” indomados do Novo Mundo. Foi esta, em síntese, a classificação das civilizações e culturas elaboradas pelo padre José de Acosta [...] (2007, p. 62).

A grande novidade do século XVIII, no entanto, será o fato de que essas classificações passam a ser relacionadas com uma concepção *progressiva* do tempo histórico. Em *Principi di Scienza Nuova d'intorno alla comune natura delle nazioni*, obra publicada em 1725, Giambattista Vico já defendia a existência de etapas no desenvolvimento histórico das nações. De acordo com Ivan de Barros,

a teoria dos ciclos da História remonta a Políbio, no século II A.C. [...] Desta forma, as nações surgem, desenvolvem-se, conhecem seu apogeu, entram em declínio e desaparecem. [...] Vico, embora sustente a teoria dos ciclos, acrescenta a ela um elemento fundamental: *os homens são diferentes nas diferentes fases da História* (BARROS, 2010, p. 51 – grifo nosso).

Immanuel Kant, em sua *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*, de 1784, defende que a história teria uma finalidade e que a natureza segue “um

curso regular para conduzir a nossa espécie aos poucos de um grau de inferior animalidade até o grau supremo da humanidade” (KANT, 2011, p. 14). Observamos aqui uma teorização da história que compreende o tempo histórico a partir de uma linha progressiva de etapas de distintos graus civilizatórios, como já observamos em Vico. Nesta visão de história, as sociedades deveriam, seguindo o fio condutor do desenvolvimento histórico, passar de estágios mais atrasados em direção a estágios mais avançados. A história, portanto, estaria em processo de evolução de um ponto menos desenvolvido para outro mais desenvolvido.

Na nona proposição de seu ensaio, Kant afirma:

Somente um público instruído, que persistiu de seu começo até nós ininterruptamente, pode garantir a autenticidade da história antiga. Fora dele, tudo é terra incógnita, e a história dos povos que viveram fora dele só pode começar no momento em que aí entraram. [...] A primeira página de Tucídides (diz Hume) é o único começo de toda verdadeira história (KANT, 2011, p. 20).

Para Kant, a tradição histórica iniciada na Grécia seria a única digna de ser chamada de “verdadeira história”. Não é um mero detalhe o fato de que esta tradição é *escrita* e de que é na primeira *página de um livro* que se inicia a “verdadeira história”. Assim, a história dos povos que não possuíam cultura escrita seria compreendida como inautêntica, pois a cultura oral não teria a capacidade de “garantir a autenticidade da história antiga”²⁰. Esta visão a respeito da superioridade da cultura escrita não se encontra apenas em Kant, mas é um lugar comum na formação da intelectualidade europeia moderna e ainda repercute no presente em discussões sobre as possibilidades do conhecimento histórico e sobre as relações entre oralidade e literatura, temas que serão caros a Pepetela, autor que estudaremos em nosso próximo capítulo. Por ora, importa-nos apenas observar que para um importante filósofo iluminista como Kant, a Europa tem um peso maior do que qualquer outro continente no desenvolvimento civilizatório e a cultura escrita teria relação direta com tal desenvolvimento. A Europa estaria, então, no estágio mais avançado do progresso rumo ao “grau supremo da humanidade”, em oposição a outras regiões do mundo, normalmente ágrafas, que estariam mais próximas do que Kant considerava um “grau de inferior animalidade”.

Dentre as regiões do mundo que eram tidas como atrasadas pelos principais pensadores europeus desta época, o continente africano ocupava uma posição de destaque. Um pouco antes do ensaio de Kant ser concebido, o botânico Lineu (1707-1778), ao fazer uma classificação racial humana, traça uma visão negativa do africano, visto em oposição ao

²⁰ Veremos, mais adiante, que a Revista Diogo Cão será permeada por essa visão da cultura escrita, enquanto no próximo capítulo, veremos que Pepetela, em *A Gloriosa Família*, vai na direção contrária desse discurso ao questionar a posição da tradição escrita como a única autêntica e legítima.

Europeu. Kabengele Munanga apresenta a seguinte síntese do modelo de classificação racial feito por Lineu:

- Americano: que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado.
 - Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas.
 - Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.
 - Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas.
- (MUNANGA, 2004).

Vemos, portanto, que a inferiorização dos africanos não é restrita ao campo da filosofia e dos pensadores que teorizam a história na segunda metade do século XVIII, mas também aparece, como observamos em Lineu, no campo das ciências biológicas que estão se estruturando nesse mesmo contexto, tendo justamente em Lineu o principal estudioso responsável pela sistematização taxonômica que permeará a biologia enquanto ciência moderna.

Voltando ao campo da filosofia, George Hegel, um dos filósofos mais influentes dos últimos séculos, também compreendia que a história percorria uma linha progressiva em direção ao cumprimento de um fim. Assim como Kant, Hegel também entendia que a linha do desenvolvimento que levara a Europa de seu tempo a ocupar a dianteira do progresso histórico teria na Grécia seu ponto de partida, pois lá teria surgido a verdadeira liberdade, em oposição ao que ocorria entre os chamados “orientais”:

Os orientais não sabem que o espírito, ou o homem como tal, é livre em si mesmo. E como não sabem, eles não são. Eles só sabem que existe um que é livre. Mas, justamente por isso, essa liberdade é apenas capricho, barbárie e aspereza da paixão, ou também doçura e mansidão, como um acidente casual ou capricho da natureza. Este é, portanto, um déspota, não um homem livre, um humano. A consciência da liberdade surgiu apenas entre os gregos; e é por isso que os gregos foram livres²¹ (HEGEL, 2010, p. 57, tradução nossa).

Os chamados orientais, retratados de modo homogêneo, seriam, então, destituídos do principal elemento motor do progresso histórico: a liberdade. Por outro lado, os gregos e seus herdeiros modernos, os ocidentais, seriam verdadeiros humanos, livres, o que os permitiria estar à frente dos demais povos do mundo, como uma luz racional num mundo coberto por trevas irracionais.

²¹“Los orientales no saben que el espíritu, o el hombre como tal, es libre en sí. Y como no lo saben, no lo son. Sólo saben que hay uno que es libre. Pero precisamente por esto, esa libertad es sólo capricho, barbarie y hosquedad de la pasión, o también dulzura y mansedumbre, como accidente casual o capricho de la naturaleza. Este uno es, por lo tanto, un déspota, no un hombre libre, un humano. La conciencia de la libertad sólo ha surgido entre los griegos; y por eso han sido los griegos libres”.

Nesta linha do progresso civilizatório de Hegel, a África, especialmente a região subsaariana, que ele considerava como “a África propriamente dita”, seria relegada a um estágio de atraso e inferioridade com relação à Europa. A África, para Hegel, é vista como o oposto da Europa, como um “país criança” (Ibid., p. 234). Afastado da história e recolhido em si mesmo, o continente seria selvagem, distante de qualquer civilização e separado do fio condutor do progresso histórico. Estaria, assim, em um estado infantil, no patamar mais inferior das etapas civilizatórias. Aliás, a constatação de que a África seria um “continente criança” já pode nos sugerir a ideia de que seria preciso colocá-la sob a tutela de um “continente adulto”, que estivesse num patamar mais elevado de civilização: a Europa. Na Primeira Modernidade, a noção de barbárie, e não de infância, é mais comumente utilizada para se referir ao continente africano. Já em princípios do século XIX, porém, vemos uma transformação do olhar europeu com relação à África, que podemos associar com uma nova compreensão do conceito de *progresso* histórico, quando a não civilidade é associada a um não desenvolvimento de uma cultura que estaria ainda numa fase “primitiva”, numa *etapa* inferior de uma escala civilizatória, sendo infantil no sentido de que poderia, numa etapa futura, avançar progressivamente na direção do desenvolvimento, atingindo uma fase “adulta”. Assim, caberia aos povos europeus, que já estariam numa etapa mais avançada e madura de desenvolvimento civilizatório, tutelar os povos que estariam em etapas que os europeus já haviam superado. Tais noções são novidades importantes no interior do discurso colonial que despontará no século XIX.

Ainda sobre a África, Hegel afirma:

Nesta parte principal da África, não pode haver em realidade história. Há apenas casualidades, surpresas, que se sucedem umas a outras. Não há nenhum fim, nenhum Estado, que possa ser perseguido; não há subjetividade, mas apenas uma série de sujeitos que se destroem (Ibid., p. 237, tradução nossa)²².

A partir destas considerações de Hegel, podemos observar como vai sendo gestada, a partir da Europa, uma visão sobre o continente africano que o coloca não só como bárbaro e atrasado, mas também como destituído de história. A história, profundamente relacionada com a cultura escrita, seria atributo dos povos considerados civilizados. Na África subsaariana, para Hegel, haveria “causalidades”, acontecimentos dispersos no tempo, mas estes não seguiam uma *racionalidade histórica*. Nesta perspectiva, os africanos seriam povos errantes que se

²² “En esta parte principal de África, no puede haber en realidad historia. No hay más que casualidades, sorpresas, que se suceden unas a otras. No hay ningún fin, ningún Estado, que pueda perseguirse; no hay ninguna subjetividad, sino sólo una serie de sujetos que se destruyen”.

autodestruíam, habitantes de um continente separado do progresso histórico que ocorria na Europa, que neste período passava por um acentuado processo de modernização capitalista.

Ainda que de modo muito breve, buscamos apresentar, até aqui, algumas bases filosóficas do ideal de “progresso”, caro ao discurso colonial, como já constatamos por meio do discurso do rei Leopoldo citado anteriormente. Os exemplos que apresentamos, de Kant e Hegel, foram escolhidos por razão da importância destes dois filósofos e do impacto posterior de seus sistemas filosóficos, mas é preciso destacar que Kant e Hegel fazem parte de um contexto histórico onde o chamado *zeitgeist*, o “espírito do tempo” da intelectualidade europeia, se pautava na compreensão comum de que os europeus seriam mais avançados que outros povos e detentores de uma razão orientadora do progresso histórico.

Edward Said, em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, obra publicada originalmente em 1978, ao tratar da visão europeia a respeito dos povos que estes consideravam como “orientais”, considera que o discurso colonial fazia os seguintes contrapontos entre o europeu (ocidental) e o oriental: “o oriental é irracional, depravado, infantil, ‘diferente’; o europeu é racional, virtuoso, maduro, ‘normal’” (2007, p. 73). Tais concepções foram veiculadas e propagadas na Europa por diversos meios, inclusive pela história, pela literatura e por periódicos: “os periódicos orientalistas, começando com o *Fundgraben des Orients* (1809), multiplicaram o acervo de conhecimento” (Ibid., p. 77). Tendo em vista que pretendemos, neste capítulo, trabalhar o discurso colonialista presente numa perspectiva de leitura da obra de Cadornega encontrada na revista Diogo Cão, acreditamos que o aquilo que Said afirma sobre o discurso colonial a respeito do Oriente se aplica, em certa medida, também ao discurso colonial sobre a África.

Antes de Said, Franz Fanon já apontava que os discursos sobre os africanos construídos a partir da Europa moderna eram baseados no mito de que a “sociedade branca” seria detentora dos atributos de “progresso, civilização, liberalismo, educação, luz, refinamento” (FANON, 2008, p. 164), enquanto os negros seriam, nesta visão colonialista e profundamente racista, destituídos destes atributos míticos e, portanto, sujeitos à tutela colonial e à imposição cultural dos brancos. A invenção do outro a partir da Europa é característica necessária do colonialismo em sua busca por se auto-justificar de modo a maquiara ações brutais e opressoras de uma aparência de filantropia. A historiadora Leila Hernandez, também ao tratar sobre a invenção de uma ideia de “África” a partir dos discursos coloniais, faz as seguintes considerações:

O saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõem um “olhar

imperial” sobre o universo. Assim, o conjunto de escrituras sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e os meados do XX, contém equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento, quando não do próprio desconhecimento do continente africano. [...] Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção da etnia negra. Assim sendo, o termo *africano* ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo (2005, p. 18).

A noção de “raça” é introduzida na literatura especializada por Georges Cuvier no começo do século XIX (SCHWARCZ, 1993, p. 63) e passa a ter forte influência no colonialismo a partir de então. A África passará a ser associada com a noção de “raça negra”, que seria colocada num patamar de inferioridade e primitivismo, como observou Fanon ao tratar dessa mentalidade racista que sistematicamente foi teorizada e incorporada ao colonialismo a partir do século XIX: “Magia Negra, mentalidade primitiva, animismo, erotismo animal, [...] tudo isso caracteriza os povos que não acompanharam a evolução da humanidade” (FANON, 2008, p. 116). De acordo com Lilia Schwarcz, em *O Espetáculo das Raças*, de 1993, no século XIX, “duas grandes vertentes aglutinavam os diferentes autores que na época enfrentaram o desafio de pensar a origem do homem” (Ibid., p. 64), sendo a primeira a visão monogenista, que predominou até meados do século e supunha que o ser humano teria se originado de uma fonte comum, enquanto a segunda a visão, chamada de poligenista, se baseava na crença de que o ser humano teria surgido a partir de várias fontes diferentes:

Retornando a Hipócrates, o poligenismo insistia na ideia de que as diferentes raças humanas constituiriam “espécies diversas”, “tipos” específicos, não redutíveis, seja pela aclimatação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade. [...] Este debate que opõe monogenistas e poligenistas pode ser acompanhado, por outro lado, na delimitação de disciplinas afins. Ou seja, enquanto os *estudos antropológicos* nascem diretamente vinculados às ciências físicas e biológicas, em sua interpretação poligenista, as *análises etnológicas* mantêm-se ligadas a uma orientação humanista e de tradição monogenista (p. 66).

Estas discussões evidenciam que, mesmo havendo heterogeneidade no pensamento antropológico do século XIX, ganhará destaque, a partir dos poligenistas, explicações que procuraram justificar biologicamente o racismo e o colonialismo. Assim, às novas concepções de progresso histórico, soma-se como novidade do colonialismo a partir do século XIX a noção de *raça*, que será colocada em diálogo também com a nova noção de progresso, pois as “raças” consideradas mais avançadas costumavam ter facilidades no avanço do progresso

civilizatório, e precisariam, desse modo, ser tutoras (ou seja, colonizadoras) das “raças” consideradas como atrasadas e inferiores.

Com base no que acabamos de expor, podemos considerar a fala do rei Leopoldo, da Bélgica, quando afirma que caberia aos europeus a missão de “abrir para a civilização a única parte do globo ainda infensa a ela, penetrar na escuridão que paira sobre povos inteiros”, numa “cruzada digna deste século de progresso”, como uma síntese do discurso colonial predominante no período. Associadas a tal concepção de progresso, diversas áreas do conhecimento como a filosofia, a história, a antropologia, a biologia, a crítica literária – além da própria literatura – passam a ser utilizadas como instrumentos de legitimação dos empreendimentos coloniais europeus. Com as devidas particularidades e especificidades, esse discurso colonial que se forma na Europa do chamado “século do progresso” também encontrará lugar entre os adeptos do colonialismo português a partir do final do século XIX e ao longo do século XX.

2.2 O colonialismo português no século XX

Desde o século XV, os portugueses já estavam presentes em alguns pontos costeiros do continente africano. A HGGA, de Cadornega, analisada por nós no primeiro capítulo deste trabalho, descreve bem como os portugueses já se interessavam por Angola no século XVII. Naquele período, a região se encontrava integrada ao sistema econômico vigente no Atlântico Sul, sendo Luanda um porto fundamental para o chamado “trato de escravos” (ALENCASTRO, 2000). Apesar disso, a presença portuguesa no território que hoje corresponde à Angola era mínima naquele momento, concentrando-se apenas em Luanda, Benguela e em algumas vilas e fortificações interioranas, como Massangano, onde Cadornega viveu por muitos anos. Isso significa que a maior parte do atual território angolano estava, então, sob o controle político de lideranças locais, que podiam estabelecer relações com os portugueses e com outros europeus sem que isso significasse perda de independência política. A rainha Jinga é, possivelmente, o melhor exemplo de liderança política daquela região no período em que Cadornega viveu e, embora fizesse alianças com europeus de acordo com suas conveniências, mantinha a independência política dos territórios que governava.

Até o século XIX, esta situação permaneceu sem grandes alterações. Os portugueses participavam ativamente do comércio da região, eram cruciais no tráfico de escravizados para as Américas, especialmente para o Brasil, mas não ocupavam efetivamente a maior parte do que hoje entendemos como território angolano. Isso começou a mudar na virada do século

XIX para o século XX. De acordo com Fernando Rosas, “Angola foi talvez a colônia onde durante mais tempo e de forma mais generalizada as diferentes etnias resistem e se rebelam contra a expansão do domínio colonial português” (2018, p. 22). De fato, ao longo do século XIX, foram bem-sucedidas as formas de resistência das diversas etnias africanas que habitavam os territórios pretendidos por Portugal, ainda que os portugueses tivessem a intenção de aumentar seu poderio na África desde, pelo menos, a independência do Brasil, em 1822, quando começa a ser debatido, no parlamento português, o tema da ocupação efetiva das colônias na África. Como demonstrou o historiador Valentim Alexandre em *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*, de 2008, planos gerais de recolonização dos territórios africanos, com base num novo projeto colonial, começam a aparecer já no primeiro período liberal (1820-1823), ainda que “o interesse por África, neste primeiro triênio liberal, vem a traduzir-se apenas nas medidas tomadas para evitar uma eventual tentativa de anexação de Angola pelo Brasil” (ALEXANDRE, 2008, p. 105). Outros planos para reestruturar o colonialismo português na África surgem ao longo dos próximos anos, mas acabam não produzindo grandes consequências práticas:

São várias as razões deste fracasso. A mais óbvia está na instabilidade política vivida na metrópole, que, para além de concentrar atenções e recursos nos assuntos internos, impedia a aplicação de qualquer projecto colonial com um mínimo de continuidade. Igualmente clara é a falta de meios, financeiros e humanos, para pôr em prática esse projecto, numa época de crise, em que a perda do papel de entreposto dos projectos brasileiros afectava gravemente as receitas do Estado português (Ibid., p. 107).

Ao longo do século XIX, o debate sobre a reformulação do colonialismo português na África continuou gerando propostas, mas estas, em geral, não saíam do papel. Apenas no início do século XX a ocupação efetiva destes territórios ganha concretude. Segundo Fernando Rosas, “os combates da ‘ocupação efetiva’ em Angola vão arrastar-se ao longo de 88 anos, entre 1848 e 1926” (ROSAS, 2018, p. 22), o que deixou “um pesado lastro de sangue” naquela terra.

No século XIX, Portugal ocupava uma posição periférica entre as potências capitalistas da Europa. Por isso,

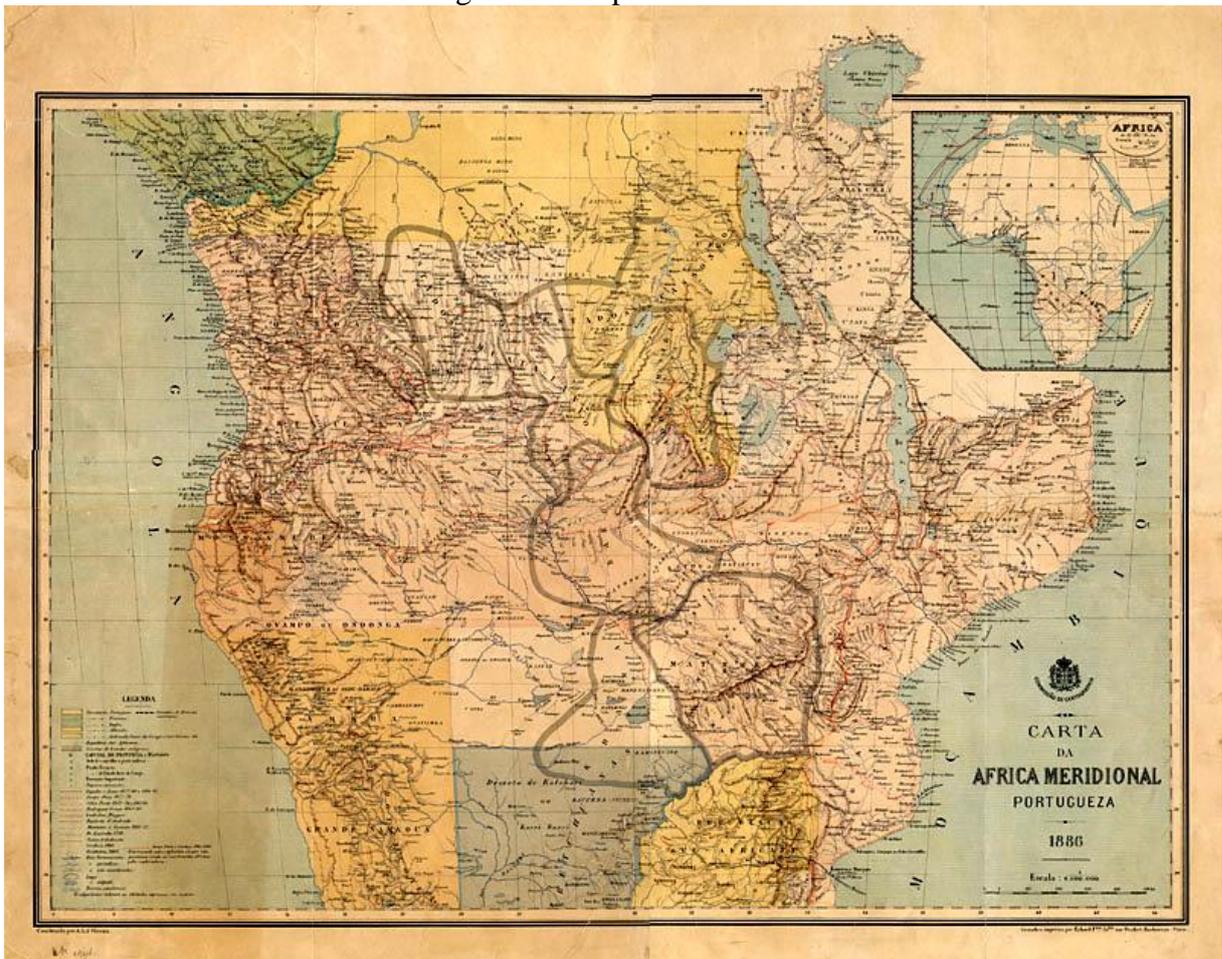
não era empurrado para a corrida africana por nenhuma decisiva pressão endógena, fosse ela decorrente das necessidades de encontrar novos mercados, novas fontes de matérias-primas, força de trabalho barata para repor taxas de lucro, ou de buscar propósitos estratégicos de hegemonia imperial (Ibid., p. 25).

Sendo assim, os fatores que impulsionaram Portugal a se engajar na ocupação efetiva de suas colônias africanas se relacionam com um ideal nacionalista associado à ação colonizadora e,

principalmente, com a “ameaça das potências coloniais económica e militarmente mais poderosas” (Ibid., p. 26), sendo que estas foram impulsionadas aos novos modelos de empreendimentos coloniais pelas transformações do capitalismo no século XIX, conforme mencionamos anteriormente. Iniciada em 15 de novembro de 1884 e finalizada em 26 de fevereiro de 1885, a Conferência de Berlim foi um marco simbólico nesse processo de “ocupação efetiva” da África pelas potências coloniais europeias. Conforme observa Leila Hernandez, “a partir da conferência, a corrida ao continente africano foi acelerada” (2005, p. 64). Na conferência, o argumento português de que Portugal teria direitos históricos sobre diversos territórios africanos não foi bem recebido, e a “ocupação efetiva” das colônias passa a ocupar maior relevância no reconhecimento das potências europeias sobre o direito que cada uma teria sobre os seus territórios reivindicados. Assim, com receio de perder seus territórios para as demais potências europeias, Portugal passou, então, a buscar a ocupação de suas colônias. Neste momento, embora os portugueses tivessem pretensões sobre toda a região entre Angola e Moçambique, delimitada pelo chamado “mapa cor-de-rosa” (figura 2), Portugal viu seus planos frustrados pelo Ultimato Britânico de 1890, que exigia que os portugueses abandonassem a região entre Angola e Moçambique. Tal imposição, que precisou ser obedecida por Portugal, foi recebida como uma humilhação para os portugueses, o que deixou “efeitos profundos na construção do moderno colonialismo português em África” (ROSAS, 2018, p. 30).

Os anos finais do século XIX são marcados por um forte pessimismo dos portugueses com relação ao destino de seu país. Este sentimento geral é bem descrito por Eça de Queirós em correspondência a um amigo, em agosto de 1891: “Eu creio que Portugal acabou. Só o escrever isto faz vir as lágrimas aos olhos – mas para mim é quase certo que a desapareição do reino de Portugal há-de ser a grande tragédia do fim do século” (QUEIRÓS, 1891, apud RAMOS, p. 263). Como sabemos, o Reino de Portugal não desapareceu no final do século XIX, como pensara Eça de Queirós. No entanto, no ano de 1910, tendo em vista este contexto de crise que já se estendia há vários anos, o Reino deu lugar à República. Não é fato irrelevante que o Hino Nacional escolhido para a República era uma marcha anti-inglesa composta justamente no contexto do Ultimato Britânico. Ou seja, a República, embora tente se distanciar de certos elementos do passado tradicional português, em busca da modernização do país, nasce como uma resposta ao sentimento de humilhação que acompanhava Portugal desde 1890, quando o famoso mapa cor-de-rosa entrou em descrédito.

Figura 2 – Mapa cor-de-rosa



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, domínio público, disponível em https://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/cc976a/cc976a_3.jpg - acesso em 16/01/2023

Um dos posicionamentos que ganhou destaque na discussão a respeito do resgate do sentimento de orgulho nacional português durante as primeiras décadas do século XX era o de que o empreendimento colonial teria papel central nesse processo. Embora esses discursos obtivessem adeptos entre membros de diversas correntes políticas que se organizaram durante as décadas de 1910 e 1920, foi a partir da década de 1930, com o Estado Novo, que a questão colonial ganhou novos contornos e atingiu um patamar ainda maior de centralidade na política nacional portuguesa, tendo no principal líder desse novo regime, António de Oliveira Salazar, um forte defensor de uma reorganização do colonialismo.

Como mencionamos anteriormente, a o regime republicano passa a vigorar em Portugal a partir de 1910. Seus primeiros anos, porém, são conturbados. Em 1914, inicia-se a Primeira Guerra Mundial. Entre dezembro de 1917 e dezembro de 1918, Sidónio Pais governa o país de forma autoritária, inaugurando uma Nova República. Como expressão deste turbulento contexto político, Sidónio Pais foi assassinado a tiro na noite de 14 de dezembro de 1918 (RAMOS, p. 291). As próximas duas décadas não serão menos conturbadas. Entre 1926

e 1933, Portugal atravessa uma fase autoritária durante o período da Ditadura Militar portuguesa. Nesse contexto é que António de Oliveira Salazar ganha grande importância política em Portugal.

Nascido em 1889, Salazar se tornou Ministro das Finanças no ano de 1928, depois de breve passagem por este cargo em 1926. Antes disso, havia sido seminarista e militante do Centro Católico Português, além de professor na Universidade de Coimbra (Ibid., p. 299). Numa época em que o fascismo despontava na Itália e o nazismo na Alemanha, a conjuntura internacional parecia favorável à ascensão de um regime autoritário em Portugal. Embora o país já estivesse num regime de caráter ditatorial desde 1926, o que havia era uma “Ditadura sem um ditador”, nas palavras de António Costa Pinto, pois “o regime implantado em Portugal em 28 de maio de 1926, uma ditadura militar, não transportava consigo um projecto alternativo ao liberalismo republicano” (2007, p. 25). Em 1933, com a aprovação de uma nova Constituição, inicia-se uma nova fase da história portuguesa: o Estado Novo. Este novo regime, diferentemente do que vigorou entre 1926 e 1933, tinha projetos melhor estabelecidos para se contrapor ao liberalismo republicano e, além disso, também apresentava a figura de um “grande líder”, Salazar.

Ao tratar do salazarismo, Costa Pinto considera que “sua pulsão nacionalista repousava na herança do passado: o seu património colonial” (Ibid., p. 33). Ou seja, nacionalismo e colonialismo andariam juntos e se complementariam. Pouco antes da aprovação da Constituição de 1933, em 8 de julho de 1930, já havia sido publicado, como Decreto nº 18570, o Ato Colonial, que normatizava a colonização portuguesa. O Ato Colonial seria incorporado à Constituição de 1933 como decreto-lei nº 22465²³, e nele já podemos encontrar as principais características da política colonial do Estado Novo. Merece destaque o seu artigo 2º, do Título I, “Das garantias gerais”:

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

Este artigo está permeado pela ideia de que haveria uma necessidade de levar a civilização para povos considerados como atrasados. Portanto, entende-se que estes povos não eram previamente civilizados, mas precisavam da atuação portuguesa ali para que pudessem alcançar um estágio superior. Além disso, encontramos ali uma visão de que a “Nação Portuguesa” teria uma essência. Tal posicionamento, também, não pode ser compreendido de

²³ O ato colonial, tal como foi incorporado à Constituição de 1933, pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf

forma a-histórica. Peter Burke, em *Cultura Popular na Idade Moderna*, obra publicada originalmente em 1978, afirma que “foi no final do século XVIII e início do século XIX [...] que o ‘povo’ (o *folk*) se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus” (2010, p. 26). Neste mesmo contexto, que coincide, não arbitrariamente, com a Revolução Francesa, com o início do Romantismo, com o surgimento do Estado Nacional burguês e com as filosofias da história de Kant e Hegel já analisadas por nós neste capítulo, a ideia de “povo” começa a despertar interesse de estudiosos europeus. Assim, é elaborado também o conceito de “*volksgeist*”, o “espírito do povo” (CARVALHO et al., 2018). A partir dessa noção, cada povo teria um espírito próprio, num sentido próximo do que, no Ato Colonial, é enunciado como “essência orgânica da nação”. Se cada povo teria uma essência, o espírito do povo português seria o de “possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”. Assim, os discursos coloniais, neste momento, estarão diretamente associados com discursos nacionalistas e, como é comum que ocorra em discursos pautados em um modelo ideal de nação, seria preciso inventar tradições que os sustentassem (HOBSBAWM e RANGER, 1997). O passado funciona, portanto, como um lastro de legitimidade para a sustentação dos projetos e ideais do presente. No entanto, Eric Hobsbawm, ao tratar das “tradições inventadas”, pondera que “a inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade” (Ibid., p. 13).

De acordo com Fernando Rosas, o Estado Novo é fundado em “mitos ideológicos”, tradições inventadas que estão na base da formação do que seria o “homem novo” (2001, p. 1031), sendo um dos principais o “mito imperial, em larga medida herdado da tradição republicana e monárquica anterior, no seu duplo aspecto de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar” (Ibid., p. 1034). Como fica evidente no Ato Colonial, o homem novo português teria como um atributo essencial e atemporal o *ser colonizador*, o que estaria associado com outra parte da essência do português, o *ser católico*, que também é outro mito ideológico considerado por Rosas, que fala do “mito da essência católica da identidade nacional”, que “entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português” (Ibid., p. 1036). No Estado Novo português, às novas ideias sobre o colonialismo gestadas na Europa do século XIX, centradas no conceito de *progresso*, se unem particularidades específicas do salazarismo, como essa visão ultraconservadora a respeito da religião católica como essência do povo português e o “mito imperial”, baseado em uma certa memória

coletiva²⁴ sobre o passado colonial português e que também se une a todo o arcabouço mitológico do “homem novo”. Nas palavras de Rosas,

No período áureo da afirmação do projecto ideológico totalizante do Estado Novo, nos anos 30 e 40, apesar das fissuras e nuances internas, o regime definira um discurso propagandístico claro, agressivo, fundamentador de uma «nova ordem», procedendo, para tal, quer à revisão purificadora e autolegitimadora da memória histórica, quer à fabricação de um conceito integrador e unificador de «cultura popular», de raiz nacional-etnográfica. O propósito era o de estabelecer uma ideia mítica de «essencialidade portuguesa», transtemporal e transclassista, que o Estado Novo reassumira ao encerrar o «século negro» do liberalismo e a partir da qual se tratava de «reeducar» os portugueses no quadro de uma nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial (Ibid., p. 1033-1034, grifo nosso).

É de grande relevância, portanto, o papel da memória histórica como parte da autolegitimação do projeto totalizante do Estado Novo. Rever e “purificar” o passado para atender as pretensões políticas do regime se mostrava como elemento fundamental da sustentação dessa nova ordem. É nesse contexto histórico que a Revista Diogo Cão será gestada sob a direção de Ruela Pombo, um padre e missionário católico erudito.

2.3 A Revista Diogo Cão e seu diretor, padre Manuel Ruela Pombo

Embora existam alguns trabalhos acadêmicos que façam alguma referência à Revista Diogo Cão, como a dissertação de mestrado de Mário João Lázaro Vicente (2021), não encontramos, até o momento, produções que se debruçaram profundamente sobre ela. Sobre o seu “diretor, redator, administrador, editor e proprietário”, padre Manuel Ruela Pombo, também há poucos trabalhos acadêmicos que mencionam algumas breves informações sobre ele, como é o caso da tese de doutorado de Ana Paula Torres Megiani²⁵ (2000, p. 146). Não tivemos condições, nesta pesquisa, de encontrar documentos primários que nos permitissem fazer uma investigação aprofundada sobre sua vida pessoal, a não ser por meio de alguns dados que ele menciona em sua própria revista. Encontramos, porém, na Revista da Academia Mineira de Letras, uma pequena biografia a seu respeito, que aparece nessa revista como parte

²⁴ Pensamos aqui no conceito de memória coletiva tal como apresentado pelo sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945), em sua obra *La Mémoire Collective*, publicada pela primeira vez em 1950, após a morte do autor.

²⁵ Megiani analisa a primeira obra impressa sobre a viagem de Felipe II a Portugal em 1581, e para isso trata de uma edição dessa obra publicada em 1950 por Ruela Pombo, sobre a qual afirma ser “uma edição muito curiosa e repleta de dados e referências a documentos sobre a Jornada e Entrada de Felipe II” (2000, p. 146). Tais observações reforçam a grande erudição e conhecimento de documentos relativos à história de Portugal por parte de Ruela Pombo.

de uma matéria relacionada às contribuições de padre Ruela Pombo para a descoberta de documentos sobre o inconfidente José Álvares Maciel (1760-1804):

Manuel Ruela Pombo nasceu em 30 de Julho de 1888, na freguesia do Bunheiro, Concelho da Murtosa, distrito de Aveiro, oriundo de uma família de lavradores, tendo sido o primeiro de sete irmãos. Fez os estudos preparatórios para o curso de Teologia no Colégio-Internato de Santo António e depois no Seminário Menor de Nossa Senhora do Rosário, nos Carvalhos. Em 1911, quando já frequentava o Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição, no Porto, Ruela Pombo envolveu-se, de maneira ainda hoje pouco clara, nas convulsões do chamado “Golpe Militar do Palácio de Cristal”, de origem monárquica, acabando por ser preso. Encarcerado no Aljub-e, foi transferido para Lisboa, dando entrada no Forte de São Julião da Barra, onde ficou incomunicável, até que o levaram novamente para o Porto a fim de ser julgado. Foi depois conduzido para o Limoeiro e dali transitou para o Forte do Alto do Duque, de onde se evadiu, na noite de Carnaval de 20 para 21 de Fevereiro de 1912, chefiando um grupo de onze companheiros. Exilou-se na Galiza, junto das hostes de Paiva Couceiro, vindo a tomar parte na II Incursão Monárquica, na marcha sobre Chaves e no assalto à Praça Forte. Derrotados os monárquicos, retiram-se novamente para a Galiza, e Ruela Pombo integra este grupo. Entretanto, o Governo Espanhol, por pressão de Portugal, ameaça desencadear prisões entre os revoltosos. Perante os acontecimentos, decide então embarcar para o Brasil, com o intuito de terminar os estudos e ser ordenado sacerdote. (2015, p. 98)²⁶.

Observamos que, desde cedo, Ruela Pombo tinha claras posições políticas pró-monárquicas e situadas politicamente à direita, como ele próprio nos dá a entender em sua revista (IV série, p. 293). Ruela Pombo viveu no Brasil, no estado de Minas Gerais, durante quase uma década, até 1922, ano em que parte para Luanda. Quando chegou ao Brasil,

[...] dirigiu-se para a Diocese de Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais, onde viria a encontrar colocação como porteiro do Seminário-Paço Diocesano e, depois, como professor e prefeito no Ginásio Diocesano, tendo completado as cadeiras que lhe faltavam dos estudos iniciados no Porto. Em 1914 logrou a transferência para a Diocese de Campanha do Rio Verde, sendo ordenado sacerdote em julho de 1916 pelo Bispo Dom Almeida Ferrão. Em janeiro de 1917, tomou posse como vigário da paróquia do Senhor Bom Jesus de Matosinhos do Lambari, atual Jesuânia, onde ficou até setembro de 1919, quando assume o cargo de pároco de São Gonçalo do Sapucaí, onde irá permanecer até março de 1922, data em que parte para Angola como missionário, já anistiado (Ibid.).

A sua permanência de uma década no Brasil, no sul de Minas Gerais, é mencionada em um artigo da quarta série da Revista Diogo Cão, intitulado *Os Pretos no Brasil*, em que tece críticas à obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre:

²⁶ Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 94º Academia Mineira de Letras / LXXII. Revista da Academia Mineira de Letras. LXXI. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2015.

Pelo conhecimento que tenho dos gentios puros da província da Quiçama e dos Pretos de Minas Gerais, por onde passei e me demorei dúzias de anos, não temo que me venham desmentir nesta afirmação, que não é só minha: Não se encontra no Brasil um único culto negro fetichista puro. O que por lá se faz às-ocultas e às-claras é uma *mistaráda* difícil, se não impossível, de desemaranhar (série IV, p. 294).

Como se percebe neste trecho acima citado, Ruela Pombo, embora português, passou uma parte de sua vida no Brasil, e outra parte em Angola, por aproximadamente o mesmo tempo em cada um destes locais. Em Angola, chegou em 1922 e viveu até 1933, quando volta a residir em Portugal. Sobre o período de pouco mais de uma década em que viveu em Angola, a pequena biografia apresentada pela Revista da Academia Mineira de Letras afirma o seguinte:

Uma vez em Luanda, começou por exercer o magistério primário, até que, em dezembro de 1923, tomou posse como pároco-missionário da igreja de Nossa Senhora do Cabo da Ilha de Luanda, transferindo-se em seguida para a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima, passando a dedicar duas horas diárias exclusivamente à história de Angola. Em Angola, foi dos primeiros investigadores a pesquisar os arquivos do Governo Geral, da Câmara Municipal de Luanda e da Cúria Diocesana (2015, p. 99).

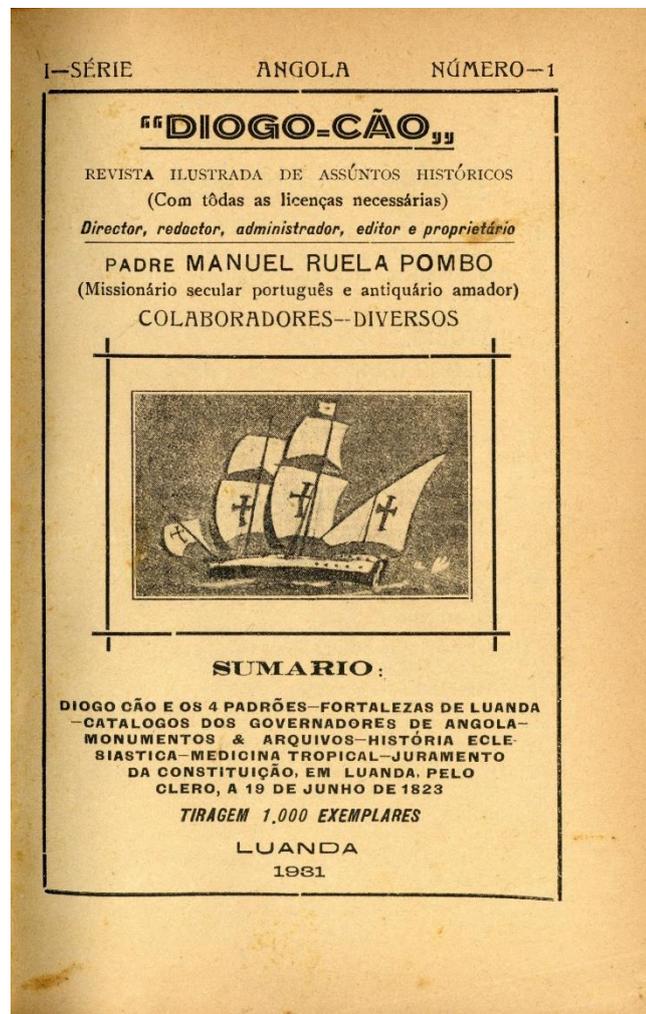
A respeito de sua vida após o regresso a Portugal, sabemos apenas que continuou, durante os anos 1930, investigando arquivos, a fim de encontrar documentos históricos sobre Angola e, algum tempo antes de falecer no ano de 1960, doou para a Biblioteca Municipal Palácio Galveias, em Lisboa, uma coleção de mais de 6000 títulos²⁷.

A revista, na capa da série I (figura 3), é apresentada como sendo uma “revista ilustrada de assuntos históricos”. Já na capa da série II, como “revista ilustrada de assuntos angolanos”. Nas capas das séries III e IV há uma síntese das apresentações anteriores, e a revista é apresentada como uma “revista ilustrada de assuntos históricos angolanos”. De modo geral, podemos dizer que a revista, em suas diversas seções, busca apresentar ao público leitor informações sobre a presença portuguesa em Angola desde a chegada de Diogo Cão, explorador português homenageado no título da revista, à região da África Centro-Occidental, no século XV. A revista, em suas quatro séries, é separada por seções como as intituladas “Fortalezas de Luanda”, “Monumentos e Arquivos”, “Ciência Tropical”, “História Eclesiástica”, “A tentação do mar” e “Efemérides Provinciais - Catálogo ou Lista dos Governadores de Angola com as respectivas Próvas – Pelo sr. prof. Delgado”. O autor desta

²⁷ Este acervo, que forma a Coleção Padre Ruela Pombo, pode ser consultado presencialmente na Biblioteca Palácio Galveias, de acordo com informações disponíveis no seguinte endereço eletrônico, acessado no dia 11 de julho de 2022: <https://blx.cm-lisboa.pt/colecoes-especiais/colecoes-especiais-padre-ruela-pombo>

última seção, José Matias Delgado, será o mesmo comentador das famosas edições impressas da obra de Cadornega no século XX. Os comentários de Delgado a respeito dos governadores de Angola são feitos com base em documentos descritos como *provas*, sendo a HGGA um dos principais documentos para se contar nas páginas da Revista Diogo Cão a história, considerada a *verdadeira e comprovada*, dos governadores de Angola nos séculos XVI e XVII. Como veremos no terceiro capítulo deste trabalho, Pepetela também fará uso da obra de Cadornega para narrar as histórias dos governadores de Angola no século XVII, mas por uma perspectiva histórica bastante distinta da que nos é apresentada na Revista Diogo Cão por meio dos comentários de Delgado.

Figura 3 – Capa do primeiro volume da Revista Diogo Cão.



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa, disponível em <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/DiogoCao/DiogoCao.htm>

2.4 Os periódicos de divulgação científica e a concepção histórica da Revista Diogo Cão

Até certo ponto, podemos dizer que a Revista Diogo Cão é inspirada pela tradição de periódicos de divulgação científica que já existiam desde o século XVII. Ao tratar do surgimento destes, Maria Helena Freitas faz as seguintes considerações:

Antes do surgimento dos periódicos científicos, desde a invenção da imprensa até o século XVII, as notícias sobre a ciência, as técnicas variadas e as invenções eram veiculadas em folhetins, em volantes e em jornais cotidianos. Até essa época, o conhecimento mais especializado era comunicado por correspondências realizadas entre os cientistas ou enviadas às agremiações científicas. Essas correspondências vão originar, no século XVII, as publicações científicas, as quais, ao contrário das anteriores correspondências entre os estudiosos, são voltadas a um público mais amplo, embora específico (FREITAS, 2006, p. 54).

Tais periódicos, a partir de seu surgimento, começam a cumprir importante papel na divulgação das novas descobertas dos diversos campos da ciência, contribuindo para a difusão de ideias e conhecimentos entre a comunidade científica e o público interessado nestes assuntos. A Revista Diogo Cão, embora possa ser pensada como herdeira desta tradição de revistas científicas, possui especificidades próprias de uma tradição de revistas portuguesas de divulgação histórica e de assuntos relacionados às “antiguidades” de Portugal. Dentre estas, a principal foi a Revista Feira da Ladra, publicada entre 1929 e 1942, em Lisboa, e que serviu de inspiração para a Revista Diogo Cão: “A nossa ‘DIOGO CÃO’, cumprimenta e pede a bênção à colega ‘FEIRA DA LADRA’ de Lisboa, a quem tomou por modelo, *mutatis mutandis*” (Série I, p. 31).

A Revista Feira da Ladra tem como inspiração para seu nome a tradicional Feira da Ladra, de Lisboa, uma secular feira de antiguidades bastante conhecida na capital portuguesa. A revista, tal como a feira, também é centrada nas antiguidades de Portugal. Dirigida por Cardoso Martha e editada por Gusmão Navarro, contando também com a presença de grande número de colaboradores, em seu primeiro volume, de 1929, a Revista Feira da Ladra é definida como “um armazém de velharias” (vol. 1, p. 1). Assim como a Revista Diogo Cão, ela também nasce com o intuito de *preencher uma lacuna* (Ibid.). Ao se referir aos documentos históricos, a primeira matéria publicada pela Revista Feira da Ladra considera que “tudo isso constitui o documento das velhas sociedades, a prova histórica, o episódio do *curriculum vitae* da civilização e do progresso” (Ibid., p. 2, grifo nosso). Observamos nesta revista, portanto, os mesmos princípios norteadores da Revista Diogo Cão. Uma, buscando preencher uma lacuna na escrita da história de Portugal centrando-se no próprio território português, ainda que sem desprezar as colônias, e a outra, por sua vez, propondo-se,

especificamente, a preencher uma lacuna na história da colonização portuguesa em Angola. Ambas, porém, inspiradas pelos mesmos ideais de uma história que vê os documentos como preciosas “velharias” capazes de comprovar o progresso e avanço civilizatório dos portugueses. O padre Ruela Pombo faz as seguintes considerações a respeito da finalidade da Revista Diogo Cão:

[...] o FIM social e político e presente da publicação desta revista é, pelo menos, instruir e enriquecer e fortificar os nossos briosos sentimentos patrióticos com a legítima recordação ou útil estudo das brilhantes e exemplaríssimas acções que os nossos ANTEPASSADOS realizaram ou praticaram ou cometeram, através dos tempos, nesta nossa Colónia de ANGOLA. Apreciaremos, debaixo de um critério impessoal ou só objectivo, os factos ou acontecimentos no seu próprio tempo e espaço e circunstancialidades, sem deformar ou forçar a VERDADE com preconceitos críticos, que sejam injustos ou impróprios ou facciosos. (Série I, p. 15).

A Revista Feira da Ladra, por sua vez, possuía aspectos semelhantes aos encontrados na Diogo Cão. Conforme consta na ficha técnica a respeito da Revista Feira da Ladra disponível na Hemeroteca Digital de Lisboa,

[...] o que ecoa pelas páginas da Feira da Ladra é o discurso nacionalista que marcou este período e que tem como referências fundamentais o território, a nação, a história e as tradições. Episódios dos descobrimentos marítimos e da colonização alimentam a tese de um território nacional alargado – contemplando além da parcela metropolitana, os arquipélagos atlânticos dos Açores, Madeira, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, o território da Guiné, o de Angola e o de Moçambique, em Africa, Goa, Damão e Diu na Índia e a parte portuguesa da ilha de Timor -, mas inalienável²⁸.

A Revista Feira da Ladra divulga, em suas páginas, uma compreensão do território português como contendo, de forma inalienável, as colônias ultramarinas. Este ideal também é encontrado na Revista Diogo Cão, e será amplamente difundido pelo discurso colonial português ao longo das décadas em que durou o Estado Novo. Ou seja, as revistas em questão atendem a um viés ideológico daquele momento, sem deixar de enfatizar a cientificidade e objetividade a que se propunham. Enfatizamos estes pontos para ressaltar que o cientificismo não pode ser pensado como sinônimo de neutralidade ou ausência de ideologia.

A Revista Diogo Cão, embora esteja inserida num gênero de revistas científicas que se iniciou no século XVII, possui peculiaridades próprias do contexto português no qual foi produzida e tem um viés de divulgação científica que pretende alcançar um público de interessados mais amplo do que revistas científicas produzidas para circular apenas entre especialistas. Tal como a Feira da Ladra, a qual tomou por modelo, a Revista Diogo Cão

²⁸ Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/FeiraLadra.pdf> , acesso em 18 de julho de 2022.

atende bem ao papel de ser uma divulgadora de ideais nacionalistas que, ao longo dos anos 1930, serão encarnados pelo salazarismo. A revista, sob a direção de Ruela Pombo, busca revestir de cientificidade a ideologia colonial presente no salazarismo. A necessidade de enfatizar sua impessoalidade e objetividade de revista científica faz parte da agenda de legitimação do colonialismo português que marca todos os volumes da revista de “ciência colonial patriótica”.

Em seu primeiro volume, Ruela Pombo apresenta uma definição a respeito do que a Revista Diogo Cão deveria tratar: “As páginas desta revista serão, pois, de ciência colonial patriótica ou profunda ou verdadeira, e não de fantasias superficiais e mentirosas”. (Série I, p. 14, grifo nosso). Como afirmamos anteriormente, de fato, a revista em questão pretende ser científica e se insere numa tradição de revistas de divulgação científica. A ciência que ela se propõe a divulgar em suas páginas tem como objeto a história *verdadeira* da colonização portuguesa em Angola, sem “fantasias superficiais e mentirosas”, com base numa compreensão nacionalista típica do que, nos anos 1930, se expressará politicamente no Estado Novo português. A ideia de “história verdadeira”, proposta pela revista, não é estranha se considerarmos o que se entendia por história nas primeiras décadas do século XX. Nem mesmo seria estranha se tomássemos por base a tradição historiográfica da Primeira Modernidade, que remonta à historiografia da Antiguidade Clássica, na qual se insere Cadornega, por exemplo. Esta, como apontamos no primeiro capítulo deste trabalho, operava com a ideia aristotélica de que a história, diferentemente da poesia, deveria descrever acontecimentos que de fato teriam ocorrido, tendo a verdade como um valor fundamental. No entanto, a visão de história verdadeira adotada pela Revista Diogo Cão está mais próxima do *historicismo*, também chamado apenas de “paradigma tradicional” (BURKE, 2011, p. 10), um modelo teórico elaborado na Europa do século XIX e que se tornou uma visão dominante a respeito da história entre meados do século XIX e início do século XX. Diferentemente do que poderíamos esperar de uma obra historiográfica dos tempos de Cadornega, esta historiografia do século XIX se pauta na ideia de que a verdade precisa partir de *documentos escritos e confiáveis*, compreendidos como as *provas* do historiador-cientista.

José D’Assunção Barros, no segundo volume de sua obra *Teoria da História* (2011), considera que, no século XIX, paradigmas historiográficos distintos existiram simultaneamente e disputaram a primazia no campo da escrita da história. O autor destaca, dentre eles, o positivismo, o materialismo histórico e o historicismo, sendo que os três fazem parte da busca por cientificidade no campo da historiografia. Sem entrar em detalhes a respeito dos dois primeiros paradigmas citados, para analisarmos a forma como a Revista

Diogo Cão compreende a escrita da história, precisamos dedicar maior atenção ao que foi o historicismo.

O historicismo, que tem sua origem na Alemanha e depois ganha força também em outros países, precisa ser compreendido a partir do contexto de afirmação dos Estados Nacionais no século XIX (BARROS, 2011, p. 107). Segundo Barros,

O projeto inicial do Historicismo alemão, conforme se pode ver, é por um lado tão conservador quanto o do Positivismo francês, mas já apresenta um elemento novo, que é o de elaborar uma história especificamente nacional, portanto não universalista. [...] O Historicismo alemão buscava proporcionar o consenso social ancorado na ideia de nacionalismo. Para tanto, era necessário realizar uma nova forma de História, cujos dois principais pilares foram a recuperação de uma documentação alemã que remontava aos tempos medievais, e o desenvolvimento de um novo método de crítica destas fontes com inspiração filológica (Ibid., p. 109-110).

Para elaborar esta história nacional, seria imprescindível recuperar o acervo documental onde esta história poderia ser encontrada de forma fidedigna. Um dos principais representantes deste paradigma historiográfico, Leopold von Ranke, considerava que o historiador deveria apenas mostrar o passado como realmente aconteceu, usando, para isso, documentos confiáveis.

Estas perspectivas orientam fortemente a Revista Diogo Cão. Em matéria do jornal angolano *Notícias de Huila*, transcrita no quinto volume da primeira série da revista, há a seguinte avaliação: “[Por meio da Revista Diogo Cão] ficaremos conhecendo, à luz de documentos, a história autêntica de Angola” (Série I, p. 161). No segundo volume da primeira série, em matéria intitulada “Os Documentos”, é publicada uma citação de artigo originalmente escrito para a Academia de Ciências de Portugal, de autoria de António Ferrão (1884-1961), historiador português:

In illo tempore... a “História era uma coisa que se inventava ou que se fazia segundo o agrado dos governantes por cronistas pagos pelos reis e grandes senhores: hoje não é assim. Os processos de fazer História de tal modo se mudaram que esta ciência está hoje passando por uma completa renovação, ouvindo-se por toda a parte a palavra de ordem: *Documentos*. Por este motivo, o estudo e a crítica dos documentos são os meios principais, se não exclusivos, do reconhecimento do passado, e a base única da ciência histórica” (Dr. António Ferrão – *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, I série, tomo V, às ps. 167 e 168). (Série I, p. 48).

Logo após esta citação, Ruela Pombo comenta: “Nestas condições, a História dos Portugueses em Angola - a real e verdadeira - ainda está por fazer” (Ibid.), pois esta deveria ser uma história científica, baseada, portanto, em documentos escritos. Ruela Pombo, porém, faz a ressalva de que nem todos documentos deveriam ser utilizados para fazer a “história autêntica de Angola”: “Apreciaremos os factos na sua justeza simples tais e quais sucederam e os

narram testemunhas fidedignas e desinteressadas” (Série I, p. 15). No quinto volume da segunda série, em artigo de Ruela Pombo que trata da importância dos documentos, são citadas as palavras do brasileiro Lúcio José dos Santos: “A primeira condição, pois, de bem conhecer a HISTÓRIA consiste em reunir uma DOCUMENTAÇÃO vasta e segura” (Série II, p. 154). A tarefa de reunir uma “documentação vasta e segura” é central para a Revista Diogo Cão, e a obra de Cadornega, como ainda veremos nesse capítulo, será impressa nas páginas da revista com base nesses critérios.

Além da ênfase nos documentos considerados fidedignos e desinteressados para a produção historiográfica, Ruela Pombo compreende que a história também possui uma função patriótica. No século XIX, o ideal de que haveria uma *essência* nacional que poderia ser compreendida por meio do passado era um lugar comum na historiografia, como observamos, por exemplo, em *O Povo* (1845), de Jules Michelet. No caso de Portugal, especialmente, colonialismo e nacionalismo se complementavam. De acordo com Sérgio Campos Matos,

Desde meados do século XIX, a história e as representações históricas do passado nacional, veiculadas através de múltiplos suportes de expressão e gêneros literários, adquirem na sociedade portuguesa uma projecção pública sem precedentes. Para tanto contribuem os meios de difusão cultural que se multiplicam na época de afirmação do romantismo – revistas, almanaques, colecções de vulgarização popular, etc. Nas condições muito particulares em que Portugal e o seu império colonial se posicionavam no contexto internacional é de admitir que essa projecção da cultura histórica cumpriu uma significativa função de integração social, num momento em que o problema decisivo da manutenção da independência política (e sua justificação histórica) voltava a colocar-se com particular acutilância (MATOS, 1992, p. 51).

Ruela Pombo, como alguém que ao longo de sua vida se envolveu politicamente com as causas de movimentos conservadores portugueses, acreditava que poderia contribuir, por meio de sua revista, para o fortalecimento do nacionalismo e do empreendimento colonial português. Não é coincidência, portanto, que a Revista comece a ser publicada exatamente no ano seguinte ao Ato Colonial, e continuará sendo publicada ao longo da primeira década do Estado Novo.

Em volume da revista publicado em 1933, ano da promulgação da nova Constituição portuguesa, Ruela Pombo considera que “quáasi sempre, a HISTÓRIA é uma lição de Moral e de Patriotismo” (Série II, p. 154). Ou seja, além de verdadeira, a história de Angola propagada pela Revista Diogo Cão seria também patriótica, o que está em sintonia com os ideais salazaristas deste período. Neste mesmo volume da revista, é republicada uma matéria originalmente veiculada pelo diário *A Voz*, que dava notícia do lançamento de uma obra intitulada *Angola*, do coronel Alfredo de Albuquerque Felner, apontada pelo diário como “um

trabalho patriótico” que “vem prestar um grande serviço à história da colonização portuguesa”:

O descobrimento e sobretudo a ocupação de Angola são pouco ou mal conhecidos. Na época em que os factos ocorreram, andavam os espíritos sobressaltados com os deslumbramentos da Índia e com as riquezas do Brasil. Por isso se abandonou um pouco a África, terras pobres, de gentio mais selvagem e de culturas menos remuneradoras (Série II, p. 160).

Assim como o livro *Angola*, do coronel Felner, a Revista Diogo Cão teria a função de preencher o lugar de pouca atenção que historicamente teria sido dado, por parte dos portugueses, à África, especialmente se comparada com a atenção dada ao Brasil e às colônias portuguesas da Ásia. De certa forma, esta perspectiva de colocar a África em evidência está relacionada com aquele contexto histórico, já que as colônias africanas, durante o Estado Novo, serão foco de maior atenção por parte do poder político português.

Com base no que apresentamos até aqui, podemos concluir que a visão de história presente na Revista Diogo Cão é pautada nos ideais historicistas gestados no século XIX, valorizando documentos autênticos e dignos de confiança, além de conter também um forte teor nacionalista e colonialista, compreendendo o passado como a fonte a partir da qual Portugal poderia, no presente, resgatar sua grandeza por meio de provas que testificariam os avanços civilizatórios que Portugal teria conduzido no continente africano. Certamente, cabe reiterar que tais concepções dialogam com o salazarismo e com as pretensões do Estado Novo da década de 1930, quando a Revista Diogo Cão foi publicada.

2.5 A História Geral das Guerras Angolanas na Revista Diogo Cão

Dentre os vários documentos relativos à história da colonização portuguesa em Angola que Ruela Pombo considera como fidedignos e de enorme valor nacionalista, a *História Geral das Guerras Angolanas* (HGGA), de Cadornega, é compreendido como o de maior valor. Ao longo das edições da Revista Diogo Cão, foi impressa parte considerável do primeiro tomo da HGGA, do primeiro ao nono capítulo desta obra, além de partes do terceiro tomo. Embora já tenha existido, em 1902, uma versão impressa do segundo tomo da HGGA, publicada pelo padre Maria Antunes, esta edição não teve grande circularidade. De acordo com Priscila Weber, “as edições impressas organizadas por Antunes e publicadas em 1902 são edições, em suma, desconhecidas” (2018, p. 148). Sendo assim, o que a Revista Diogo Cão fará, de forma inédita, é disponibilizar, em material impresso e com ampla tiragem de exemplares, parte da obra de Cadornega para um público mais amplo do que os que tinham, até então, acesso aos poucos manuscritos da HGGA existentes em arquivos.

As duas edições impressas da HGGA que se tornaram as mais conhecidas e difundidas no século XX foram publicadas em 1940 e 1972, pela Agência-Geral das Colônias, que a partir do decreto nº 38.300 de 15 de junho de 1951 passou a ser chamada de Agência-Geral do Ultramar. Segundo Fernando Rosas, a Agência Geral das Colônias, organismo do Ministério das Colônias, foi atuante “no campo específico da fixação e difusão da ideologia colonial, tanto na metrópole como nas colônias do ‘império’” (2001, p. 1041), e, sendo assim, a publicação da HGGA por esta Agência atenderia a tais propósitos. Os comentários presentes nessas edições foram feitos pelo cônego José Matias Delgado, que falecera em novembro de 1932, sem ver o resultado final de seu trabalho de anotador. Este, no entanto, há alguns anos antes já havia compartilhado com padre Ruela Pombo seus comentários sobre os governadores de Angola e anotações da obra de Cadornega, que seriam publicados nas páginas da Revista Diogo Cão:

Êste preciosíssimo e valiosíssimo trabalho é uma compilação exacta e beneditinamente, em vários arquivos, catada e espiolhada pelo rev.mo sr. cônego dr. JOSÉ MATIAS DELGADO, ex – missionário secular de Angola e presentemente ilustrado lente da Escola Superior Colonial de Lisboa. Foi-nos oferecido em Janeiro de 1929 (Série I, p. 11).

Ruela Pombo, em mais de uma ocasião, indica que Delgado foi o responsável por lhe oferecer informações relevantes a respeito de documentos que foram apresentados posteriormente na revista, como podemos observar no trecho a seguir:

No próximo ano, havemos de consultar, na Biblioteca Nacional de Lisboa, os manuscritos 8. 207-8.210, que tratam dêste Convento, conforme informação que nos deu o falecido cônego José Matias Delgado, mestre, que era, infalível de História-de-Angola documentada. (Série I, p. 290, grifo nosso).

A consciência por parte de Ruela Pombo de que Delgado era responsável por lhe prestar grandes favores, inclusive pelos comentários à HGGA, também se manifesta em uma homenagem: “com esta publicação dos Inéditos de António de Oliveira de Cadornega também queremos prestar a nossa HOMENAGEM saudável à memória do padre JOSÉ MATIAS DELGADO” (Série II, p. 131). Em nota de rodapé encontrada na página X do prefácio das edições impressas de 1940 e 1972 da HGGA, lemos a seguinte observação: “A revista ‘Diogo Cão’ iniciou a publicação do I e III tomos das Guerras Angolanas de Cadornega”. Podemos considerar, assim, que a Revista Diogo Cão foi pioneira na publicação impressa e difusão da obra de Cadornega, antes mesmo das famosas versões da Agência-Geral do Ultramar, da qual, de certo modo, também foi precursora, já que havia, antes destas, dado publicidade às notas de Delgado que posteriormente apareceriam nessas edições.

Na edição de nº 8 da primeira série, publicada em 1932, a revista Diogo Cão é aberta com uma matéria intitulada *Os Inéditos de Cadornega*, que se inicia com a afirmação de que "nenhuma nação tem, como Portugal, uma apreciável riqueza de Documentos para provar, através de todos os tempos, o seu poder civilizador nas 5 partes do mundo", para em seguida anunciar que "no próximo ano de 1933, a partir do mês de Outubro, começaremos, em Lisboa, a publicar o primeiro tomo da História Geral das Guerras Angolanas, com as competentíssimas nótas do rev.mo sr. Cónego Dr. José Matias Delgado" (Série I, pp. 225-226). Observamos aqui que a obra de Cadornega é compreendida, na Revista Diogo Cão, como um documento histórico de inestimável valor para *provar* o poder civilizador dos empreendimentos coloniais portugueses. A leitura que esta revista faz da obra de Cadornega é permeada pelos ideais de progresso e civilização que marcaram os discursos coloniais a partir do século XIX, unindo a tais ideais as especificidades do colonialismo português no início da década de 1930, contexto que coincide com a formação do Estado Novo.

Ruela Pombo, como um grande erudito e estudioso da história portuguesa, minuciosamente leu, transcreveu e publicou ao longo dos volumes de sua revista as páginas da HGGA. Segundo ele próprio afirma, costumava gastar seis horas semanais na biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa lendo os manuscritos dos tomos I e III da HGGA, a fim de conhecer o que seria uma história de Angola documentada, em oposição a uma história "fantástica", ou seja, que não tivesse como base documentos escritos confiáveis:

Em cada semana que passa, gastamos cêrca de seis horas na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa: tivemos já a coragem e o gôzo de ler, de enfiáda, o I e III tomos da *História General das Guerras Angolanas* de António de Oliveira Cadornega. Agora, como vão ver os nossos LEITORES, estamos a copiar o I tómo: cada vez mais aumenta em nós o AMOR pela História-de-Angola, não fantástica, mas documentada (Série II, p. 129).

Nas páginas da HGGA publicadas na revista, além do texto transcrito da obra de Cadornega, são inseridas também algumas observações feita por Ruela Pombo, que abrevia seu nome com a sigla P. R. (padre Ruela), como vemos no trecho a seguir: "Cadornega diz que escreve esta História nos Reinos-de-Sebaste e dá a razão dêste primeiro nome oficial, que teve Angola, mas que não pegou. – Descreve o pôrto de Pinda, no Reino-de-Congo. - P. R.". (Série II, p. 140). Em alguns comentários sobre a HGGA, Ruela Pombo, sem diminuir a visão heroica que possuía a respeito de Cadornega, faz observações que ponderam sobre as limitações do autor do século XVII. Um dos principais defeitos que Ruela Pombo parece ver em Cadornega é derivado do fato de que este fez uso de tradições orais não confiáveis e nem sempre consultou documentos escritos. Ou seja, para Ruela Pombo a oralidade não deveria ser considerada como confiável na escrita da história, e um documento escrito como a HGGA, embora

confiável em muitos sentidos, continha certas imprecisões justamente derivadas do fato de Cadornega não compartilhar da mesma visão a respeito da documentação escrita que Ruela Pombo possuía, já que tal modo de se compreender os documentos escritos no fazer histórico só será elaborado no século XIX:

Do valor histórico e informativo da obra ou páginas de Cadornega - podemos dizer ou escrever que narra, por vezes, incompletamente os factos, mas não é para admirar: nem sempre viu ou consultou documentos, mas apenas ouviu narrações ou tradições, que, se de boca-em-boca ganharam em poesia, perderam na real acção (Série IV, p. 17).

A leitura de Cadornega que se difundirá a partir dos anos 1930, por meio da Revista Diogo Cão, é a de que a HGGA seria um documento útil para se conhecer a história heroica do poder civilizador português em Angola. Como Ruela Pombo afirmava, “ficaremos conhecendo, à luz de documentos, a história autêntica de Angola” (I, 5, 161), e dentre todos os documentos que ele cita em sua revista, a HGGA seria o principal para se descobrir uma história real e não fantástica de Angola. Ao tratar da região de Quissama, por exemplo, Ruela Pombo afirma que sobre ela seria possível, a partir da HGGA, “arranjar material para umas 200 páginas, não fantásticas mas documentadas ou reais: Cadornega, no III tomo da sua História Geral das Guerras Angelanas, fornecer-nos-á bom carregamento de informações de toda a espécie ou qualidade” (Série II, p. 155). A oposição entre *fantástico* e *real* é reiterada com certa frequência na revista, demonstrando uma visão de história em que a realidade seria captada a partir de documentos escritos fidedignos, e a HGGA tinha esse atributo. Por meio da obra de Cadornega, seria possível, de acordo com Ruela Pombo, compreender a história *verdadeira* de Angola, apesar de sua ressalva no que se refere ao fato de Cadornega fazer uso de informações provenientes de tradições orais supostamente pouco confiáveis, pois se “de boca-em-boca ganharam em poesia, perderam na real acção” (Ibid.). Ainda assim, seria possível, por meio da obra de Cadornega, recolher *provas* de como os portugueses, desde a chegada de Diogo Cão à região do rio Congo, cumpriram ali sua missão civilizadora – considerada como “essência orgânica da nação”. Para isso, seria preciso distinguir na HGGA os traços “poéticos” de oralidade, associados ao *fantástico*, das informações que Cadornega, considerado um “patriota de credibilidade” por Ruela Pombo, obteve por meio de sua própria e confiável observação direta ou por meio de algum documento escrito fidedigno. Nesse caso, relatos como os que Cadornega obteve por meio dos chamados “negros noticiosos” (HGGA, I, p. 25), poderiam ser considerados como pertencentes ao universo dos relatos fantásticos,

que poderiam até possuir algum interesse poético, segundo a concepção de Ruela Pombo, mas não possuiriam real interesse histórico-científico²⁹.

Cadornega é lido, na Revista Diogo Cão, como sendo “pai da história de Angola”, “patriota ardente” e um “verdadeiro colonizador” (Série II, p. 130). Assim, são atribuídos a ele qualidades dignas de um herói nacional que precisaria ser lembrado pelo Estado Novo, o que nos possibilita compreender, nesse contexto, a impressão da HGGGA pela Agência Geral das Colônias no ano de 1940, depois da Revista Diogo Cão já ter difundido entre um considerável público português esta visão patriótica de Cadornega. Certamente, tal noção de “patriota” e de “colonizador” que Ruela Pombo atribui a ele é permeada pelo modo como tais concepções eram entendidas nos anos 30 do século XX, de modo a criar uma imagem de Cadornega como um colonizador nos moldes que figuras como Salazar propagavam. Essa construção da imagem de Cadornega como o colonizador patriota seria amplamente difundida a partir da revista, dada a sua circulação em Luanda e Lisboa naquele período³⁰. Tal imagem de Cadornega, que entendemos como produto do colonialismo do Estado Novo, terá vida longa, sobrevivendo até mesmo após a independência de Angola. Pensamos que essa visão a respeito de Cadornega tenha contribuído, inclusive, para que sua obra fosse lançada num “buraco negro” da literatura angolana, conforme identificou Luandino Vieira (2008), já que uma literatura que buscava superar o colonialismo e construir uma identidade nacional independente não deveria dar importância para a obra de um “colonizador” e “patriota” português, nos moldes em que tais conceitos eram utilizados no século XX.

Ainda com relação ao uso de Cadornega para defender os interesses do Estado Novo, é importante ressaltar a ênfase na celebração do III Centenário da Restauração de Luanda do poder holandês que aparece em diversos volumes da revista, como, por exemplo, na passagem a seguir:

A 15 de Agosto de 1948 - quando celebrarmos o III Centenário da Restauração de Luanda do Podêr dos Holandeses, - as três mil e tantas páginas, que tivermos publicado, podem fornecer subsídios fáceis, tanto em quantidade como em qualidade, a quem quiser estudar e escrever a *História-de-Angola*, não com fantasias ou lendas, mas com documentos e verdade. [...] Saibamos imitar o Patriotismo dos nossos Antepassados. Não só imitá-los, como ultrapassá-los com santo orgulho. E mãos ao nosso trabalho, porque, como lá diz o nosso Cadornega, ‘sem princípio não há fim’. (Série I, pp. 113-114).

²⁹ No próximo capítulo, trataremos a respeito de como Pepetela se contrapõe a essas concepções em seu romance *A Gloriosa Família*.

³⁰ A Revista publica comentários de jornais que atestavam a circulação e difusão da revista em Angola e Portugal, como vemos, por exemplo, nas páginas 161 e 162 da Série II.

Este evento do século XVII, o qual é descrito por Cadornega, encontra, nas páginas da Revista Diogo Cão, uma dimensão de grande importância para o contexto português do século XX. Como veremos no próximo capítulo, o mesmo evento, que encerra o “tempo dos flamengos”, também será recuperado no romance de Pepetela, mas com um viés muito distinto do que é apresentado nas páginas da Revista Diogo Cão. A história de Angola do modo como a compreende Padre Ruela Pombo, em suma, tem como base teórica uma combinação entre o colonialismo nacionalista português e uma visão de história que une a perspectiva de progresso civilizatório com o historicismo, de tal modo a sustentar uma imagem de Cadornega como herói do colonialismo português em Angola. A Revista Diogo Cão, assim, será responsável por difundir, em território angolano e português, e antes mesmo da famosa edição de 1940 da HGGA, uma leitura da obra de Cadornega fortemente marcada pelas posições políticas do Estado Novo, que, como expresso no segundo artigo do Ato Colonial, compreendia ser “da essência da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”.

No capítulo seguinte, buscaremos demonstrar como esta compreensão de que obra a Cadornega seria um documento testemunhador dos heroicos feitos civilizatórios dos portugueses em Angola será completamente ridicularizada por Pepetela, que em *A Gloriosa Família* propõe um outro olhar sobre a HGGA.

CAPÍTULO 3: UMA RELEITURA DE CADORNEGA EM A *GLORIOSA FAMÍLIA*, DE PEPETELA

Em discurso de António de Oliveira Salazar, proferido através da rádio e da televisão no dia 12 de agosto de 1963, o principal líder do Estado Novo, após afirmar que “o conceito de Nação é inseparável, no caso português, da noção de missão civilizadora”, concluía seu pronunciamento da seguinte maneira: “Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal”³¹. Na década de 1960, a luta pela independência de Angola era uma realidade. Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, mais conhecido como Pepetela, além de ter lutado pela independência de Angola como guerrilheiro do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), tornou-se um dos principais escritores angolanos a se contrapor, por meio de sua vasta produção literária, ao ideal salazarista de que Angola não poderia existir como nação independente de Portugal.

Como constatamos no capítulo anterior, a obra de Cadornega foi usada no século XX para sustentar este ideal salazarista de que Portugal teria exercido, desde o início da Idade Moderna, uma missão civilizadora em Angola, o que faria de Angola uma criação portuguesa que não poderia existir de forma independente. Algumas das interpretações da obra de Cadornega que foram difundidas ao longo do século XX por veículos de comunicação como a *Revista Diogo Cão* eram permeadas pelas concepções coloniais que Salazar ecoava no discurso acima citado. Sendo assim, Pepetela, ao interpretar a HGGA e a história de Angola a partir de posicionamentos que se contrapõem ao colonialismo, precisará adotar outros pressupostos teóricos sobre a história e lançar um novo olhar sobre Cadornega que não o enxergue simplesmente como um colonizar português que deveria ser enaltecido ou desprezado por isso. Conforme buscaremos demonstrar, Pepetela apresentará uma interpretação a respeito de Cadornega e de sua obra que ultrapassa as visões simplistas que pretendiam situá-lo numa dualidade colonizador X colonizado, e, sem colocá-lo num patamar heroico, demonstra sua importância para a história e para a literatura angolana.

³¹ Disponível em: SALAZAR, António de Oliveira. Discursos e Notas Políticas. Coimbra: Coimbra Editora, 2016, p. 1042

3.1 O quadro geral da crise do colonialismo após a Segunda Guerra Mundial

No capítulo anterior, tratamos a respeito de como o colonialismo moderno se desenvolveu e chegou ao seu ponto de maior força entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX. Ainda assim, durante todo esse período em que o colonialismo se fortaleceu, sempre houve, por parte dos povos colonizados, frentes de resistência que após a 2ª Guerra Mundial aproveitaram a nova conjuntura geopolítica global para conquistarem importantes vitórias nas lutas contra os sistemas coloniais.

Como é de amplo conhecimento, a 2ª Guerra Mundial foi marcada por uma das piores catástrofes da história humana: a *shoah*, genocídio de cerca de 6 milhões de judeus, que também atingiu outros grupos. Esta catástrofe desumana deixou o mundo horrorizado logo após o final da Guerra, que terminou em 1945, e boa parte da opinião pública mundial foi fortemente impactada pelos absurdos fatos ocorridos durante o domínio nazista da Alemanha. Em 1947, o escritor italiano Primo Levi publicou sua obra *É isto um homem?*, onde registrou suas memórias do período em que foi prisioneiro no campo de concentração de Auschwitz. As cenas descritas por Levi eram tão desumanas, que o próprio autor tinha receio de que os seus ouvintes, inclusive seus familiares, não acreditassem no que ele contava. O conhecimento das atrocidades nazistas, assim, foi se difundindo pelo mundo que passou a se escandalizar com o que se passara no interior da Europa, o continente do *progresso*.

Conforme demonstramos no capítulo anterior, desde o século XVIII a Europa passou a construir uma imagem de si própria como a ocupante da posição mais elevada da “escala civilizatória” e a realização mais completa da razão humana. Hegel, como apontamos, observava nos europeus, especialmente nos germânicos, o ponto de maior avanço da liberdade e do progresso civilizatório. Como seria possível, então, que o continente onde a humanidade teria atingido seu patamar mais elevado chegasse ao ponto de cometer atos tão atrozos que possibilitasse a pergunta de Primo Levi: *É isto um homem?* Era evidente, portanto, ao fim da 2ª Guerra, que os ideais de progresso e civilização, tal como foram concebidos a partir do século XVIII, estavam em crise. Sendo estes ideais os elementos ideológicos estruturantes do colonialismo, este também passa a ser duramente questionado. Se até os anos 1930 havia grande aceitação de discursos que difundiam a visão de que a Europa era o referencial de civilização para o resto do mundo, após a 2ª Guerra essa situação foi se modificando. A moral dos europeus estava abalada e a credibilidade dos empreendimentos coloniais passa a ser questionada pela opinião pública até mesmo na própria Europa.

Vemos, assim, ao longo dos anos 1950 e 1960, um aumento das vozes críticas ao colonialismo, inclusive nos meios acadêmicos. No início dos anos 1950, Aimé Césaire afirmava, em seu *Discurso sobre o colonialismo*:

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu *demónio*, que se o vitupera é por falta de lógica, que no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o *crime* em si, o *crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, o “coolies” da Índia e os negros de África estavam subordinados (CESAIRE, 1978, p. 18).

Para Césaire, os crimes contra a humanidade praticados pelos nazistas, que tanto chocaram a Europa, eram crimes da mesma natureza daqueles cometidos nos espaços coloniais. No entanto, o que escandalizava o “burguês muito distinto” europeu era observar esse tipo de crime sendo cometido contra europeus. Assim, já nos anos que se seguiram ao fim da 2ª Guerra Mundial, o colonialismo é questionado como parte de um processo desumanizador próximo do que havia sido executado pelos nazistas.

Frantz Fanon, em intervenção feita no 1º Congresso de Escritores e Artistas Negros de Paris, em setembro de 1956, afirmava que “os acontecimentos dos últimos trinta anos abalaram as convicções mais firmes, subverteram o tabuleiro de xadrez, reestruturaram um grande número de relações”, para em seguida continuar:

A lembrança do nazismo, a miséria comum de homens diferentes, a escravização comum de grupos sociais importantes, o surgimento de «colónias europeias», quer dizer, *a instituição de um regime colonial em plena Europa*, a tomada de consciência dos trabalhadores dos países colonizadores e racistas, a evolução das técnicas, tudo isto alterou profundamente o aspecto do problema (FANON, 2012, p. 275, grifo nosso).

Quando Fanon fala da “instituição de um regime colonial em plena Europa”, numa linha de compreensão próxima daquela já apresentada por Aimé Césaire, ele ressalta para um público europeu o quão atroz e desumano era o colonialismo, e se este público havia se escandalizado com os campos de concentração nazistas, deveria, igualmente, se escandalizar com o que era feito nas colônias fora da Europa. Também em 1956, Jean Paul Sartre, um dos mais conhecidos filósofos da época e interlocutor de Fanon, afirmava que “o colonialismo obriga os jovens a morrer pelos princípios nazistas que combatíamos há dez anos” e “nosso papel é

ajudar [o colonialismo] a morrer. Não somente em Argélia, mas em todos os lugares onde existe”³²

Fica claro, portanto, que a partir dos anos 1950 o colonialismo se encontra em crise, sofrendo duros ataques e sendo comparado ao nazismo, o grande mal que pouco antes havia assombrado a Europa e o mundo, causando destruição como nunca se havia testemunhado na história humana. Assim como na Ásia e em outras regiões do globo, os povos africanos aproveitaram esta conjuntura para reorganizarem suas lutas contra o colonialismo, não só no campo discursivo, mas por meio de guerras de independência que ocorreram em todo o continente. A partir de 1954, a Argélia iniciava a guerra por sua independência, que se concretizaria em 1962, e nos anos seguintes muitos outros países africanos seguiram o mesmo caminho. Em meados dos anos 1970, a África já não era um continente formado por colônias europeias, mas por países independentes.

As independências não colocaram fim aos conflitos e guerras no continente africano, que em diversos locais se estenderam por muitos anos, como no caso de Angola, mas foram um marco fundamental na luta por liberdade e dignidade dos povos da África. O cenário global, marcado pela Guerra Fria, contribuiu para a continuidade de conflitos internos no continente, e as duas grandes potências do mundo naquele momento, EUA e URSS, buscaram cada qual estabelecer maior influência sobre os países recém independentes. E, de acordo com o intelectual nigeriano Chinweizu, “a África logrou alcançar, por pouco que não concretamente, a sua descolonização política, entretanto, ela não teve sucesso em respeito à sua descolonização e desenvolvimento econômico” (CHINWEIZU, 2010, p. 952). Por esta razão, a luta contra os efeitos do colonialismo não terminou com as independências, mas se manteve nas décadas seguintes.

3.2 A crise do colonialismo português e a independência de Angola

Embora o colonialismo tenha encontrado opositores desde que surgiu, foi após a Segunda Guerra que grupos mais organizados passaram a resistir fortemente a ele em Angola. De acordo com Leila Hernandez, o ano de 1948 pode ser considerado um marco inicial da organização de movimentos contestadores do colonialismo, “quando foram criadas três organizações políticas: o Comitê Federal do Partido Comunista Português, Angola Negra e a Comissão de Luta das Juventudes contra o Imperialismo Colonial em Angola”

³² *Les Temps Modernes*, nº 123, março-abril de 1956. Tradução nossa. No original: “Il oblige nos jeunes gens à mourir malgré eux pour les principes nazis que nous combattions il y a dix ans. [...] Notre rôle c’est de l’aider à mourir. Non seulement en Algérie, mais partout où il existe”.

(HERNANDEZ, 2005, p. 573). Estes grupos, quatro anos mais tarde, dariam origem ao Conselho de Libertação de Angola (CLA).

Enquanto os críticos do colonialismo se organizavam, inclusive por meio da literatura, como veremos no tópico seguinte deste capítulo, os seus defensores portugueses precisavam, tomando em consideração as especificidades portuguesas, criar medidas para defender um sistema que sofria fortes críticas no cenário mundial do pós-guerra. Nas palavras de João Alberto da Costa Pinto,

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o regime salazarista do Estado fascista português obrigou-se a uma nova definição estatutária para a caracterização de suas colônias espalhadas pela África e pela Ásia. António de Oliveira Salazar sabia que, se não tomasse providências urgentes naquele momento de redefinição do desenho geopolítico internacional, os espaços coloniais portugueses poderiam sucumbir perante as novas concepções liberalizantes dos autonomismos nacionalistas (África e Ásia, principalmente) que, formuladas na década de 1940, se consumariam como práticas políticas efetivas pela década de 1950, estendendo-se até meados da década de 1970 (PINTO, 2017, p.145).

Assim, em 1951 as colônias deixam de ser denominadas como tais e passam a ser chamadas de “províncias ultramarinas”. Em discurso proferido em 30 de Novembro de 1954, na Assembleia Nacional, Salazar falava a respeito da “progressiva integração das províncias ultramarinas no todo nacional” (SALAZAR, 2016, p. 828). Buscava-se, então, construir a ideia de Portugal como nação multicontinental. Não apenas as províncias situadas na Europa seriam constitutivas de Portugal, mas também os territórios na África e na Ásia. Quase uma década depois do discurso acima citado, Salazar fazia novo discurso, proferido através da rádio e da televisão, no dia 12 de agosto de 1963, no qual afirmava: “Nestes últimos tempos as Nações Unidas têm tido como principal e mais candente assunto das suas discussões as nossas Províncias ultramarinas e o facto de entendermos que estas fazem parte e devem continuar a fazer parte da Nação Portuguesa” (SALAZAR, 2016, p. 1053). O Estado Novo português se mostrava firme em sua posição de não abrir mão de suas colônias – chamadas de “províncias ultramarinas” – ainda que para isso fosse necessário se indispor com a comunidade internacional e com a ONU.

Apesar de todo o esforço para manter as colônias sob seu domínio, as guerras de independência ganharão força e resultarão na formação de novos Estados independentes de Portugal. Em Angola, que nos interessa de modo especial no presente trabalho, em 1961 se inicia a Guerra de Independência. Movimentos independentistas já se organizavam desde a década anterior, dentre os quais cabe ressaltar o Movimento Popular de Libertação de Angola, conhecido pela sigla MPLA, que surgiu em 1956 a partir da junção do Partido da Luta Unida

dos Africanos em Angola (PLUA) com militantes do Partido Comunista de Angola. Algumas de suas principais lideranças nesse momento inicial foram Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Viriato Cruz (HERNANDEZ, 2005, p. 574). O MPLA será fundamental no processo de independência de Angola e também no período posterior, quando, organizado como partido político, passará a comandar o país. Também neste período, são organizados outros movimentos que participarão da Guerra de Independência, como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que tem suas raízes no grupo União das Populações do Norte de Angola (UPNA), fundado em 1954, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), fundado em 1966 por dissidentes da FNLA. Assim como o MPLA, estes movimentos continuarão existindo após a independência, sendo que a UNITA se consolidou como principal oponente do MPLA desde então, inclusive no período da Guerra Civil que se sucedeu após a independência e se estendeu até 2002.

Portugal, sob o governo de Salazar, que durou até 1968, e de seu sucessor, Marcello Caetano, ainda tentava se opor aos movimentos independentistas aumentando os esforços militares em Angola. No entanto, em 25 de abril de 1974 ocorreu a Revolução dos Cravos em Portugal, o que marcou o fim do Estado Novo. A partir de então, foram criadas condições políticas para que Portugal reconhecesse sua derrota e aceitasse formalmente a independência de suas antigas colônias na África. Em 15 de janeiro de 1975 foi assinado o Acordo de Alvor, firmado entre o governo português, o MPLA, a FNLA e a UNITA. Este acordo estabeleceu uma data oficial para o reconhecimento da Independência de Angola: 11 de novembro de 1975, data que ainda hoje é feriado nacional em Angola por ser considerada a que oficialmente estabeleceu a independência do país.

3.3 Pepetela no contexto da literatura angolana do século XX e a busca pelas raízes de Angola

De acordo com Manuel Ferreira, a atividade literária nas regiões de língua portuguesa na África pode ser dividida em duas fases principais: a da Literatura Colonial e a das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, tal como ele as chama. De acordo com Ferreira, estas diferentes fases nos permitem encontrar “duas literaturas distintas” (FERREIRA, 1986, p. 11). Seguindo essa divisão, centraremos nossa atenção, primeiramente, na literatura colonial. A literatura colonial seria, além de eurocêntrica, uma literatura na qual “o homem negro aparece como que por acidente”, enquanto “o branco é elevado à categoria de herói mítico, de desbravador das terras inóspitas, o portador de uma cultura superior” (Ibid.). Assim, podemos considerar que a literatura colonial produzida em

Angola no período do colonialismo do século XX foi marcada pelo ideal, que ganhou forças durante o Estado Novo, de que Portugal exercia sua missão civilizatória em Angola e que os angolanos eram, sem a ajuda dos portugueses, incapazes de superar os obstáculos de seu atraso na escala do progresso histórico.

Francisco Noa, escrevendo anos depois de Ferreira, busca separar a literatura colonial em três fases distintas. A primeira seria a “fase exótica”, que iria das primeiras décadas do século XX até meados da década de 1950. Esta seria marcada por “um exotismo estético que se traduz na atitude deslumbrada e contemplativa do narrador que projecta representações paisagísticas ou humanas dominadas pelo culto do desconhecido, do surpreendente” (NOA, 2002, p. 43). A segunda, chamada de “fase doutrinária”, seria caracterizada por “um tipo de escrita identificado com a ideologia colonialista instituída e propagandeada pelo Estado Novo” (Ibid., p. 61). A terceira, por fim, seria a “fase cosmopolita”, que coincide com o período final do colonialismo português, a partir da década de 1960. Esta última seria marcada, segundo Noa, pela incorporação no âmbito literário das teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre (Ibid., p. 69). A literatura colonial desta fase buscaria evidenciar que a colonização portuguesa seria diferente daquela praticada por outros povos, pois os portugueses teriam mais adaptabilidade aos trópicos e seriam abertos à miscigenação e à integração de povos de regiões tropicais ao seio da nação portuguesa. Juntamente com o colonialismo, a literatura colonial se transformou, adaptando-se às conjunturas históricas de cada fase do século XX, mas entrou em plena crise a partir dos anos 1960. Enquanto a literatura colonial entrava em crise, uma nova literatura, como observa Manuel Ferreira, forma-se a partir da luta anticolonial travada no campo das ideias e no campo de batalha.

A partir dos últimos anos da década de 1940, coexistindo ainda com a literatura colonial, começa a ser formada uma nova concepção literária, que busca romper com os parâmetros do colonialismo. Um marco dessa nova literatura pode ser encontrado na formação da chamada “Geração dos Novos Intelectuais”, em que escritores e intelectuais como António Jacinto, Agostinho Neto e Viriato da Cruz se reuniram em torno da Revista Mensagem e se apropriaram do lema “vamos descobrir Angola” (CHAVES, 2000, p. 246). Conforme pontua Maria Anabela Ferreira da Silveira, em sua tese de doutorado defendida na Universidade do Porto em 2011:

O fim da 2ª Guerra Mundial, a fundação da ONU e a assinatura da Carta das Nações Unidas, bem como o crescimento do movimento descolonizador levaram a que o nacionalismo angolano fosse emergindo da letargia para onde tinha sido atirado. Em Luanda e apesar da censura férrea, jovens com uma educação formal, muitos deles descendentes de famílias nativas, com acesso à literatura mundial e a outras obras de cariz mais ideológico e

político, influenciados, de certo modo, pela Negritude de Senghor e Césaire, partiram à procura das suas raízes culturais, da *Angolanidade*, divulgando-as através da revista Mensagem com o lema «Vamos descobrir Angola» que, precursora do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), pretendeu aliar a movimento literário ao combate político (SILVEIRA, 2011, p. 14).

Vemos, portanto, que literatura e política andaram lado a lado em Angola já no processo de construção de uma nação independente. A efervescência literária e intelectual cumpriu papel importante não apenas na crítica ao colonialismo, mas também na proposição de novas ideias para o que seria uma Angola independente, que precisaria se redescobrir para traçar planos para um futuro de liberdade.

Foi nesse contexto que Pepetela publicou, na Revista Mensagem, seus primeiros contos, no ano de 1959 (CHAVES; MACEDO, 2009, p. 15). Nascido como Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, em 1941, na cidade de Benguela, passará a ser conhecido pelo nome de “Pepetela”, que significa “Pestana” em quimbundo. Em 1958, mudou-se para Lisboa, onde se matriculou em engenharia no Instituto Superior Técnico, curso que abandonou para se matricular em história na Faculdade de Letras de Lisboa (Ibid.). Em Portugal, participou também da Casa dos Estudantes do Império, instituição que reunia estudantes provenientes das diversas colônias portuguesas e que foi um espaço fértil para a circulação de ideias anticoloniais a partir dos anos 1950.

Em 1962, a fim de escapar da convocação do exército português para a guerra colonial, Pepetela mudou-se para Paris e, no ano seguinte, para Argélia, onde se formou em sociologia e acompanhou de perto as questões do país logo após a sua independência. Depois de ter passado seis anos em Argel, retornou à Angola para participar da Guerra de Independência nas fileiras do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Ainda durante a Guerra de Independência, em 1971, Pepetela escreveu *As aventuras de Ngunga e Mayombe*, que trata das histórias dos guerrilheiros que lutavam pela libertação de Angola. Após a independência, Pepetela se tornou vice-ministro da Educação em Angola, cargo que ocupou até 1982, e, no ano seguinte, tornou-se professor de sociologia da Universidade Agostinho Neto. Ao longo das décadas de 1970, 80 e 90, Pepetela se consagrou como um dos mais importantes escritores da literatura angolana, sendo contemplado com o Prêmio Camões no ano de 1997, mesmo ano em que foi publicado o seu romance *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos*.

Não temos a pretensão, neste trabalho, de oferecermos uma análise ampla do conjunto da obra literária de Pepetela e de sua importância para a literatura angolana de modo geral.

Destacaremos, porém, alguns aspectos relevantes da busca de Pepetela pelas “raízes históricas” de Angola. O próprio Pepetela, em entrevista de 1991, afirmou o seguinte: “Evidentemente, eu penso que a nossa literatura precisa de ir à tradição – e eu, sempre que posso, tento ir, procurar raízes. Isto é uma sociedade com muitas fontes – não só fontes propriamente africanas, mas que são diversas [...]” (Ibid., p. 35). Como mencionamos anteriormente, os escritores vinculados à Revista Mensagem já tinham como lema “Vamos descobrir Angola”, o que nos permite observar que literatura e história em Angola possuíam importante vínculo entre si. De acordo com Rita Chaves, “a poderosa presença da História na configuração do projeto literário angolano assegura ao passado um lugar de destaque” (CHAVES, 2000, p. 245). Pepetela, portanto, não é o único nome da literatura angolana que dará ao diálogo com a história um papel de destaque, já que, para a maioria dos escritores angolanos desse momento, o passado é compreendido como fundamental para a atuação no presente e para a concepção de um futuro que supere as mazelas originadas a partir do colonialismo.

Portugal não colonizou Angola apenas do ponto de vista do estabelecimento de um poder político propriamente dito, mas também colonizou as interpretações a respeito do passado angolano. Ana Paula Tavares, ao tratar do colonialismo, afirma que “há uma altura em que os africanos são realmente excluídos da sua história, e aí começa o colonialismo propriamente dito” (TAVARES, 2008, p. 40). Como demonstramos no capítulo anterior, revistas como a Diogo Cão, que circulou entre os círculos letrados de Angola durante a década de 1930, tratavam da história de Angola a partir de uma perspectiva em que o colonizador português era descrito heroicamente como o responsável por levar à região um modelo de civilização superior. A seção da revista que tratava dos governadores de Angola, escrita por José Matias Delgado, é um bom exemplo de como os “grandes homens”, os portugueses detentores do poder político no passado, são alçados ao papel de figuras *condutoras* da história, como se a história se entrelaçasse com as biografias dos “grandes homens”. Essa abordagem, comum na historiografia do século XIX e das primeiras décadas do século XX, sofrerá fortes críticas de novas correntes historiográficas surgidas a partir dos anos 1930, como a que foi vinculada à revista Annales, na França. Já na segunda metade do século XX, abordagens históricas críticas ao colonialismo passam a questionar com maior intensidade o viés eurocêntrico adotado por boa parte da historiografia do período e, assim, buscam recuperar no passado o legado de agentes históricos até então silenciados. A chamada História Oral, por exemplo, desenvolveu métodos de trabalho que foram de grande importância para o desenvolvimento de novas abordagens historiográficas que contemplassem

a história de pessoas que o poder colonial silenciou e que as historiografias de viés eurocêntrico ignoraram. No caso da África Central e Centro-Occidental, os trabalhos de Jan Vansina, por exemplo, desempenharam importante papel para o avanço do conhecimento historiográfico a respeito dessa região a partir de métodos que integram a História Oral.

De acordo com Ana Paula Tavares, no caso de Angola, podemos dizer que a literatura anda à frente da história, “a história é muito mais medrosa” (2008, p. 41). A seguir, a autora prossegue dizendo: “*Mayombe* [de Pepetela] é a única coisa que está escrita sobre a história da luta de libertação nacional naquela região” (Ibid., p. 42). O processo de escrita da história feito pela historiografia acadêmica costuma, como bem percebeu Tavares, ser mais lento e medroso do que a literatura, especialmente se considerarmos o caso de Angola. Podemos supor que isso se deva, em parte, ao rigor metodológico da história acadêmica, o que explicaria sua lentidão, mas também ao fato de que até recentemente a História da África e de Angola, em particular, recebia pouca atenção da historiografia ao redor do mundo perto da atenção recebida, por exemplo, pela História da Europa, o que também foi acentuado pela dificuldade de acesso aos arquivos e documentos necessários para a escrita da história, dificuldade que foi ainda ampliada pela questão colonial. Autores como Pepetela, por meio da literatura, tomaram para si a tarefa de escrever obras literárias que tinham, em seu interior, profundas discussões teóricas a respeito do passado de Angola, e, conforme pontua Inocência Mata, “pela literatura se vai escrevendo também a história do país” (MATA, in CHAVES; MACEDO – org., 2009, p. 195). Além de *A Gloriosa Família*, Pepetela também escreveu outros romances sobre o passado de Angola anterior ao século XX, como é o caso dos romances *Lueji* (1989) e *A Sul. O Sombreiro* (2011). Nestes romances, podemos perceber o profundo conhecimento que Pepetela possui da documentação que trata do passado de Angola, bem como é perceptível seu profundo conhecimento de arquivos históricos de diversos países nos quais o autor realizou cuidadosa investigação histórica. Mas é importante ressaltar que Pepetela lança um olhar crítico para esta documentação histórica, buscando encontrar ali algo não explícito ou não percebido pelos que se debruçaram sobre estes documentos a partir de uma perspectiva historicista tradicional. Como propõe Walter Benjamin, ao considerar a necessidade de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987, p. 225), Pepetela busca no passado, fazendo uso de documentação histórica armazenada em arquivos e de obras fundamentais como a *História Geral das Guerras Angolanas*,

encontrar ali reminiscências históricas até então *esquecidas* em “buracos negros”³³ da história de Angola e da literatura angolana. As seguintes considerações do narrador do romance *A Gloriosa Família* nos ajudam a entender como a costura de reminiscências históricas são importantes na obra de Pepetela:

Ninguém mais percebeu, só eu, mas ninguém tem o meu faro para detectar insignificâncias escondidas na cabeça das pessoas. Às vezes essas coisas escondidas não são tão insignificantes assim, acabam por explicar acontecimentos futuros. Muitas vezes tão no futuro que as ligações não se fazem, ficam escondidas em repouso, *até que alguém cosa as pontas*. Sucede provavelmente com certa frequência não surgir alguém com esse talento de coser pontas e o conhecimento se perde (PEPETELA, 1999, p. 115, grifo nosso).

Nas palavras de Walter Benjamin, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’”, mas “significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1987, p. 224). Benjamin questiona o ideal de escrever o passado “como ele de fato foi”, difundido por Leopold von Ranke e pelo historicismo do século XIX. Este mesmo questionamento também aparece em Pepetela, que opera de acordo com o que Benjamin propõe quando, ao lidar com os vestígios do passado, apropria-se das reminiscências de *vozes* silenciadas por séculos a fim de recuperar as raízes da história de Angola a partir de uma perspectiva que valoriza legados até então esquecidos ou pouco valorizados.

3.4 A *Gloriosa Família: o tempo dos flamengos*

O romance *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos* foi publicado, originalmente, em 1997 pela editora portuguesa Dom Quixote. Ao longo de seus doze capítulos, um narrador mudo e analfabeto, escravo de um holandês chamado Baltazar Van Dum, conta a história de seu dono e de sua “gloriosa família” no período da ocupação holandesa de Luanda, na década de 1640, período chamado de “o tempo dos flamengos” no subtítulo do romance. Baltazar Van Dum, personagem inspirado em figura histórica de mesmo nome descrita por Cadornega em sua HGGGA, vivia em Angola desde 1616. Van Dum, no romance, é casado com Dona Inocência, uma mulher negra com quem teve muitos filhos. Como bem observa Roberta Franco,

³³ Esse termo é utilizado por Luandino Vieira (2008) para tratar da literatura angolana esquecida no tempo, como é o caso da literatura do período anterior ao século XX. Como exemplo central dessa literatura esquecida em buracos negros, Luandino cita a *História Geral das Guerras Angolanas*, de Cadornega.

Baltazar é um sujeito híbrido (descrição que também poderia servir ao próprio Cadornega), que carrega em si elementos de várias culturas, e a sua casa é um exemplo claro dessa situação [...]. A hibridez faz parte da família Van Dum, seja nas línguas, nas práticas religiosas, ou na educação de tantos filhos. Do mesmo modo, será híbrida a narrativa, que vai costurar, através da voz de um narrador personagem, o escravo particular de Baltazar, relatos historiográficos às recriações ficcionais de Pepetela (FRANCO, 2012, p. 200).

Como já tratamos em nosso primeiro capítulo, e em acordo com os apontamentos de Roberta Franco, Cadornega pode ser visto como um sujeito híbrido, no sentido de ser um português que, ao longo de sua permanência de décadas em Angola, passa por um processo de “kimbundização”, conforme Antônio Manuel Hespanha observa ao tratar de vários portugueses que viveram naquela região (2019, p. 81). Do mesmo modo, personagens do romance de Pepetela, como os membros da família Van Dum, também apresentam esta característica, que não aparece no romance de forma aleatória, mas como reveladora da multiplicidade cultural e étnica que é formadora do povo angolano.

Baltazar Van Dum era próximo dos portugueses, mas por ser holandês de nascimento, também mantinha boas relações com os flamengos, o que possibilitou a ele permanecer nas proximidades de Luanda quando a maioria dos portugueses que lá residiam fugiram para Massangano, no interior, a partir de 1641. Van Dum é apresentado no romance como um homem bastante pragmático e envolvido com o tráfico de escravizados, com o qual se enriqueceu e assumiu uma posição proeminente em sua sociedade. Por esta razão, não lhe interessava a guerra entre portugueses e holandeses, o que lhe colocava numa posição indefinida na disputa e, por vezes, permitia a ele transitar entre grupos de ambos os lados da disputa, numa busca constante por resolver os empecilhos que dificultavam os lucros provenientes do tráfico de escravizados. Num momento de consolidação da produção açucareira no nordeste do Brasil, o que é sempre enfatizado no romance³⁴, a demanda por mão de obra escravizada era alta, o que fez com que portugueses e holandeses, em ambos os lados do Atlântico, disputassem o controle de locais estratégicos para o funcionamento da economia colonial.

Embora possamos compreender Van Dum como sendo o protagonista de *A Gloriosa Família*, consideramos também importante destacar a centralidade que o narrador escravo

³⁴ Em *A Gloriosa Família*, o Brasil é citado nominalmente 107 vezes e Portugal 57 vezes, o que indica que o romance se pauta em uma compreensão de que os acontecimentos narrados, embora se passem em Angola, não dizem respeito apenas à Angola, mas estão conectados de forma sistemática com outras regiões do Império Português, com centralidade para o Brasil, que ocupa importante papel no pano de fundo da narrativa.

ocupa no romance, não por ser uma figura principal nos acontecimentos contados, mas por ser o detentor do *ponto de vista* a partir do qual tais acontecimentos são contados. Segundo Mariana Sousa Dias,

Durante todo o romance somos lembrados do lugar ocupado por esse narrador que, devido à condição de mudo e analfabeto, pode falar de um ponto de vista alternativo ao de seu dono. Sendo assim, o criado-mudo funda outra discursividade, um lugar de libertação onde se possa prefigurar um cenário que interroga incessantemente o que está sedimentado pelos discursos oficiais (2019, p. 118).

O narrador do romance, que também é personagem, oferece um olhar para os acontecimentos históricos de seu tempo a partir de uma “história vista de baixo”, questionadora de uma perspectiva histórica construída pelos “vencedores” - nesse caso, pelos colonizadores europeus. Observamos isso, por exemplo, na descrição da Rainha Jinga: “Jinga fazia guerra aos portugueses, como ainda faz. Os portugueses dizem que ela é canibal, uma víbora em que não se pode confiar, *mas eu tenho outra versão*” (PEPETELA, 1999, p. 23, grifo nosso). Contar uma versão da história de Angola que não parta do ponto de vista dos portugueses, mas que é *vista a partir de baixo*, do olhar de um escravizado, possibilita ao narrador preencher “lacunas” da história de Angola. Como observa Ana Mafalda Leite a respeito do narrador de *A Gloriosa Família*: “com efeito, Cadornega conta os eventos ocorridos em Massangano, e o historiador-escravo apresenta-nos fundamentalmente os relatos ausentes, a narrativa alternativa daquilo que se passou em Luanda” (LEITE, in CHAVES; MACEDO – org., 2009, p. 116). Trazer à tona o esquecido, a partir de uma perspectiva dos *emudecidos*, é elemento central do romance de Pepetela. Para fazer isso, Pepetela procura em documentos históricos do século XVII os vestígios de histórias silenciadas, e encontra nestes documentos informações e personagens que o permitem, por via da literatura, narrar o passado com um olhar bastante distinto do que se via, por exemplo, em narrativas colonialistas que enalteciam os “grandes homens” do colonialismo português, como vimos, no capítulo anterior, na forma como a Revista Diogo Cão apresentava Cadornega.

Com exceção dos capítulos primeiro e décimo, cada capítulo do romance é iniciado com a citação de um documento histórico do século XVII, ou de um texto historiográfico do século XX, como é o caso do capítulo quinto, que se inicia com um texto de Charles Boxer, importante historiador do século XX. O modo como Pepetela trabalha com a documentação histórica deste período demonstra o cuidado do autor em fazer uma minuciosa pesquisa a fim de compreender com profundidade a história de Angola no século XVII, fazendo uma leitura dos documentos da época que o permite ouvir não só a voz dos portugueses que escreviam

estes textos, mas também a voz daqueles que há séculos habitavam aquela região e que foram silenciados pela historiografia durante a maior parte do século XX.

Ao buscar nos documentos a voz daqueles que não ocupam uma posição de destaque num primeiro plano destes textos, Pepetela “escova a história a contrapelo”, como propõe Walter Benjamin (1987, p. 225), construindo um romance não dicotômico ou maniqueísta, onde figuras historicamente excluídas da historiografia não são vistas de forma heroica ou pejorativa, mas de forma humanizada e, portanto, complexa e dialética. O romance é capaz de expor as contradições de figuras históricas europeias e africanas que construíram a história moderna de Angola – contradições que resistem ao tempo e perduram na longa duração, já que a própria família Van Dum, com o sobrenome “Van-Dúnem”, permanece relevante em Angola mesmo após a independência do país. O presidente de Angola entre 1979 e 2017, José Eduardo Van-Dúnem dos Santos, pode ser considerado um membro dessa “gloriosa família” que remonta ao século XVII e que apresenta, desde sua origem, contradições, bem como Fernando José de França Dias Van-Dúnem, que foi primeiro-ministro entre 1991-1992 e entre 1996-1999, além de presidente da Assembleia Nacional entre 1992-1996, justamente no período em que o romance de Pepetela foi publicado.

O fato da família Van Dum ser apresentada, no romance, como miscigenada, tendo origem na Europa e na África, já é elemento inicial para pensarmos essa complexidade que permeia a “gloriosa família”, assim como o fato de Baltazar Van Dum ser um holandês, mas “de ânimo português”, apontar para a dificuldade de situá-lo até mesmo no que diz respeito à sua origem europeia, já que ele era um holandês católico, o que já poderia ser visto como uma contradição naquele contexto. Na casa da família Van Dum, falava-se quimbundo, português e flamengo, resultado das múltiplas formações culturais de seus membros. Até mesmo o narrador do romance, escravo de Baltazar Van Dum, também é miscigenado, sendo “filho de uma escrava lunda, é certo, mas também de um missionário napolitano” (PEPETELA, 1999, p. 24). Manuel Pereira, genro de Baltazar, assim como Cadornega, era “o que se chamava um cristão-novo e, como tal, tratado com alguma desconfiança” (PEPETELA, 1999, p. 22). As personagens do romance são complexas, permeadas por contradições e origens múltiplas. A *gloriosa* família Van Dum não é, de modo algum, considerada heroica, tampouco podemos dizer que ela é vista como a grande vilã da história, destituída de qualquer atributo positivo. A família Van Dum, que ainda tinha um representante que ocupava o poder presidencial em Angola quando Pepetela escrevia seu romance, nos anos 1990, representa as próprias contradições da história de Angola na longa duração. Os descendentes de Baltazar Van Dum

são nascidos em Angola, são angolanos, mas nem por isso podem ser considerados heróis. Este é um dos aspectos que consideramos de grande relevância em *A Gloriosa Família*.

Além deste ponto acima citado, também é central a forma como Pepetela, assim como Cadornega e em diálogo com ele, retrata a Angola do “tempo dos flamengos” com uma grande riqueza de detalhes sobre a geografia, a história, a economia, a diversidade cultural e a vida social, de tal modo a demonstrar a conservação, ao longo dos séculos, de antigos elementos que marcam a história de Angola. O importante rio Kuanza, por exemplo, é mencionado diretamente 58 vezes no romance e, assim como é o caso de rios e mares em outras regiões do mundo³⁵, este rio parece carregar consigo saudades e histórias de tempos passados, como o próprio narrador do romance indica:

Posso dizer que sou um filho do Kuanza, pois nasci no meio dele, nas ilhas perto de Maopungo, onde foi a capital de Jinga em épocas de defesa, Pungo Andongo, a terra dos enormes pedregulhos negros que pareciam escalar até ao céu. Olhar o Kuanza sempre me deu um nó de saudade na garganta [...] (PEPETELA, 1999, p. 259).

Também os sobas, chefes locais, são descritos em diversas passagens³⁶ com abundância de descrições que nos permitem aprofundar no contexto das organizações sociais de Angola do século XVII que possuem raízes muito anteriores ao século XVII e perdurarão para além desse período. Vemos, também, descrições das atividades missionárias no interior de Angola que retratam as interações, conflitos e alianças feitas entre europeus e africanos na região, que podem nos permitir pensar visões sobre a religião e cultura africana formuladas a partir do olhar dos europeus que tiveram longevidade secular, ainda que com modificações ao longo dos séculos. Apenas para citar um exemplo, no capítulo sexto é apresentado um personagem chamado padre Tavares, que conta para os membros da família Van Dum a respeito de suas atividades missionárias no interior e de sua presença em um sobado liderado por um soba que “se dizia cristão, era mesmo baptizado” (PEPETELA, 1999, p. 198), mas que ainda assim mantinha a prática de rituais religiosos tradicionais³⁷:

Estavam eles nesta cerimónia demoníaca, quando lhes caí em cima com a minha ira santa. Afastei uns tantos, me agarrei ao ídolo, tentei arrancá-lo do chão, onde estava bem enterrado. Os macacos começaram a gritar, com jeitos de grandes ameaças, não liguei. Com as mãos escavei a terra à volta do feitiço, lá o consegui fazer inclinar. Aumentou a fúria da população,

³⁵ Podemos mencionar, como exemplo, o caso do Mar Mediterrâneo como analisado por Fernand Braudel, sobre o qual se observa estruturas de longa duração que perduram ao longo de séculos e até milênios e marcam as histórias dos povos daquela região.

³⁶ A palavra “soba”, no singular ou no plural, é mencionada 67 vezes ao longo do romance.

³⁷ Como Marina de Mello e Souza bem aponta em *Além do visível* (2018), era comum que os rituais cristãos, quando assimilados pelos povos da África Centro-Occidental, não representassem uma completa ruptura com as tradições religiosas anteriores.

apareceram as azagaias. O soba Kitela veio me pedir para não desenterrar o objecto, que ele podia perder o controlo sobre os seus súbditos. Disse-lhe, esse é problema seu, o meu é destruir esta obra do demónio (Ibid. p. 199).

Essa descrição do padre Tavares, que reflete uma demonização dos cultos africanos comumente feita pelos europeus daquele período, demonstra mais uma vez como o romance de Pepetela nos permite refletir sobre processos que se estendem pela história de Angola na longa duração, como também observa Roberta Franco (2022, p. 153).

A Gloriosa Família, portanto, oferece-nos uma profunda reflexão sobre a Angola do século XVII e sobre aspectos que perduraram ao longo dos séculos e que, ainda nos finais do século XX, quando Pepetela escreve, poderiam ser observados. As transformações que ocorreram em Angola - e no mundo - entre o século XVII e o XX foram significativas e profundas, como temos demonstrado ao longo de todo o nosso trabalho. Ainda assim, e Pepetela aponta isso muito bem em seu romance, o “novo” convive com o “velho”, e as novas estruturas não eliminam completamente os elementos mais antigos. Embora o foco de nosso trabalho esteja nas transformações históricas que ocorrem entre os três tempos em que analisamos leituras da obra de Cadornega (década de 1680, década de 1930 e década de 1990), reconhecemos que há continuidades que percorrem estes diferentes tempos.

3.5 A *Gloriosa Família*, a noção de “verdade” e a nova história

Conforme argumenta Rogerio Max Canedo Silva em sua tese de doutorado, o romance *A Gloriosa Família* pode ser classificado como parte dos “romances históricos que subvertem o discurso historiográfico oficial sobre um determinado evento histórico” (2016, p. 170), utilizando-se do quadro teórico de György Lukács. Por outro lado, a maioria dos trabalhos acadêmicos sobre *A Gloriosa Família* utilizam o conceito de metaficção historiográfica para classificá-lo, com base na perspectiva teórica de Linda Hutcheon, apresentada em *Poética do Pós-Modernismo* (1991). Esta, por sua vez, no que diz respeito à teoria da história, aproxima-se dos posicionamentos de Hayden White, autor de *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX* (1973). Não temos a pretensão, em nosso trabalho, de nos aprofundarmos nesse debate, mas consideramos importante tratar, ainda que brevemente, a respeito das concepções teóricas sobre a história que permeiam o romance de Pepetela, já que os autores que buscam classificá-lo como um romance histórico ou como uma metaficção historiográfica constroem suas argumentações partindo também do que entendem ser a perspectiva teórica que o romance apresenta sobre a história.

Um ponto importante levantado pelos estudos acadêmicos que classificam *A Gloriosa Família* como metaficção historiográfica é que esta parte da compreensão de que a literatura pode reler o passado e recriar figuras históricas, transformando-as em personagens e subvertendo discursos sobre o passado até então consolidados, o que pode ser observado no romance de Pepetela, por exemplo, com o fato da história ser narrada por um escravo mudo. Além disso, a metaficção historiográfica rompe com a ideia, presente nos romances históricos do século XIX, de que poderia haver imparcialidade na escrita da história, passando a operar com uma pluralidade de *verdades*. Segundo Mariana Sousa Dias,

O processo metaficcional representa uma leitura alternativa para o passado, operando com a existência de *verdades*. Por meio dessas versões inusuais, a pluralidade é legitimada como preceito, rompendo com a universalidade e com a generalização de tipos sociais e de aspectos culturais presentes nos romances históricos clássicos (2019, p. 19, grifo nosso).

Por outro lado, Rogério Silva, que defende que *A Gloriosa Família* deve ser classificada como um romance histórico, faz as seguintes críticas ao conceito de metaficção historiográfica:

Para Hutcheon, a metaficção historiográfica, produto da narrativa de ficção histórica do pós-modernismo, é autoconsciente, uma arte “dentro do arquivo”. E esse arquivo é tanto histórico quanto literário. Considera-se, assim, que todo produto histórico é texto, linguagem, daí a perspectiva que ilustramos aqui acerca da historiografia que, para o pós-modernismo é unicamente um discurso. O sentido material da história se esvai, esfumaça-se na negação dos princípios teóricos tradicionais da epistemologia da história (SILVA, 2016, p. 69).

Para Lukács, em sua obra *O Romance Histórico*, escrita na década de 1930, o que podemos chamar de romance histórico “surgiu no início do século XIX, por volta da época da queda de Napoleão” (LUKÁCS, 2011, p. 33), sendo que *Waverley* (1814), de Walter Scott, poderia ser considerado o primeiro romance histórico. Para Lukács, uma das principais características que podemos encontrar no romance histórico é “o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (Ibid.). No romance histórico, há uma forte preocupação em mostrar as personagens como produtos da história, como resultados de um tempo e de um local específico, o que impõe sobre elas uma limitação sobre suas ações, já que estas são condicionadas pela história. A metaficção historiográfica, por sua vez, partiria de outras concepções sobre a história, conforme Linda Hutcheon:

É essa mesma separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças. Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos lingüísticos, altamente

convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. Mas *esses também são os ensinamentos implícitos da metaficção historiográfica* (1991, p. 141, grifo nosso).

Com base nesta breve apresentação da discussão em torno destes conceitos, podemos fazer algumas ponderações. Em primeiro lugar, é evidente que o romance de Pepetela não apenas se distancia do historicismo rankeano do século XIX, mas faz duras críticas a ele. Portanto, se tratarmos *A Gloriosa Família* como um romance histórico, precisamos, no mínimo, ponderar que este seria um tipo de romance histórico que parte de pressupostos teóricos sobre a história que não são idênticos aqueles encontrados nos romances históricos do século XIX. Por outro lado, podemos também questionar: ainda que o romance de Pepetela, de fato, apresente características do que se conceitua como metaficção historiográfica, seria a concepção de história presente no romance de Pepetela a perspectiva teórica pós-moderna, descrita por Hutcheon como aquela que considera que história e ficção “obtem suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva” (Ibid.)?

Entendemos que Pepetela, ao se afastar do historicismo que orientava os primeiros romances históricos, não o faz abraçando uma concepção teórica que enxerga a história como simplesmente um constructo linguístico que se afasta da existência de fatos ou verdades objetivas. Não nos parece que Pepetela pretenda apenas apresentar uma outra verdade sobre o passado de Angola, distinta da que foi anteriormente apresentada pela historiografia vinculada ao colonialismo. Pepetela questiona e ridiculariza, apontando como errônea, a interpretação da história de Angola que descrevia os portugueses como heróis do progresso e da civilização, pois esta interpretação não condiz com fatos sobre os quais Pepetela lança luz em seu romance, como é o caso da escravidão, por exemplo, que permeia toda a trama de *A Gloriosa Família*. A escravidão foi um fato histórico, negar isso seria desconsiderar inúmeras evidências que comprovam sua veracidade histórica. Portanto, como sustentar que um sistema que teve na escravidão o seu elemento estruturante poderia ser um sistema que levou “civilização” e “progresso” para Angola? Essa questão permeia todo o romance de Pepetela, no qual as palavras “escravo”, “escravos”, “escrava”, “escravas” e “escravatura”, se somadas, aparecem 330 vezes. No sétimo capítulo do romance, no qual é narrado o processo de escravização de Thor e de seu assassinato realizado por decisão de Baltazar Van Dum (PEPETELA, 1999, p. 247), fica escancarada a brutalidade e a desumanidade que envolvia a escravidão, que ocupou papel central na estruturação do sistema colonial (ALENCASTRO, 2000), deixando marcas que irão sobreviver na longa-duração mesmo após o fim da

escravidão, permeando também o colonialismo do Estado Novo. Assim, no romance de Pepetela observamos que a *realidade factual* da escravidão, em momento algum questionada ou relativizada, desmonta a tese central da visão de história difundida pelo Estado Novo, que pregava que a presença portuguesa em Angola havia levado progresso e civilização para os povos daquela região.

Certamente, o romance de Pepetela não se propõe a narrar verdades absolutas e se afasta de visão histórica que se pretende única e acabada. Também não cai numa concepção rasa de “documento histórico” que compreenderia as fontes consultadas para a concepção do romance como se fossem portais para a compreensão perfeita da realidade dos eventos que se passaram em Angola durante o “tempo dos flamengos”. Apesar disso, não nos parece que o romance de Pepetela descarte a existência de fatos históricos que realmente ocorreram e que algumas interpretações do passado são capazes de se aproximarem mais da realidade do que outras, que ignoram fatos relevantes, como é o caso da escravidão, a fim de criarem interpretações históricas completamente equivocadas e distantes da realidade. Não vemos em Pepetela, portanto, um combate contra a noção de “verdade” na história, mas sim um combate contra uma certa noção de verdade que se pretende atemporal, completamente imparcial, destituída de posicionamentos éticos e ideológicos e que ignore as limitações epistemológicas de se conhecer o passado, que nunca pode ser vislumbrado em sua totalidade.

Embora a noção de “verdade” propagada pelo cientificismo do século XIX tenha se mostrado limitada e, assim, precisou ser repensado no século XX, isso não significa que todos os que se coloquem como críticos de uma ideia universalista e a-histórica de verdade estejam negando que existam, sim, fatos que realmente aconteceram e que podem ser comprovados e verificados por nós, apesar de nossas limitações. O historiador Roger Chartier, em seu recente artigo *Verdade e Prova: História, Retórica, Literatura, Memória*, publicado em 2022 na Revista de História da USP, faz as seguintes afirmações:

A história sempre deve ser o saber que desmascara as verdades alternativas, que rechaça as negações do que foi ou do que é, que estabelece um conhecimento *comprovado*. Assim, pode contribuir a apaziguar as feridas que deixou em nosso presente um passado que foi amiúde injusto e cruel. Assim, pode desempenhar seu papel cívico e ético. As mutações políticas que aconteceram recentemente em ambos os lados do Atlântico, ou no norte e no sul das Américas, obrigam a refletir com urgência e ansiedade sobre a relação entre autoridade e verdade. Essas mutações mostram os perigos que ameaçam tanto a memória quanto a história. A memória, porque aproveitam o desconhecimento do passado para impor as representações de uma realidade que nunca foi. A história, porque opõem ao conhecimento verdadeiro as falsificações e manipulações dos fatos. Nos dois casos, é a noção de verdade que se encontra desafiada, ameaçada, descartada (2022, p. 20 – grifo nosso).

Sem dúvidas, Chartier escreve este artigo, em 2022, com o olhar atento para as disputas a respeito da história travadas nos últimos anos e para suas implicações políticas no presente. Observamos, na última década, especialmente com a difusão das redes sociais, a emergência de discursos que se apresentam como “verdades alternativas” sobre o passado, o que representa um enorme perigo *epistemológico*, *cívico* e *ético* que *desafia*, *ameaça* e *descarta* a noção de *verdade*, como bem pontua Chartier. A ascensão de uma nova extrema-direita em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, tornou evidente os perigos de posturas anti-científicas que propõem que a noção de *verdade* seja excluída da história – e a pandemia de COVID-19, a partir de 2020, escancarou ainda mais estes perigos. Em acordo com as considerações de Carlo Ginzburg (2017, p. 227), compreendemos que abordagens teóricas que descartem a noção de verdade na história podem abrir brechas, ainda que de forma não intencional, para a defesa de verdades alternativas e versões paralelas da história que não possuem compromisso com a realidade, descartam qualquer rigor metodológico e compreendem como “narrativas equiparáveis” visões sobre o passado que partam de compromissos muito distintos com critérios metodológicos sérios de análise da realidade. É preciso admitir, certamente, que é impossível para qualquer área do conhecimento atingir um nível de perfeição epistemológica que a permita traduzir a realidade sem limitações ou imprecisões. A história, como “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 67), tem limitações no que diz respeito à possibilidade de se conhecer o que se passou. A historiografia do século XX foi obrigada a lidar com esse problema, colocando em questionamento pontos que eram entendidos como certos por correntes historiográficas do século XIX. No entanto, o reconhecimento das limitações de nossa capacidade de se conhecer o passado histórico não implica, necessariamente, na negação da verdade na história ou na abertura desta para múltiplas verdades que possam colocar em pés de igualdade posições que não são equivalentes em nível de compromissos éticos e humanitários com a realidade.

Feitas estas considerações, ressaltamos que não enxergamos um questionamento de “qualquer verdade objetiva” como algo que marca o romance de Pepetela. Podemos, isso sim, perceber que há uma consciência das limitações da escrita da história que transparecem no romance de Pepetela, como observamos nas seguintes reflexões do narrador:

Não sou muito versado na história dos homens, sei apenas o que o meu dono sabe e contou, ou o que outros lhe contaram e ouvi, coisa pouca. Mas o suficiente para entender que muito se perdeu, ao longo dos séculos, na ligação às verdadeiras causas de fenómenos aparentemente inexplicáveis (PEPETELA, 1999, p. 115).

Ainda assim, o que se questiona não é a existência de fatos e nem a veracidade de certos fenômenos históricos, mas as dificuldades para se encontrar elementos que permitam explicar alguns destes, já que nem tudo o que ocorreu no passado deixou evidências e reminiscências que estão ao nosso alcance. Ou seja, há uma consciência que perpassa o romance de Pepetela a respeito das limitações epistemológicas do fazer histórico, o que não se traduz, necessariamente, em crítica à noção de verdade na história. Observamos, sim, uma crítica à noção de verdade tal como aparece em concepções historicistas e lusocêntricas que compuseram a visão salazarista sobre o passado de Angola. Esta propunha uma leitura do “tempo dos flamengos” a partir de concepções que enalteciam o heroísmo português e seu poder civilizatório. Pepetela subverte tal abordagem historiográfica e mostra seus pontos frágeis, o que é feito a partir do ponto de vista de um narrador que vê a história com o olhar daqueles que foram silenciados ao longo de séculos na historiografia tradicional, captando, por meio do fazer literário, reminiscências do passado que por muito tempo foram completamente ignoradas.

A consciência das limitações epistemológicas do fazer histórico e a perspectiva da história vista de baixo colocam o romance de Pepetela em diálogo com perspectivas teóricas da chamada *nova história*, no sentido que Peter Burke compreende esse termo. De acordo com este autor, “a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional” (2011, p. 10). O que Burke chama de paradigma tradicional seria uma “história rankeana”, que se tornou também “a visão do senso comum da história” (Ibid.) e do que se costuma chamar, genericamente, de “história oficial”³⁸. Em nosso capítulo anterior, descrevemos com mais cuidado o que seria o paradigma historicista (ou tradicional, como o denomina Burke), baseado especialmente na abordagem de Leopold von Ranke. A Revista Diogo Cão, como demonstramos, partia dessa concepção de história para analisar a obra de Cadornega e o “tempo dos flamengos”, acrescentando também à sua análise noções específicas do pensamento colonial português dos anos 1930. *A Gloriosa Família*, por sua vez, subverte esta abordagem de interpretação do “tempo dos flamengos” em Angola e

³⁸ Optamos por não trabalhar com essa terminologia em nosso trabalho pelo fato de que entendemos que a noção de “história oficial”, bastante comum em muitos trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre *A Gloriosa Família*, tornou-se demasiadamente vaga e imprecisa em boa parte destes trabalhos. Acreditamos que para que essa terminologia fosse bem empregada, seria necessário explicitar a que ele se refere, já que alguns estudos parecem colocar sob este mesmo conceito a obra de Cadornega, a historiografia historicista do século XIX, os discursos políticos de Salazar e a historiografia acadêmica do século XX vinculada à Nova História e a outras correntes que já superaram o historicismo rankeano há muito tempo. Ou seja, quando um conceito é usado de modo tão abrangente a ponto de enquadrar objetos tão díspares, seria preciso, no mínimo, fazer diferenciações que permitissem que o conceito permanecesse útil.

apresenta outra perspectiva, mais próxima de visões teóricas que encontramos na nova história.

Para Burke, embora no interior da nova história haja uma diversidade de perspectivas, podemos traçar algumas características gerais que a diferem do paradigma tradicional:

- o interesse por virtualmente toda a atividade humana (Ibid., p. 11),
- a chamada “história vista de baixo”, que se preocupa com “as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social” (Ibid., p. 13),
- uma abertura para uma “maior variedade de evidências” no estudo do passado, dando importância para evidências visuais e orais, por exemplo, em oposição à perspectiva tradicional de que a história deveria se basear apenas em documentos escritos (Ibid., p. 14),
- a consciência de que não é possível “evitar olhar o passado de um ponto de vista particular” (Ibid., p. 15), o que faz com que o ideal da “Voz da História” seja substituído por uma heteroglossia, “definida como ‘vozes variadas e opostas’” (Ibid., p. 16).

Observamos que todos estes pontos se aproximam, em maior ou menor medida, da concepção teórica sobre a história que encontramos em *A Gloriosa Família*. Pepetela compartilha de diversos posicionamentos comuns à nova história, inclusive com a perspectiva da chamada *longa duração*, conceito do historiador Fernand Braudel, um dos principais nomes associados à Revista dos Annales, que teve papel central na nova história. Como bem colocado por Roberta Franco,

para Pepetela, o presente não basta, não é suficiente para responder os contornos da atualidade, é preciso recuar e não apenas ao início do século XX, quando a colonização é intensificada, ou mesmo ao século XIX. Pepetela efetivamente adota a perspectiva de longa duração, identificando dinâmicas, práticas, estruturas atuais ao passado colonial de pelo menos 3 ou 4 séculos (2022, p. 147).

Pepetela identifica na longa duração algumas estruturas que possuem permanências na história de Angola e, ainda que as transformações históricas entre os séculos XVII e XX tenham sido profundas, como temos demonstrado no presente trabalho, Pepetela aponta para a existência de elementos estruturais com longa permanência histórica ao longo da modernidade.

Assim, considerando a história de Angola a partir da longa duração e tendo em conta outros pressupostos teóricos similares aos da nova história, Pepetela lançará um novo olhar sobre Cadornega e sua obra.

3.6 Cadornega em *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos*

A presença de Cadornega em *A Gloriosa Família* marca a obra como um todo, desde o prólogo, que é, inclusive, uma citação direta da HGGGA sobre Baltazar Van Dum:

Em a cidade assistia hum homem por nome Baltazar Van Dum, flamengo de Nação, mas de animo Portuguez que havia ido dos primeiros Arrayaes para a Loanda com permissão de quem governava os Portuguezes, o qual esteve posto em risco de o matarem os flamengos, a respeito que antes desta tregoa e Comunicação corrente, hum Cidadão, por ver se por sua via podiamos haver algumas intelligencias de que passava entre o Flamengo, para este effeito, mandou de Masangano dous Negros com huma Carta direitos aos arimos e fazendas do Bengo, onde o dito Van Dum tinha alguma gente de sua conta, seus Escravos; estes taes levarão os Mensageiros à Cidade e entrarão com elles na Samzala do Van Dum, o que não foi tão em segredo que logo não fosse publico; e avizado o Director de como tinhão entrado Negros dos Portuguezes na Cidade e Sanzala, de que fitou alterado, e deo logo ordem ao Major que governava as Armas, o mandasse logo prender, o qual era Amigo de Baltazar Van Dum; e por isto se diz, bom he ter hum Amigo mesmo que seja no Inferno, mas de taes amizades nos livre Deos; e vendo o perigo em que estava, o avizou secretamente, em como o hião a prender, e o porquê; que viesse logo dar parte ao Senhor Director do que havia, e se desencontrasse com os que o hião a prender, porque elle os mandava pela calçada, que viesse elle por Santo Antonio ou sua Igreja; tanto que teve este avizo veyo pelos ares, como a quem lhe não hia nisso menos do que a vida em sua presteza; chegado que foi ao Collegio onde o Director rezidia, lhe deo parte de haverem chegado aquelles Negros de Masangano com a carta ainda fechada; olhou o Director para elle, dizendo-lhe ah! Van Dum, Van Dum! a tua Cabeça, a tiveste mui arriscada... (HGGGA, I, pp. 334-335).

Como podemos constatar a partir do prólogo reproduzido acima, a HGGGA é o ponto de partida para toda a narrativa que se seguirá ao longo dos capítulos do romance, já que é nesta que Pepetela encontra o personagem central do romance, Baltazar Van Dum. Assim, embora a obra de Cadornega não seja o único documento histórico do século XVII utilizado por Pepetela em seu romance, podemos afirmar que é o principal.

Cadornega, que em *A Gloriosa Família* também é transformado em personagem, é descrito como um escritor e atento observador da realidade angolana, que registrava por escrito o que via, como um “jovem soldado e tomador de notas” (PEPETELA, 1999, p. 69), de quem o narrador se lembrava como alguém que era reconhecido por “andar com papéis onde tomava notas constantemente” (Ibid., p. 261). Além de cronista, é colocada a possibilidade se entender Cadornega como poeta, como vemos logo no primeiro capítulo do romance:

E vi alguns a defender energicamente o governador, como por exemplo o jovem soldado António de Oliveira Cadornega, que tinha chegado a Luanda no mesmo barco de Pedro César e que era conhecido pelo «segundo

Camões», por andar sempre com um caderninho a tomar notas, *talvez a fazer poemas* (PEPETELA, 1999, p. 41, grifo nosso).

Embora Cadornega, enquanto personagem do romance, seja uma criação literária de Pepetela, este personagem nos oferece indícios a respeito de como o Cadornega “histórico”, autor da HGGA, é compreendido no romance. Em primeiro lugar, ressaltamos a observação de que o personagem andava sempre “com um caderninho a tomar notas, talvez a fazer poemas”, sendo conhecido como “Segundo Camões” (1999, p. 41). Cadornega é entendido aqui como alguém que também é um escritor de *literatura*, o que condiz com o fato de que no século XVII, história e literatura possuíam uma importante relação, ainda que a poesia e a história fossem gêneros distintos, segundo a clássica concepção aristotélica. Ainda assim, ao enfatizar esse ponto Pepetela também situa a obra de Cadornega como parte relevante da literatura de Angola, em consonância com o que Paula Tavares (2008), Luandino Vieira (2008) e Roberta Franco (2011) pontuariam anos mais tarde.

Podemos também compreender que Cadornega ocupa, no romance, o papel de representante de uma tradição *historiográfica*, como um pioneiro da tradição *escrita* da história de Angola. Como observa Mariana Sousa Dias em sua tese de doutorado, Cadornega, em *A Gloriosa Família*, “mostra-se como a outra faceta do contar o que se passou, a versão privilegiada do escravo mudo, ambos responsáveis por narrar os fatos como registro para a posteridade, mas com discursividades, modos e perspectivas diferentes” (DIAS, 2019, p. 75). Cadornega e o narrador do romance são, ambos, responsáveis por preservar para as gerações futuras a memória dos acontecimentos que se passaram em Angola no século XVII. No entanto, a tradição escrita, representada por Cadornega, foi considerada pelo pensamento moderno europeu como a única fonte legítima para a compreensão do passado, enquanto outras tradições, como a oral, foram relegadas a uma posição de inferioridade, de silenciamento e desprezo, conforme demonstramos no capítulo anterior de nosso trabalho. O que o romance faz é subverter essa lógica. No entanto, ao proceder desta maneira, Pepetela não está excluindo a importância de Cadornega para a história e para a literatura de Angola. A posição do romance de Pepetela com relação a Cadornega não é de combate, mas de releitura a partir de perspectivas distintas das que foram utilizadas na Revista Diogo Cão, por exemplo, que retratava Cadornega como um colonizador e patriota, tal como estes termos eram compreendidos no século XX.

Como demonstramos no capítulo anterior, Ruela Pombo, editor da Revista Diogo Cão, considerava que para se fazer a “história autêntica de Angola” era preciso apreciar “os factos na sua justeza simples tais e quais sucederam e os narram testemunhas fidedignas e

desinteressadas” (Série I, p. 15). Dentre tais testemunhas “fidedignas e desinteressadas”, Cadornega é considerada a principal por Ruela Pombo. No romance de Pepetela, por outro lado, Cadornega continua sendo compreendido como uma figura histórica de grande relevância, mas passa a ser historicizado e visto como representante de uma tradição historiográfica que é delimitada pelas possibilidades da escrita da história no contexto específico do século XVII, não sendo, portanto, um herói ou uma testemunha “desinteressada” - como, aliás, nenhuma testemunha pode ser. O próprio narrador de *A Gloriosa Família* também não é apresentado como uma testemunha desinteressada, e em alguns momentos são feitas afirmações que nos permitem observar uma crítica à visão sobre Cadornega encontrada na Revista Diogo Cão, apontando para o fato de que não há testemunha totalmente fidedigna e imparcial:

Me arrependi imediatamente de ter traído a minha posição imparcial de apenas ouvir e não sentir (PEPETELA, 1999, p. 171).

Olhar o Kuanza sempre me deu um nó de saudade na garganta e o dia de hoje tem sido particularmente sentido, com o regresso ao berço, o que embacia os olhos e endurece os ouvidos, por isso decidi ali, tenho de ser *imparcial e objectivo*, o meu passado não interessa, apenas tenho de relatar os factos tal como os viveu o meu dono e a sua gloriosa descendência, para isso fui criado (Ibid., p. 259, grifo nosso).

Lendo estes trechos a partir da visão geral do romance, é evidente que há neles uma ironia, já que o narrador, embora tente se afirmar como imparcial e objetivo, possui claramente um ponto de vista sobre os acontecimentos. O narrador de *A Gloriosa Família*, partindo de um ponto de vista distinto de Cadornega, até por sua posição social enquanto escravizado, é apresentado como alguém que teria sido esquecido pela tradição historiográfica, pois ninguém notava sua presença na história (PEPETELA, 1999, p. 393). Pepetela opta, no romance, por contar a história do *Tempo dos Flamengos* a partir da perspectiva deste narrador. Ao fazer isso, Pepetela não está combatendo Cadornega e nem desprezando a relevância de sua HGGA, mas está criticando aqueles que veriam legitimidade *apenas* em Cadornega e na tradição escrita que ele representa. O próprio Cadornega dava importância às tradições orais e as utilizava na confecção de sua obra (HGGA, I, p. 25), como tratamos no primeiro capítulo deste trabalho e que, no segundo capítulo, apontamos como um dos motivos que levaram Ruela Pombo a desconfiar de certas passagens da HGGA (Revista Diogo Cão, Série IV, p. 17). Assim, a principal crítica do romance de Pepetela não é direcionada a Cadornega, mas aqueles que não souberam interpretar sua obra, como fica evidente num diálogo entre o personagem Cadornega e Ambrósio, filho de Baltazar van Dum:

Logo aproveitou Ambrósio para perguntar a Cadornega:

– Diga-me, senhor alferes. Falou em registar por escrito o que vai observando. Está a escrever um livro sobre estes acontecimentos?

– Ainda não. Por enquanto, só tenho apontamentos dispersos. Penso contar a história heróica dos portugueses nesta terra, desde a fundação da cidade de Luanda. Por isso pergunto detalhes aos que viveram as coisas e registo o que me contam.

– E vai apresentar o governador Sottomayor da maneira como fala dele aqui entre amigos? Porque li algumas crónicas e até poemas sobre os reis e heróis de Portugal, que só cantam coisas sublimes e grandiosas, como se não existissem as menos gloriosas.

Houve uma pausa na conversa, porque Cadornega não respondeu logo. Mas à pausa na fala não se seguiu o barulho dos maxilares nas coxas de frango. Ficaram todos à espera da resposta do futuro cronista. E ele teve de limpar a boca com as costas da mão, ganhando tempo de reflexão.

– Chega a ser uma questão moral. Se escrevo sobre as grandezas de Portugal, como posso contar as coisas mesquinhas? Não, essas ficam no tinteiro, pois não interessam para a história. *Será necessário saber interpretar a crónica.* Personagem que não aparece revestida de grandes encómios é porque não prestava mesmo para nada e só o pudor do escritor salvaguarda a sua memória. Assim se tem feito, assim deve ser.

(PEPETELA, 1999, p. 269, grifo nosso).

Quando Cadornega, enquanto personagem, afirma “Se escrevo sobre as grandezas de Portugal, como posso contar as coisas mesquinhas? Não, essas ficam no tinteiro, pois não interessam para a história”, observamos uma consciência, por parte do personagem, de que o gênero histórico do século XVII tinha características retóricas que moldavam o que deveria ou não ser escrito, conforme apontamos em nosso primeiro capítulo. Cadornega, em *A Gloriosa Família*, é compreendido como alguém que fala a partir de um lugar social e que escreve a partir de modelos próprios de sua época. A expressão “assim se tem feito, assim deve ser”, sintetiza uma concepção a respeito da escrita da história própria da Primeira Modernidade. Reiterando o que afirmamos no primeiro capítulo, o caráter retórico do gênero histórico no século XVII implicava no fato de que a escrita da história se pautava em convenções e tópicos que marcavam este gênero, e uma destas convenções era a de que “coisas mesquinhas não interessam para a história”, conforme apontava, por exemplo, o tratado *De l’Histoire (1670)*, de Pierre Le Moyne.

Também merece atenção a ideia, proferida pelo personagem Cadornega em seu diálogo com Ambrósio, de que “será necessário saber interpretar a crónica”. Em *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos*, há uma preocupação em se historicizar Cadornega e a HGGA, afastando-se de uma posição que pudesse afirmar uma suposta neutralidade ou atemporalidade deste autor e de sua obra. Assim, o romance de Pepetela se contrapõe não exatamente a Cadornega, escritor do século XVII, mas especialmente aqueles que *não souberam interpretar* sua relevante HGGA e fizeram um uso dela no século XX que colocava

Cadornega como uma testemunha desinteressada dos feitos supostamente heroicos e civilizatórios dos portugueses em Angola.

Como demonstramos em nosso segundo capítulo, ao longo do século XX, e especialmente durante o Estado Novo, a obra de Cadornega foi interpretada como documento que poderia provar o poder civilizador de Portugal, como foi veiculado pela Revista Diogo Cão (Série I, pp. 225-226). A partir desta perspectiva de teor salazarista, os feitos heroicos dos portugueses em Angola poderiam ser comprovados por meio da HGGA, o que atenderia aos interesses políticos do Estado Novo e aos seus projetos coloniais implementados a partir da década de 1930. Não foi sem razão, portanto, que esta importante obra de Cadornega ganhou suas versões impressas em 1940 e 1972, pela Agência Geral das Colônias. A primeira impressão dos tomos completos da HGGA foi feita no mesmo ano da Exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa também em 1940. A impressão da obra de Cadornega em 1940 atende às mesmas finalidades da Exposição: legitimar o regime salazarista e os empreendimentos coloniais de Portugal. É a esta interpretação da HGGA e a esta visão colonialista a respeito da história de Angola que o romance de Pepetela se contrapõe, do primeiro ao último capítulo. Ana Mafalda Leite afirma que “a globalidade do romance é uma releitura crítica dos fatos relatados na *História Geral das Guerras Angolanas*” (LEITE, in CHAVES; MACEDO – org., 2009, p. 116). Compreendemos que esta releitura de fato ocorre, mas tendo como alvo central de crítica as interpretações a respeito da HGGA produzidas já no século XX. Com isso, Pepetela se afasta de uma imagem de Cadornega construída durante o Estado Novo e reinterpreta a sua obra pontuando que aqueles que viam nela uma prova do heroísmo português não souberam interpretá-la, até porque se Cadornega narra “as grandezas de Portugal”, ele o faz porque era o esperado, tendo em vista as convenções do gênero histórico no século XVII. Se tomarmos como correta a tese de Priscila Weber de que “para Cadornega permanecer em ‘Angola’ era uma questão de sobrevivência” (WEBER, 2018, p. 13), já que ele era “um cristão-novo que necessitava manter-se apartado da inquisição em um momento de substituição do oficialato nas colônias” (Ibid.), seria ainda mais esperado que sua obra não contrariasse os interesses dos Braganças, que estavam se consolidando como casa real portuguesa. Assim, Pepetela, em seu romance, busca inserir Cadornega dentro de seu próprio contexto histórico, o que implica em desconstruir uma visão anacrônica sobre sua obra disseminada no século XX.

A *Gloriosa Família* nos possibilita, portanto, pensar uma nova interpretação histórica e literária da obra de Cadornega, oferecendo a esta um lugar de destaque, mas não como foi feito pela historiografia tradicional portuguesa, de viés colonial. O destaque que o romance de

Pepetela oferece a Cadornega parte da atitude de colocar a HGGA no lugar de obra de enorme relevância para a história e literatura de Angola, desconstruindo a visão de que esta seria um documento que pudesse comprovar os supostos feitos civilizatórios dos portugueses em Angola. Ao mesmo tempo, Pepetela se opõe também aos que, ainda que com a pretensão de superação do colonialismo, acabassem por adotar uma leitura anacrônica da obra de Cadornega que foi inventada durante o Estado Novo e que lia Cadornega como se ele fosse um patriota e colonizador salazarista. Estes, por fim, acabariam por lançar um olhar dicotômico e simplista sobre a HGGA, descartando-a como obra que não merecesse atenção por parte daqueles que buscavam superar a literatura entendida como *colonial*. Como bem observa Roberta Franco,

[...] diferentemente de muitas abordagens que apontam a escrita/leitura a contrapelo como uma versão do colonizado, entendemos que, ao olhar a história pela perspectiva da longa duração, Pepetela amplia a complexidade das diferentes versões, das interpretações sobre o território, afastando-se da dicotomia colonizador x colonizado. Ao investigar e reencenar os séculos XVI/XVII, Pepetela apresenta não apenas a multiplicidade étnica recorrentemente anunciada sobre o território angolano, mas a multiplicidade de estratégias de colonização, a multiplicidade que compõe o elemento colonizador, que não é visto como um corpo homogêneo como o discurso do próprio colonizador e as visões construídas a partir do centro gostariam (2022, p. 153).

O fato de Pepetela narrar a história de Angola apontando suas complexidades o permite situar a HGGA como obra produzida a partir de um lugar que não é neutro ou atemporal, mas carregado de historicidade e de perspectivas de um escritor híbrido e complexo, um cristão-novo português que, sem abandonar as tradições clássicas e historiográficas que trouxe da Europa, incorpora à sua escrita os testemunhos oriundos de outras tradições, próprias da África Centro-Ocidental.

4. CONCLUSÃO

O nosso trabalho buscou demonstrar que os três objetos estudados por nós, ao tratarem de um mesmo período do passado, a década de 1640, o fazem a partir de perspectivas distintas, cada uma marcada por diferentes teorias da história e interesses políticos de seu próprio tempo.

Vimos, em nosso primeiro capítulo, que a escrita de Cadornega sobre a história de Angola é intermediada pelas características do gênero histórico da Primeira Modernidade, com as concepções teóricas da época, incorporando elementos próprios de tradições da África Centro-Occidental, já que a herança clássica não era suficiente para descrever as novidades até então desconhecidas pelos europeus. A obra de Cadornega, ao mesclar elementos de matrizes europeias e africanas, o que ocorre inclusive do ponto de vista linguístico com a introdução de palavras do kimbundo, demonstra a hibridez de seu autor que, sendo de origem europeia, também se africaniza. No que se refere ao contexto político, a HGGA é produzida durante um momento de afirmação da Casa dos Braganças no trono português, o que também é relevante para a obra.

A *Revista Diogo Cão*, por sua vez, realiza uma leitura da obra de Cadornega a partir de perspectivas teóricas que partem das noções de progresso e civilização que estão inseridas no contexto colonial dos séculos XIX e XX, fazendo uso de uma teoria da história baseada no paradigma historicista de tradição rankeana. A esta abordagem teórica da história são incorporados elementos próprios do colonialismo português, especialmente na matriz salazarista que se estabelece com o Estado Novo. Assim, a HGGA passa a ser vista como documento capaz de *provar* o discurso colonial português que compreendia Portugal como detentor da “função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que neles se compreendam”, conforme afirmava o Ato Colonial, a fim de legitimar os projetos coloniais executados por Portugal em suas colônias a partir da década de 1930.

Escrevendo em Angola num momento posterior à Independência, num contexto político em que descendentes da família Van Dum governam um país ainda permeado por contradições e complexidades, Pepetela se volta novamente para a obra de Cadornega a fim de estabelecer com ela um diálogo diferente daquele feito pela *Revista Diogo Cão*. Em *A Gloriosa Família*, a HGGA é revisitada pelo olhar de um narrador escravo, numa perspectiva de uma “história vista de baixo” e de uma reflexão sobre a história de Angola na longa duração, dialogando, assim, com as abordagens teóricas da *nova história*, em contraposição ao paradigma historicista e às suas apropriações no discurso historiográfico do salazarismo.

Cadornega, na obra de Pepetela, é apresentado como um autor que não poderia ser simplificado numa oposição colonizador X colonizado, não podendo ser considerado um herói que comprovaria os supostos feitos civilizatórios dos portugueses em Angola, tampouco podendo ser desprezado como um autor que apenas teria escrito sobre Angola a partir da ótica colonizadora de um europeu que tão somente usaria Angola como um espelho, como um pretexto para falar apenas da própria Europa e da visão de mundo europeia. Pepetela coloca Cadornega como autor relevante para a literatura e história de Angola, permeado de complexidade e contradições próprias da época em que viveu e de seu lugar social.

Observamos, assim, nos três capítulos desta dissertação, que as transformações históricas ao longo da modernidade propiciaram o surgimento de novos conceitos que buscaram traduzir a realidade histórica a partir de leituras do passado que não são neutras politicamente, mas que fazem parte das disputas e embates políticos de cada época. Esperamos, a partir de nossa análise de como a HGGA foi lida em três tempos diferentes, que este trabalho cumpra o papel de demonstrar como uma obra de certo período histórico pode ser apropriada e reapropriada em momentos posteriores de acordo com as transformações históricas que possibilitam o surgimento de novos olhares sobre velhos objetos.

REFERÊNCIAS

- ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna. Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão. In: PIRES, Francisco Muraria (Org.). **Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 8, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. **O Império Africano (séculos XIX a XX)**. Lisboa: Colibri, 2000.
- _____. **A Questão Colonial no Parlamento**. Lisboa: Ed. Quixote, 2008.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução e notas de Ana Maria Valente. 3ª Edição. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 42, p. 161-184, 2021.
- BARROS, Ivan Kowaleski Figueira de. **A concepção de História em Giambattista Vico**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-13102010-145444. Acesso em: 2022-06-14.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOAHEN, Albert Adu (org.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- BOXER, Charles R. **A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BROSE, Elizabeth Robin Zenkner. **A máscara de múltiplas faces: Narrativas de Pepetela, 2005**. Tese de Doutorado. (Doutorado em Letras: Estudos Literários) - Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2005.
- BRUNI, Leonardo. **History of the florentine People**, vol. I. Edição e tradução de James Hankins. Londres: Harvard University Press, 2001.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CADORNEGA, António de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas: 1680**. Anotações e correções de J. M. Delgado. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972.

CARVALHO, Erick Caixeta; LOPES, Frank Rudger; MARTINS, Luís Henrique A. C.; YOSHIMATU, Pedro Mitsugui V. Tradições abandonadas: revisitando “O Povo”, de Jules Michelet. **Epígrafe**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 45-63, 2018. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v5i5p45-63. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/139934>. Acesso em: 6 jul. 2022.

CARVALHO, Flávia Maria de. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental. **Sankofa** (São Paulo), [S. l.], v. 4, n. 7, p. 7-28, 2011. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88793. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88793>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CASTILLO-ESPARCIA, Antonio; PEÑA-TIMÓN, Vicente; MAÑAS-VALLE, Sebastián. **Historia de las revistas científicas de comunicación en España**. In: Padilla, G. (Coord.). *Tendencias innovadoras en modelos comunicativos*. Madrid: Visión Libros, p. 169, 2014.

CERQUEIRA, André Sekkel; MEGIANI, Ana Paula Torres. Como se escrevia a história no século XVII. O uso dos tratados espanhóis, italianos e franceses pelos historiadores portugueses. **Revista de História**, n. 179, p. 01-32, 2020.

CERQUEIRA, André Sekkel. **A donzela alada**: reflexões sobre a retórica e história em Portugal no século XVII. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CESÁIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHARTIER, R. Verdade e prova: História, retórica, literatura, memória. **Revista de História**, [S. l.], n. 181, p. 1-22, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.181759. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/181759>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano**. São Paulo: Via Atlântica, 1999.

_____. O passado presente na literatura angolana. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 245-257, 2000.

CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia. (Orgs.). **Portanto... Pepetela**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

CHINWEIZU. **A África e os países capitalistas**. In.: MAZRUI, Ali A. Wondji C. (org.). *História Geral da África – volume VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 927-963.

CÍCERO, Marco Tulio. Do orador 2.51–64: a historiografia. Tradução de Adriano Scatolin. **Revista Letras Clássicas**, n. 15, p. 91-96, 2011.

DEMARET, Mathieu (2011). **Portugueses e africanos em Angola no século XVII**, in José Damião Rodrigues e Casimiro Rodrigues (eds.). *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura, séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, pp. 107-130.

DIAS, Mariana Sousa. **Transposições metafóricas na escrita de Pepetela**: um estudo de A Sul. O sombreiro, A Gloriosa Família e Predadores. Tese de Doutorado em Estudos De Literatura. UFF, 2019.

DO COUTO NETO, Geraldo Homero. A “nova direita” no youtube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a ditadura militar brasileira. **Revista Ágora**, n. 29, p. 83-103, 2019.

DUTRA, Robson Lacerda. **As águas e suas metáforas de libertação e renovação**: alguns aspectos nas obras de Mia Couto e Pepetela. In: Congresso internacional da aladaacultura, poder e tecnologia. 2001. p. 745-748.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

_____. **Racismo e Cultura**. In: SANCHES, Maria Ribeiro (org.). Malhas que os impérios tecem; textos anticolonias, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2012. pp. 273-286

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Breve; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

FRANCO, Roberta Guimarães. **Descortinando a inocência**: infância e violência em três obras da literatura angolana. Niterói: EDUFF, 2016.

_____. O não lugar de António Oliveira de Cadornega na literatura angolana e a sua recriação no romance de Pepetela. In: FRANCO, Roberta Guimarães; MELONI, Otavio Henrique; KANO, Ivan Takashi. (Org.). **A mesma palavra outra**: ensaios sobre literatura portuguesa e literaturas africanas de língua portuguesa. Niterói: Vício de leitura, p. 189-206, 2011.

_____. **Memórias em trânsito**: deslocamentos distópicos em três romances pós-coloniais. São Paulo: Alameda, 2019.

_____. Pepetela e a História Angolana na Longa Duração: A Releitura do Passado diante do Corpo-Presente. **Revista Mulemba**, v. 14, n. 26, pág. 142-156, 2022.

FREITAS, Maria Helena. **Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros**. Ciência da Informação, v. 35, p. 54-66, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GRAFTON, Anthony. **What was History?** The art of history in early modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GUTIÉRREZ, Rafael. Formas híbridas na literatura latino-americana contemporânea. **Revista Landa**, v. 3, n. 2, p. 94-115, 2015.

HAMILTON, Russell G. **A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial**. Via atlântica, n. 3, p. 12-23, 1999.

HANSEN, João Adolfo. Letras coloniais e historiografia literária. **Matraga**, vol. 18, p. 13-44.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia de la historia universal**. Tradução de José Gaos. 1ª edição. Buenos Aires: Losada, 2010.

HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII**. Estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Kilombelombe, 2007.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. Selo Negro, 2005.

HESPANHA, António Manuel. **Filhos da terra: identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa**. Lisboa: Tinta da China, 2019.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago Editorial, 1991.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Org. Ricardo R. Terra. Tradução de Rodrigo Naves. 3ª Edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KANTOR, Íris. Antigos e Modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasileira, cronografias e representações do passado (1720-1724). In: PIRES, Francisco Muraria (Org.). **Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACERDA, Wanilda Lima Vidal de. **O olhar de Pepetela sobre Angola**, 2007. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2007.

LUKÁCS, György. **O Romance Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACHADO, Célia Maria Borges et al. **História, narração e identidade judaica em A Gloriosa Família: o tempo dos Flamengos de Pepetela**, 2019. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2019.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronológica**. Volume 1. Lisboa: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1116/bndigital1116.pdf

MANTOLVANI, Rosângela Manhas. **Das Invasões às fogueiras: os discursos excêntricos em Saramago e Pepetela**. 2010. Tese de Doutorado. (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo-SP, 2010.

MARCOCCI, Giuseppe. **Índios, chinos, falsarios: las historias del mundo en el Renacimiento**. Madrid: Alianza Editorial, 2019.

MARTIN, Shawn J. Historia de las revistas científicas. Colombia: **Revista Luciérnaga Comunicación**, nº. 22, 2019.

MARTINS, Angela Maria Roberti. **Pepetela e a elipse do herói**. Revista Magistro, v. 1, n. 1, 2010.

MATA, Inocência. **Ficção e história na literatura angolana: o caso de Pepetela**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MATOS, Sérgio Campos. História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do século XIX. Revista Penélope – Fazer e Desfazer a História. Dir. António M. Hespanha. Publicação Quadrimestral, nº 8. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penelope, 1992.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O Rei Ausente: imagem e memória da Monarquia Filipina nas jornadas e entradas régias de Portugal, 1581 e 1619**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo: 2000.

MELLO, Claudio José de Almeida. **O discurso social, a história e a política no romance histórico contemporâneo de língua portuguesa: Leminski, Lobo Antunes e Pepetela**. 2005. Tese de Doutorado. (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp. Assis-SP. 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In.: Brandão, A. A. P. (org.), **Cadernos Penesb 5** (pp. 15-34). Niterói: EdUFF, 2004.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia**. Moçambique como invenção literária. Editorial Caminho. Lisboa: 2002.

OLIVEIRA, Helaine de. **O passeio de Esquizo ou as experimentações do silêncio: subjetivações e singularidades na escrita de Ana Maria Gonçalves e Pepetela**. 2016. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras: Estudos Literários). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora-MG. 2016.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras**. Edipucrs, 2002.

PEPETELA. **A gloriosa família: o tempo dos flamengos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINTO, António Costa. **O fim do império colonial português**. Público, 2001.

PINTO, J. A. da C. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951–1974). **Revista UFG**, Goiânia, v. 11, n. 6, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48238>. Acesso em: 1 set. 2022.

PIRES, Francisco Murari. **Modernidades tucidideanas: Ktena es Aei**. São Paulo: Edusp, 2007.

ROSAS, Fernando. **Histórias a história: África**. Lisboa: Tinta da China, 2018.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise social**. Lisboa: 2001, p. 1031-1054.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e Notas Políticas (1928 a 1966)**. Coimbra Editora, 2016.

SAMÓSSATA, Luciano de. **Como se deve escrever a história**. In Luciano [V]. Tradução de Custódio Magueijo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

SAN JOSÉ, Jerónimo de. **Genio de la historia**. Madrid : Imprensa de don Antonio Muñoz del Valle. 1768. 1. Disponível em: <<https://archive.org/details/geniodelahistori00jer>>. Acesso em 31-10-2017.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo e Neocolonialismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1968

SCHMIDT, S. P. **Onde está o sujeito pós-colonial?** (Algumas reflexões sobre o espaço e a condição pós-colonial na literatura angolana). Abril – NEPA / UFF, v. 2, n. 2, p. 136-147, 19 abr. 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 99-133, 1993.

SILVA, Rogério Max Canedo. **O romance histórico da colonização: a figuração artística transgressiva do passado em O tetraneto del-rei, de Haroldo Maranhão, A gloriosa família, de Pepetela, e As naus, de António Lobo Antunes**. 2016. Tese de Doutorado. (Doutorado em Literatura). Universidade de Brasília. Brasília-DF. 2016.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. **Dos nacionalismos à guerra**. Os movimentos de libertação angolanos – 1945/1965. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

SOUZA, Marina de Mello e. **Além do visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Edusp, 2018.

TAVARES, Ana Paula. Contar Histórias. In: PADILHA, Laura Cavalcante; RIBEIRO, Maragarida Calafate (orgs.). **Lendo Angola**. Porto: Edições Afrontamento, 2008, pp. 39-50.

VAINFAS, Ronaldo; FRANCO, Roberta Guimarães. O cristão-novo Cardonega e sua obra sobre as guerras angolanas no século XVII. **Revista Tempo**, 2023 (no prelo).

VICENTE, Mário João Lázaro. **Os sobas e a construção de Angola nos séculos XVI e XVII**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. 2021.

VIEIRA, Antônio. **Essencial padre Antônio Vieira**. Organização e Introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

VIEIRA, Luandino. Literatura Angolana: estoriando a partir do que não se vê. In: PADILHA, Laura Cavalcante; RIBEIRO, Maragarida Calafate (orgs.). **Lendo Angola**. Porto: Edições Afrontamento, 2008, pp. 31-37.

VILLAS BÔAS, Luciana. **Encontros escritos**: semântica histórica do Brasil no século XVI. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

WEBER, Priscila Maria. **“Angola” como conceito**: uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (Século XVII). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História PUCRS, 2018.